

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**O TERRITÓRIO E OS PROCESSOS DA CONSTRUÇÃO CAMPONESA:  
BACIA LEITEIRA DE AQUIDAUANA E ASSENTAMENTO  
MONJOLINHO NA PRODUÇÃO DE LEITE**

**LUCIMAR CONSTANTINO BARBOSA**

**AQUIDAUANA/MS  
SETEMBRO DE 2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**LUCIMAR CONSTANTINO BARBOSA**

**O TERRITÓRIO E OS PROCESSOS DA CONSTRUÇÃO CAMPONESA:  
BACIA LEITEIRA DE AQUIDAUANA E ASSENTAMENTO  
MONJOLINHO NA PRODUÇÃO DE LEITE**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Geografia, em nível de Mestrado, área de concentração em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Batista.

**AQUIDAUANA/MS  
SETEMBRO DE 2008**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

---

Professor Dr. Luiz Carlos Batista – UFMS (Presidente da Banca)

---

Professora Dra. Márcia Yukari Mizusaki – UFGD (Membro Titular)

---

Professor Dr. Marcus Vinicius Morais de Oliveira – UEMS (Membro Titular)

---

Professora Dra. Ana Paula Correia Araújo – UFMS (Membro Suplente)

## DEDICATÓRIA

*Dedico às minhas jóias preciosas Vinícius, Thiago e Stélio, por me incentivarem e compreender as minhas ausências; e também porque foram a minha maior fonte de inspiração, pois com eles aprendi a enfrentar e lutar nas dificuldades impostas pela vida.*

*À minha querida mãe Alvina, distante e ao mesmo tempo presente, nas horas que mais precisei.*

*Aos produtores de leite, pela simplicidade e humildade com que me receberam. Com eles aprendi a ter esperança, e acreditar que sem luta não há vitória.*

## AGRADECIMENTOS

O término de uma jornada é sempre difícil, mas muito gratificante, principalmente quando fazemos uma reflexão, uma retrospectiva, e verificamos quantas pessoas e instituições contribuíram para a sua conclusão. Para a realização desta pesquisa realizei uma marcha. Não somente pelos muitos quilômetros rodados pelos 14 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, mas porque a busca por desenvolvê-la da melhor forma possível teve que superar inúmeros percalços, inclusive o cancelamento das verbas de fomento inicialmente prometidas para o campo. Entretanto, nessas viagens conheci muitas pessoas que não mediram esforços para contribuir com a minha pesquisa. A lembrança de cada participação e apoio merece ser registrada, pois um trabalho como este não se realizaria sem a colaboração direta e indireta dessas pessoas, tampouco sem o apoio moral de parentes e amigos. Assim, agradeço a todos pelas diferentes formas de apoio!

Ao professor Luiz Carlos Batista agradeço pela orientação, pela paixão que sente pelo que faz, e por querer viver e estar aqui conosco. Por ser meu ponto de apoio nos momentos de angústia e de deslumbramento no decorrer desta pesquisa. Deixo meu carinho, minha admiração e minha eterna gratidão.

Às 144 famílias entrevistadas, que me receberam com imensa atenção, dispendo do seu tempo e deixando seus compromissos para depois só para me atender. Por termo adentrado em seu universo, seu modo de vida, suas atitudes, seus sonhos e suas lutas, nos proporcionando um novo encontro com o saber.

Às minhas grandes amigas, que foram a campo comigo, presença de grande valia! Rosangela Penajo, que me auxiliou em Miranda e Bodoquena; Suely Nunes, que foi comigo nos municípios de Bonito, Jardim, Nioaque e Guia Lopes da Laguna; Gisele Rosinha de Freitas, que me acompanhou em Dois irmãos do Buriti e no retorno a Bodoquena; e Dolores de Carvalho Q. C. Marques, que enfrentou toda uma semana de campo, com sua dinâmica de pesquisadora, sempre alegre, quando estivemos em Bela Vista, Caracol, Porto Murtinho e Aquidauana. Todas elas, com seu carisma, enfrentando as dificuldades financeiras sem de nada se queixar, pelo contrário, me estimulando cada vez mais! Agradeço de coração!

Aos professores da banca de qualificação, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Yukari Mizusaki/UFMGD, e Prof. Dr. Marcus Vinicius Morais de Oliveira/UEMS, por seus comentários, uma vez que suas contribuições foram fundamentais.

À Márcia Ajala Almeida, pelo apoio na hora de escolher o tema da minha pesquisa e ler o meu projeto antes de ir para a banca de seleção para o Mestrado.

Aos colegas e amigos da UFMS por sua colaboração: à querida Elisângela Martins de Carvalho, pela atenção e paciência em contribuir nas realizações dos mapas; ao Prof. Dr. Antonio Firmino de Oliveira Neto, pelo apoio no momento que precisei telefonar e entrar em contato com produtores de leite e proprietários de laticínios; ao Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa, pelo apoio em conseguir carro para eu fazer o campo em Corumbá; e ao Prof. Dr. Valter Guimarães, por me ouvir e tirar muitas dúvidas que passei no decorrer desta pesquisa, sempre me estimulando e me encorajando diante deste imenso trabalho de campo que realizei.

Aos professores do Programa de Mestrado em Geografia, pelos conhecimentos transmitidos, a Danieli Campus secretaria do programa de mestrado, quanto as minhas necessidades que prontamente me atendia e aos colegas do curso, muitos dos quais se tornaram amigos e cúmplices, dos quais destaco minha amiga Elionete de Castro Garzoni, pela atenção em me ouvir nas horas de ansiedade, me fortalecendo com suas sábias palavras, Ricardo Miranda desfrutar de sua amizade foi um privilegio.

A todas as pessoas especiais que encontrei nos municípios durante minha marcha, e que passaram a marchar comigo:

Sr. Israel Samorro secretário da Secretaria Municipal de desenvolvimento Econômico, de Bela Vista, pelo seu carisma, alegria e satisfação, indo a campo conosco sem se preocupar com horário, ficando até sem almoço, sem a ajuda do qual seria muito difícil realizar a pesquisa naquele município; e a Leonir Zamboni (Gaúcho) pelo jantar e pernoite em sua casa, quando fizemos o campo em Bela Vista;

Sr. Pedro Giurizzato, presidente da associação dos produtores de leite em Bonito e Sr. Ângelo Coradelli que nos acompanhou e atendeu na COOPERLAG em Guia Lopes da Laguna. Sr. Theodoro Nihues Neto, presidente da cooperativa de Bodoquena e sua secretária Silvia, que me atenderam e auxiliaram com as informações necessárias até a ida àquele município;

José Marcus Sena, que foi um anjo que me socorreu e ajudou quando o meu carro quebrou no município de Bodoquena;

Luiz Alves da Silva, um menino que faz a linha de leite em Bodoquena todos os dias, e que me ajudou nas idas a campo, sem o qual seria quase impossível fazer as entrevistas naquele município;

Lacy Cardel Pécora, da cooperativa de Corumbá, pela atenção dada quando lá estive;

Daniel dos Santos e Edla Gonçalves L. dos Santos pela estadia em sua casa quando fui fazer o campo no Assentamento Monjolinho e ao Senhor Osvaldo, pelo almoço oferecido com tanto carinho;

Às funcionárias da AGRAER que me dedicaram atenção: Vânia Oliveira Sabateu de Corumbá, que me auxiliou na ida de campo; Jane Cleia K. S. da Silveira e Aparecida Lemos de Anastácio e Aquiduaana, pela atenção dada tanto nas informações prestadas como nas idas a campo; Denize Miranda de Campo Grande pela atenção e informações sobre a produção de leite no Estado de Mato Grosso do Sul e pelos materiais bibliográficos. Egidia Ruiz, pela atenção e informações que nos disponibilizou com a ida a Porto Murtinho. Simone Correa sobre as informações dos produtores e dos projetos de leite MS.

Maria Ap. de Jesus Silva Naleto, pela atenção quando estive na biblioteca da EMBRAPA de Campo Grande.

Ao Prof. Msc. André Rozemberg Peixoto Simões da UEMS que me auxiliou na conferência dos questionários.

À minha família e familiares que sempre me apoiaram: meus compadres, Neire A. Nantes e Emidio Nantes, pela colhida em sua casa; minha cunhada Sônia Maria Barbosa, que veio cuidar de meu lar durante minha ausência das idas a campo; e minha querida mãe, Alvina Marques, que veio de longe para me dar apoio e me auxiliar; e meu esposo Estelio P. Barbosa, por compreender minha ausência.

À FUNDECT pela bolsa de estudos que contribuiu para a realização desta pesquisa.

Àqueles que são a essência do meu amor, os filhos que Deus colocou em minha existência: Vinícius, Thiago e Stélio, que sempre foram minha inspiração e minha fonte de energia, força e luta para eu concluir esta dissertação.



*É melhor tentar e falhar do que se preocupar e ver a vida passar. É melhor tentar, ainda em vão, que sentar-se fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias tristes em casa me esconder. Prefiro ser feliz, embora louco, que em conformidade viver.*  
*Martin Luther King*

## RESUMO

A pesquisa teve como objetivos a análise do território e a verificação dos processos da construção camponesa da Bacia Leiteira de Aquidauana, bem como a dinâmica da produção de leite no Assentamento Monjolinho, no período de 1990 a 2005. Destaca ainda a reestruturação produtiva nas principais mudanças dos segmentos de produção primária, no âmbito tecnológico e social que aconteceu no setor produtivo da pecuária leiteira a partir dos anos 90. Mostra de que maneira estes setores vêm reagindo diante de um quadro de grandes transformações na organização sócio-territorial. Outro ponto foi o levantamento dos aspectos, estruturais, econômicos e sociais da Bacia Leiteira de Aquidauana, e a importância que a pecuária leiteira vem tendo e se constituído como uma atividade relevante para a reprodução social e de sobrevivência dos pequenos produtores camponeses. Diante do exposto, deve-se proceder à análise da influência da infra-estrutura, da viabilidade econômica e da competitividade do setor leiteiro e o predomínio do trabalho familiar camponês. Nesse sentido, a pecuária leiteira adquire aspectos relevantes do Assentamento Monjolinho quanto à produção e a produtividade de leite que, mesmo descapitalizado, tem resistido às dificuldades e à exigência que o setor exerce sobre os produtores na reorganização produtiva para se manterem na atividade. Para tanto, tomou-se como referencial teórico discutir a subordinação do trabalho familiar ao modo de produção capitalista, bem como as estratégias de reprodução social adotada pelos camponeses para permanecerem e se reproduzirem, e ainda o capital industrial criando condições para que a economia camponesa se desenvolva na necessidade de matéria-prima para a indústria. Sendo que o processo da subordinação dos pequenos produtores na exploração dos preços pagos pela indústria e a falta de confiabilidade que encontra os produtores camponeses no setor industrial geram insegurança em investimentos tecnológicos que o setor exige.

Palavras chave: Pecuária leiteira, Reorganização produtiva, Camponeses.

## ABSTRACT

The main goal is to search the area and analysis of the processes of peasant construction of the basin of milk Aquidauana and dynamics of milk production in Monjolinho Seating, from 1990 to 2005. Highlights the productive restructuring in major changes in segments of primary production, technological and social context in which happened in the productive sector of livestock milk from the early 90. It shows that these sectors are reacting way before a table of major changes in socio-territorial organization. Another point is the lifting of the features, structural, economic and social aspects of Aquidauana Dairy Basin, and the importance that the livestock and milk has been made in a relevant activity for the social reproduction and survival of small peasant producers. Given the foregoing, it must - is to analyse the influence of infrastructure, economic viability and competitiveness of the dairy industry and the predominance of the working family peasant. In that sense, the livestock milk acquires aspects of Monjolinho Seating on the production and productivity of milk that even not capitalized, has resisted the difficulties and the requirement that the industry exerts on producers to restructure to remain in productive activity. For both, took up as theoretical reference discuss the subordination of the working family to the capitalist mode of production and the strategic social reproduction adopted by peasant to remain and to reproduce, and the industry capital so that the peasant economy is the need to develop raw material for industry. Since the process of tying of small producers in the exploitation of prices paid by industry and lack of reliability that is the peasant producers in the industry generate uncertainty in technology investment that the industry requires.

Keyword: Livestock milk, Reorganizing production, Peasants.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Localização da bacia leiteira de Aquidauana no Estado de Mato Grosso do Sul....	42
<b>Figura 2.</b> Localização do Assentamento Monjolinho.....	51
<b>Figura 3.</b> Produção de leite no Brasil.....	61
<b>Figura 4.</b> Localização das oito bacias no Estado de Mato Grosso do Sul.....	70
<b>Figura 5.</b> Laticínios e Cooperativas da Bacia Leiteira de Aquidauana.....	87
<b>Figura 6.</b> Entrega do leite na informalidade e as instalações do laticínio COOPERVAL em Porto Murtinho.....	92
<b>Figura 7.</b> Refriadores instalados em propriedades rurais.....	117
<b>Figura 8.</b> Latões de leite em plataformas na frente das propriedades do produtor.....	118
<b>Figura 9.</b> Demonstrando ordenha mecânica.....	121
<b>Figura 10.</b> Demonstrando condições de curral que produtor ordenha as vacas.....	124
<b>Figura 11.</b> Demonstrando ordenha mecânica e lavagem de mangueiro após a ordenha.....	125
<b>Figura 12.</b> Mangueiros sem cobertura e ordenha manual.....	126

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Número e área dos estabelecimentos, por grupos de área total (%) – Mato Grosso do Sul – 1975/ 1985/1995. ....	36
<b>Tabela 2.</b> Dados de uso da terra dos Censos Agropecuários – Mato Grosso do Sul – (há)1985/1996. ....	39
<b>Tabela 3.</b> Área Colhida das Principais Lavouras, Segundo os Censos Agropecuários – Mato Grosso do Sul – 1985/1996 .....	39
<b>Tabela 4.</b> Mato Grosso do Sul: efetivos de bovinos, suínos e de galináceos- 1985/1996.....	40
<b>Tabela 5.</b> Produção de leite da Bacia Leiteira de Aquidauana (1990/2005) .....	44
<b>Tabela 6.</b> Característica da bacia leiteira de Aquidauana – 2005 .....	45
<b>Tabela 7.</b> Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total (ha), em 1995, bacia leiteira de Aquidauana. ....	46
<b>Tabela 8.</b> Projetos de assentamentos criados pelo INCRA até 2004 na Bacia leiteira de Aquidauana.....	48
<b>Tabela 9.</b> Situação Fundiária do Projeto de Assentamento do Monjolinho em 1990 .....	50
<b>Tabela 10.</b> Valor bruto da produção agropecuária no Brasil.....	59
<b>Tabela 11.</b> Produção de leite, vacas ordenhadas e produtividade animal no Brasil – 1990/2005.....	62
<b>Tabela 12.</b> Recomendação mínima para o consumo de leite .....	63
<b>Tabela 13.</b> Regiões do Brasil produção de leite em milhões de litros.....	65
<b>Tabela 14.</b> Evolução da produção de leite (em milhões de litros) no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul. Período de 1990/2005 .....	69
<b>Tabela 15.</b> Características da Bacia Leiteira de Mato Grosso do Sul/2006 .....	69
<b>Tabela 16.</b> Classificação de preços por volume (preço do mês) Laticínio LEIPAN.....	88
<b>Tabela 17.</b> Classificação de preço/mês Laticínio SAGA. Preço por tanques individuais.....	88
<b>Tabela 18</b> Classificação de preços por volume (preço do mês) Laticínio SAGA. Preço por tanques comunitários.....	89

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Proporção do número de estabelecimentos (%) – Mato Grosso do Sul.....	37
<b>Gráfico 2.</b> Proporção da área dos estabelecimentos (%) – Mato Grosso do Sul.....	38
<b>Gráfico 3.</b> Utilização da terra da Bacia Leiteira de Aquidauana.....	47
<b>Gráfico 4.</b> Evolução da produção de leite da região Centro Oeste.....	66
<b>Gráfico 5.</b> Origem das propriedades dos entrevistados da bacia.....	73
<b>Gráfico 6.</b> Área das propriedades entrevistadas na bacia leiteira de Aquidauana .....	75
<b>Gráfico 7.</b> Renda de sobrevivência nas propriedades além da produção do leite .....	76
<b>Gráfico 8.</b> Média de produção de leite em litros, resultado adquirido em pesquisa de campo. .....	78
<b>Gráfico 9.</b> Preço médio pago para produtores na Bacia Leiteira de Aquidauana, valores adquiridos com resultados em entrevistas no campo. ....	78
<b>Gráfico 10.</b> Raças dos rebanhos leiteiros que utilizam para reproduzir na Bacia Leiteira de Aquidauana.....	80
<b>Gráfico 11.</b> Quantidade de rebanhos que os produtores entrevistados da bacia possuem. ....	81
<b>Gráfico 12.</b> Nível educacional escolar dos entrevistados da bacia leiteira de Aquidauana. ...	84
<b>Gráfico 13.</b> Idade de quem administra a propriedade. ....	96
<b>Gráfico 14.</b> Grau de escolaridade de quem administra o lote. ....	97
<b>Gráfico 15.</b> Origem das famílias entrevistadas do Assentamento.....	98
<b>Gráfico 16.</b> Captação diária de leite do assentamento monjolinho durante as entrevista de campo. ....	102
<b>Gráfico 17.</b> Outras fontes de renda.....	103
<b>Gráfico 18.</b> Captação diária em litros entregue por produtor da bacia leiteira de Aquidauana período das entrevistas. ....	119
<b>Gráfico 19.</b> Método de ordenha.....	1200

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
1 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO E OS PROCESSOS DA TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO CAPITALISMO .....	25
2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO MATO GROSSO DO SUL .....	33
2.1 O Território da Bacia Leiteira de Aquidauana .....	41
2.2 Território do Assentamento Monjolinho.....	49
2.2.1 Localização da área do Assentamento Monjolinho.....	50
2.2.2 A evolução histórica do Assentamento Monjolinho .....	51
3 EVOLUÇÃO DAS CADEIAS LÁCTEAS BRASILEIRA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.....	55
3.1 O Desenvolvimento da Cadeia Láctea Brasileira.....	55
3.2 Produção de Leite no Brasil .....	59
3.3 Produção Regional de Leite no Brasil.....	64
3.4 Evolução da Produção de Leite do Estado de Mato Grosso do Sul .....	67
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	72
4.1 Evolução da Produção de Leite no Território da Bacia Leiteira de Aquidauana.....	72
4.2 Industrialização do Leite na Bacia Leiteira de Aquidauana.....	84
4.2.1 Produção e comercialização de leite no município de Porto Murtinho.....	89
4.3 Evolução da Produção de Leite no Território do Assentamento Monjolinho.....	92
5 A NOVA CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BACIA LEITEIRA A PARTIR DA INSTRUÇÃO DA NORMATIVA 51.....	108
5.1 Instrução da Normativa 51 (IN 51) .....	108
5.2 A Normativa na Bacia Leiteira de Aquidauana .....	114
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES.....	129
REFERÊNCIAS.....	134
APÊNDICES .....	141

## INTRODUÇÃO

A pecuária leiteira se destaca por diversos fatores, dentre os quais pode-se enfatizar sua importância no setor agrícola brasileiro por ser importante na alimentação humana e também no setor econômico, gerando emprego e renda para os agropecuaristas. Ao longo do tempo, a pecuária leiteira passou por transformações significativas, tanto na distribuição como na produção, alterando o fator econômico e se modernizando.

Historicamente, a produção de leite no Brasil sempre envolveu pequenos e médios produtores, sendo um meio de sustento da população do campo, incorporando o consumo em componentes da cultura material em várias regiões brasileiras, onde seu consumo era, em geral, *in natura*.

Até as primeiras décadas do século XX o abastecimento de leite era feito por produtores leiteiros cujas chácaras e granjas se localizavam em torno das cidades. A distribuição era realizada pelo próprio produtor, que vendia seu leite de casa em casa, ou por comerciantes locais. Com o aumento, porém, nos principais centros urbanos e conseqüente expansão dos loteamentos e construções residenciais, as chácaras e as granjas foram sendo afastadas para longe da cidade, e o leite, para atender a demanda crescente, tinha que ser trazido de localidades cada vez mais distantes (FLEURY, 1983 *apud* GOBBI, 2006, p.17).

Entende-se que a produção leiteira era caracterizada por produção familiar relacionada com a sua sobrevivência e associada ao suprimento do consumo local. Segundo Diniz (1984), a produção familiar acarretaria o desenvolvimento formando uma classe forte de pequenos e médios produtores agrícolas, além de reduzir substancialmente o problema social, uma vez que permitia melhor distribuição de renda e aumento da massa de consumidores. Mas, uma política dessa natureza exigiria a mudança do modelo dominante, baseada na concentração da terra, na expropriação do pequeno produtor e na proletarização do trabalhador rural.

Transformações que vêm ocorrendo na cadeia produtiva do leite no Brasil estão em plena revolução desde o início dos anos noventa. Mudanças recentes, como a crise dos tradicionais mecanismos de política agrícola e a desregulamentação dos mercados, a abertura econômica ao exterior e a formação dos blocos econômicos vêm definindo novas relações entre seus segmentos, exigindo outras posturas dos setores públicos e privados, visto que, historicamente, a atividade leiteira sempre foi incentivada como atividade de sobrevivência e para a fixação do homem no campo; porém, os fatos mostram que, além de sua importância social, a produção leiteira é atividade econômica importante no agronegócio brasileiro e,



especialmente, do Estado de Mato Grosso do Sul (MICHELS, OLIVEIRA & SABADIN, 2003).

Segundo estimativa da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul, a atividade leiteira no Estado é hoje a terceira atividade econômica, com valor bruto da produção de, aproximadamente, R\$ 96 milhões (noventa e seis milhões de reais) anuais, gerando mais de 66.000 (sessenta e seis mil) empregos. No entanto, o volume desse leite alcança o estágio inicial do processo de industrialização, e a comercialização de leite e derivados, para outros países, é pequena, e a única relação comercial estabelecida é com o Paraguai, pois o Estado de Mato Grosso do Sul importa deste país o leite longa vida (MICHELS, OLIVEIRA & SABADIN, 2003).

Com o crescimento econômico dessa atividade, e para se ter uma produção com identidade e qualidade, há novas reformulações às quais o produtor de leite tem que adequar. Dentre essas está a Normativa 51 que o Ministério da Agricultura publicou em 2002: art. 87, Parágrafo único, inciso II da Constituição e considerando a necessidade de aperfeiçoamento e modernização da legislação sanitária federal sobre a produção de leite, resolve:

Art. 1º Aprovar os Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta de leite Cru Refrigerada e seu Transporte a Granel.

O presente trabalho tem como escopo a análise da produção da Bacia Leiteira<sup>1</sup> de Aquidauana, visto que esta é a maior, quanto à extensão territorial, das bacias leiteiras de Mato Grosso do Sul, sendo composta por 14 (quatorze) municípios situados na região do Pantanal, possuindo 9311 (nove mil trezentos e onze) propriedades rurais distribuídas em uma extensão rural de 10.858.316 (dez milhões oitocentos e cinquenta e oito mil e trezentos e dezesseis) hectares, que comportam um efetivo bovino de 6.418.335 (seis milhões quatrocentos e dezoito mil trezentos e trinta e cinco) cabeças, de acordo com os dados do Censo Agropecuário realizado em 1995/96.

Os municípios onde está situada a Bacia Leiteira de Aquidauana tem, como característica marcante, as grandes propriedades rurais, onde há o predomínio da cria, recria e engorda e, assim sendo, apresenta pouca vocação para a atividade leiteira. Portanto, a produção dessa bacia ocorre, basicamente, com gado misto ou gado de corte, em meio a uma

---

<sup>1</sup> Bacia leiteira, segundo o Glossário de termos agropecuários do BNDES (Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social), é a zona de abastecimento formada por propriedades agrícolas que se dedicam à atividade de produção de leite localizada em uma região fisiográfica, canalizada para um processador e destinada a um centro de consumo. Pode ultrapassar os limites geográficos do município ou Estado.

produção primária<sup>2</sup> que prevalece com um número pouco representativo em relação ao produtor especializado que se utiliza raças leiteiras puras<sup>3</sup>, pois, para o produtor de gado de corte o leite é um subproduto e gera uma pequena renda mensal.

Todavia, são nos assentamentos da região onde estão localizados os principais produtores de leite. Existem hoje na Bacia Leiteira de Aquidauana trinta e seis assentamentos rurais. Um ponto a ser ressaltado é parte de investimentos na estrutura da propriedade, como energia elétrica e curral de madeira que propiciam à atividade leiteira uma alternativa de renda e as instalações de resfriadores em pontos estratégicos para coletar a produção desses camponeses assentados.

Deve ser considerado que as características de produção das bacias estão diretamente ligadas à posição geográfica dos respectivos municípios, às influências das empresas de laticínios e ao nível de interesse dos produtores. Nesse ponto, faz-se mister a descrição da produção espacial geográfica do rebanho leiteiro e da produção de leite que é distribuída em oito bacias leiteiras, a saber: a Bacia do Centro Norte, Bacia do Bolsão, Bacia de Campo Grande, Bacia de Dourados, Bacia do Cone Sul, Bacia de Glória de Dourados, Bacia de Nova Andradina e a Bacia de Aquidauana (MICHELS, OLIVEIRA, SABADIN, 2003)<sup>4</sup>.

Como anteriormente citado, o enfoque deste trabalho está na Bacia Leiteira de Aquidauana composta pelos seguintes municípios: Anastácio (onde se localiza o Assentamento Monjolinho), Aquidauana, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Ladário, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho.

A origem do nome de Bacia Leiteira de Aquidauana se deve à Cooperativa dos Produtores de Leite do Sudoeste de MS Ltda. – COOPLEISUL<sup>5</sup>, que foi criada para abranger esses municípios mencionados. Com Sede e Administração em Aquidauana, MS é a área de ação, para efeitos de admissão de Associados, abrangendo os quatorze municípios. O objetivo principal da cooperativa era o de unir os criadores de vacas leiteiras no exercício dessa atividade dentro da área que era de ação da cooperativa, propondo promover, através de ajuda mútua, a defesa de seus interesses econômicos e sociais.

---

2 Criação ou o cultivo de produtos, incluindo a colheita e a ordenha e criação de animais antes do abate.

3 Que exige cuidados como: alimentação, sanidade e manejo adequados, equipamentos de ordenha e refrigeração.

4 Esta metodologia foi adotada pela antiga Empresa de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural – EMPAER, hoje Agência Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER.

5 Esta cooperativa foi aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 11 de dezembro de 1979, com alterações aprovadas em Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas nos dias 12 de outubro de 1985 e 10 de agosto de 1989.

O que despertou o interesse por investigar especificamente esta bacia foi uma pesquisa anteriormente realizada<sup>6</sup> sobre a Organização do Espaço Agrário do Município de Jardim que faz parte do processo de desenvolvimento da bacia leiteira em foco, haja vista que esta bacia está situada numa região onde há o predomínio da bovinocultura de corte e, deste modo, poder analisar as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura produtiva regional, quanto aos produtores de leite, sobretudo, como está ocorrendo a produção leiteira sobre o domínio econômico do capitalismo nas relações sociais que se encontram subordinadas por este processo, ou resistindo a ele.

As estratégias do Governo do Estado, no incentivo aos assentamentos para a produção de leite e as exigências desta produção estabelecendo novas formas de se relacionar com o mercado, deram uma nova dinâmica ao sistema leiteiro<sup>7</sup>. Destarte, como todo o processo de desenvolvimento tem uma dimensão territorial, a análise das transformações econômicas em curso, no assentamento Monjolinho e na Bacia Leiteira de Aquidauana/MS, podem levar a uma compreensão da organização social territorial na atividade leiteira.

O fator que ocasionou o destaque do assentamento Monjolinho como produtor de leite foi o do relato de uma família de “brasiguaios<sup>8</sup>”. Nessa abordagem, houve interesse de compreender o papel que desempenham, na sociedade capitalista, e a relação não tipicamente capitalista, uma vez que são entendidas como produto das contradições do capital.

*Lá no Paraguai a terra é boa, aqui plantamos e a terra não ajuda, o meu cunhado tem uma lavoura de milho lá que é a coisa mais linda, vocês precisam ver esta terra não tem condição de produzir lavoura e por isso que temos que tirar leite e aceitar o preço que o laticínio pago (depoimento de uma moradora do assentamento, 2005).*

No Assentamento Monjolinho, e na Bacia Leiteira de Aquidauana, nota-se que falta uma organização quanto à produção de leite, pois as famílias vivem individualmente nos lotes e comercializam sua produção também de forma individual. Percebe-se que esta ausência de organização territorial tenha se dado desde a atribuição dos lotes aos assentados na forma de sorteio, onde não, foram consideradas as afinidades tanto das terras – aptidão – como dos assentados – vocação – separando estas famílias, mandando-as para lugares diferentes, o que inviabiliza qualquer iniciativa de trabalho coletivo. Nas conversas informais no assentamento,

---

6 Realizada pela pesquisadora no período de 2004/2005, tendo como objetivo: Compreender o sistema de produção (pecuária) e (turismo), sua dinâmica no espaço agrário do município de Jardim (MS) nos últimos quinze anos e sua relação com a ordem espacial existente.

7 Conduziu as alterações significativas nos métodos tradicionais da produção e de distribuição, tanto no nível da região quanto do Estado.

8 Brasiguaios: designação dos Brasileiros e seus descendentes estabelecidos em território Paraguai, e áreas de fronteiras com o Brasil.

nota-se que há procura de bem-estar na luta pela terra e uma vez já estabelecidos, sempre há busca de melhoria para suas famílias, apesar das dificuldades existentes numa área pouco produtiva.

Com as novas reformulações, o produtor de leite tem que se adequar à unidade produtiva, pela grande maioria dos produtores serem camponeses que produzem para sua subsistência, tornando-se o elo mais atingido. Embora haja produtores de leite que estejam acompanhando estas modificações, ainda está ocorrendo à exclusão de grande contingente de produtores da produção comercial, propiciada pela falta de recursos financeiros e de estrutura adequada para o exercício de suas atividades.

O objetivo é analisar o território e os processos da construção camponesa e discutir as estratégias de resistência e recriação do campesinato que produz leite na Bacia Leiteira de Aquidauana e no assentamento Monjolinho no período de 1990 a 2005. Para tanto, faz-se necessário a identificação das principais mudanças nos segmentos de produção primária, industrialização e distribuição de leite na bacia em questão, mostrando de que maneira estes setores vêm reagindo diante de um quadro de grandes transformações na organização sócio-territorial. Outro ponto é o levantamento dos aspectos históricos, estruturais, econômicos e sociais da Bacia Leiteira de Aquidauana e a análise da influência da infra-estrutura, da viabilidade econômica e da competitividade do setor leiteiro, para, assim, identificar os principais produtores de leite e sua hierarquia na bacia leiteira e verificar a influência da política fiscal no controle de qualidade da produção do leite e da sanidade animal. Neste contexto, há verificação e discussão da infra-estrutura organizacional regional e os aspectos relevantes do Assentamento Monjolinho quanto à produção e a produtividade de leite, e a dinâmica de atuação da associação dos produtores de leite do Assentamento Monjolinho sob a ótica de perspectivas futuras.

Neste trabalho, a abordagem teórica utilizou o materialismo histórico e dialético, privilegiando as visões críticas, calcadas no campo teórico da economia política, com base em Marx e Engels, já que tais referências representam uma das correntes mais significativas dentro da Geografia atual e a que mais absorve as mudanças no mundo da ciência, incorporando as questões do espaço e do tempo. Segundo Spósito (2004, p. 44) para Marx, a dialética compreende, necessariamente, a noção de movimento na História:

Esse movimento ocorre quando, na confrontação de tese e antítese, a síntese contém aspectos positivos da tensão anterior, e apresenta-se como estágio superior que, por sua vez, se coloca também como nova tese.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados os recursos bibliográficos, a pesquisa de campo com entrevistas e a coleta de dados em órgãos públicos, empresas privadas, associações, revistas. Inicialmente, o trabalho voltou-se para os levantamentos bibliográficos referentes à temática, colhidos nas bibliotecas do Campus de Aquidauana da UFMS/CPAQ, e na biblioteca do antigo IDATERRA<sup>9</sup>, atualmente denominado AGRAER<sup>10</sup>; fez-se necessário estes levantamentos para obtenção de informações visando fortalecer as bases teóricas e conceituais da pesquisa sobre a bacia leiteira do Brasil, Mato Grosso do Sul e de Aquidauana, foram utilizados boletins informativos, revistas da pecuária leiteira, periódicos, *sites* oficiais em órgãos governamentais, levantamento de dados de fonte secundária, tais como as publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censos Agropecuários de 1970/71 e 1995/96 e dados de Pesquisa Agropecuária Municipal – PAM – de 1990 e 2005.

Paralelamente, foi realizado um levantamento junto ao Sindicato dos produtores de leite do Estado de Mato Grosso do Sul para saber quais eram os laticínios onde os produtores entregam o leite produzido. Isso se fez necessário para saber o quantitativo dos produtores que entregam leite de maneira formal<sup>11</sup> na Bacia Leiteira de Aquidauana. Outro fator constatado nesta bacia leiteira é que as propriedades estão longe da cidade e sendo o leite um alimento perecível ao clima da região é que se precisa de resfriadores para armazenar seus produtos ficando muitos deles à mercê das indústrias porque a grande maioria é formada por pequenos produtores descapitalizados sem condições de possuir resfriadores.

Para obtenção dos dados relativos aos produtores, foram encaminhados para os laticínios ofícios solicitando o número de produtores, o nome e endereço, o quantitativo de sua produção. Além dos ofícios, também foram utilizados os recursos do telefone, fax e e-mail, para a realização dos contatos com os laticínios e sindicatos rurais dos municípios, obtendo-se o maior número de dados possível.

De posse das informações, foi feito um levantamento no quantitativo dos produtores por município da Bacia Leiteira de Aquidauana, tendo sido constatado que estão cadastrados cerca de 1.390 (mil trezentos e noventa). Esses dados foram fornecidos pelas indústrias de laticínios no ano 2006, que coletavam leite nesta bacia leiteira. Foram entrevistados, no decorrer dos anos da pesquisa, 144 produtores, correspondendo 10% no período das águas e 25% no período da seca. Os dados coletados foram significativos para concluir a pesquisa.

---

9 Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul.

10 Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural.

11 Sendo que este foi o critério utilizado, até mesmo porque está havendo uma exigência da Normativa 51, proibindo os produtores entregar na informalidade. E, como eles estão procedendo diante desta exigência.

É importante destacar que as entrevistas aconteceram nas propriedades, usando-se o critério de diversificar a área em extensão territorial, o quantitativo de produção, e produtores especializados e não especializados; procurou-se realizá-las o mais amplamente possível. Muitas entrevistas foram realizadas por mais de uma hora, onde o fio condutor foi a tomada da história desde quando o entrevistado começou a produzir leite e o que levou a produzi-lo.

Nessas entrevistas, foram buscadas informações que pudessem resgatar um pouco da história desses sujeitos sociais e de seu tempo histórico, para não ficar simplesmente em uma simples informação pontual. Portanto, foram realizadas entrevistas temáticas e entrevistas de histórias de vida. Segundo Alberti (2005), as entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido; já as de histórias de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo a trajetória de sua vida, desde infância e passando, pelos diversos acontecimentos que vivenciou. Nas entrevistas foi utilizado o recurso do gravador e também nas questões tematicamente elaboradas.

É importante ressaltar que nos relatos dos produtores de leite feitos à pesquisadora não foram referenciados os nomes dos entrevistados, tendo sido combinado com eles esse compromisso, até com o intuito de os deixarem falar à vontade. Por isso, as entrevistas que estão destacadas em itálicos somente indicam o local, mês e ano.

No município de Porto Murtinho, a entrega do leite não é feita de maneira formal<sup>12</sup>, mas fazendo parte da Bacia Leiteira de Aquidauana, foram realizadas entrevistas com alguns produtores, visto que não continha o quantitativo de produtores e, principalmente, por não haver registro algum. Assim, foi adotado como critério: entrevistar produtores que compravam leite de pequenos produtores para revender seu produto na cidade; produtores que vendiam leite para estes “atravessadores”<sup>13</sup> e até mesmo um grande latifundiário que produz leite em maior quantidade na seca e também entrega sua produção para um “atravessador”.

Com o questionário reformulado, realizou-se uma visita a cidade de Nioaque para fazer um teste, onde se elaborou o plano de trabalho para a pesquisa de campo. Foi delimitada a zona rural dos municípios. Devido à distância dos municípios, as entrevistas foram realizadas no ano de 2007. Antes, porém, das visitas às propriedades, foi preciso ir às prefeituras, aos sindicatos rurais e à Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER, para coletar dados sobre os produtores e poder determinar a melhor forma de entrevistá-los. Outra informação que seria de grande utilidade versa sobre as propriedades

---

12 Como mencionado anteriormente a proposta foi a de pesquisar os produtores que entregam leite na formalidade.

13 Atravessador: que paga barato para quem produz e vende caro para o comprador.

onde os resfriadores estavam instalados. Complementaram-se as informações da pesquisa através de dados obtidos junto aos órgãos públicos, tais como: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, IBGE, AGRAER, Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO, e ainda: laticínios, resfriadores, produtores de queijos, veterinários, dentre outros.

Além das questões abordadas nos questionários<sup>14</sup>, foi decisiva para também definir as condições dos produtores como classe trabalhadora a adoção do critério de classificação para os produtores que estão capitalizando os recursos e os camponeses que estão resistindo à luta na terra e pela terra.

Nessa definição, pretende-se demonstrar a evolução do capitalismo e a resistência do camponês nesse processo de desenvolvimento. Segundo Oliveira, (1993), muitos autores expressam correntes de pensamentos sob o ponto de vista capitalista, alegando que os camponeses devem desaparecer, pois eles seriam “resíduos” que o progresso capitalista extingiria.

Segundo Kautsky (1998, p. 148), a presença camponesa no campo significava o atraso econômico e social presente nesse meio. Apegado ao seu pedaço de terra, o camponês:

[...] em geral sempre desconfiado, o seria em particular diante da organização, porque as condições atuais de seu trabalho e de sua vida o isolam ainda mais do que o artesão, desenvolvendo menos que neste as virtudes sociais.

O pequeno camponês, proprietário ou arrendatário, cultivando o seu pedaço de terra é ainda proprietário de seus meios de trabalho e modo de produção. Apesar de estar livre dos tributos e da corvéia feudal, é dono da terra que cultiva. Porém, entende Kautsky (1998) que o seu fim está próximo, pois, a essência do desenvolvimento do capitalismo consiste na produção de duas classes sociais antagônicas: proletariado e burguesia.

Segundo Martins (1996 *apud* BOMBARDI, 2003, p.110), o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendram relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. O desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá, em primeiro e fundamentalmente, pela sujeição da renda da terra ao capital, quer pela compra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês; assim:

---

14 O questionário consta em apêndice, ao final deste trabalho.

O fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Primeiramente, o capital sujeita a renda da terra e em seguida subjugando o trabalho nela praticado (OLIVEIRA, 1991, p. 49).

Martins (1996 *apud* BOMBARDI, 2003), leva a compreender que é justamente a especificidade do trabalho camponês, notadamente familiar, o fator que possibilita sua reprodução. Tendo em vista esta reprodução do campesinato no capitalismo, fica evidente a sua permanente relação com o mercado, ou seja, a produção camponesa não se dá de forma isolada.

Caracterizar os produtores em classe e trabalhar com o conceito de camponês tal como propõe autores como: Martins (1986) e Oliveira, (1996), significa entender o camponês inserido no modo capitalista de produção.

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista significa entender que ele supõe sua produção ampliada, ou seja, ela só será possível se articulada com relações sociais não-capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados de reprodução dessas relações não-capitalistas (OLIVEIRA, 1996, p. 11).

Essa concepção do campesinato, como classe social e o capitalismo fundamentam esta pesquisa e nesta discussão está assentada a premissa de que, como o campesinato se reproduz no interior do capitalismo quanto à produção de leite, e também em como é vista essa classe em luta pela busca da permanência na terra, e a classe trabalhadora em luta por uma política digna e por ser reconhecido como cidadão lutando pelo respeito ao seu modo de vida, diferente da cidadania burguesa.

Nesse processo de produção do leite, e analisando o que diz Oliveira, (1981) sobre o camponês, que lida com o limite de sua sobrevivência e de sua família, vendendo seus produtos por um preço por vezes, inferior ao gasto que teve, ele na verdade transferindo parte de sua renda para a sociedade como um todo, ou seja, o capital está extraindo o seu trabalho excedente. A esse processo se chama de sujeição da renda da terra ao capital. O que pode ser entendido com a produção do leite nessa bacia é que o capitalismo carrega consigo a necessidade constante da produção do camponês.

Precisa-se deixar claro que a relação entre os camponeses, como classe social, supera, e muito, a concepção de atraso e de arcaísmo, pelo reconhecimento do avanço dos camponeses em seu poder de mobilização e articulação, dispondo da tecnologia e superando o isolamento que aparece implícito ao campo no discurso marxista, quando se refere ao período



histórico Feudal e à classe social destinada pelas políticas públicas como produtores destinados ao fracasso.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apóia-se na premissa do conceito da construção do território e nos processos de territorialização na reprodução da classe camponesa como parte do território sendo entendidos a partir de diálogos com autores que destacam a resistência dos camponeses no modo de produção capitalista.

No segundo capítulo, analisou-se o processo da ocupação do território em Mato Grosso do Sul e as transformações ocorridas ao longo da história quanto ao entendimento do processo da distribuição de terras e a afirmação do avanço das transformações capitalistas na agricultura, em resultado de políticas governamentais favorecendo as propriedades de grande porte, acarretando atraso nos pequenos estabelecimentos. Destacou o território da Bacia Leiteira de Aquidauana os principais segmentos contextualizados quanto ao processo de produção da Bacia leiteira de Aquidauana, sendo destacados a produtividade e a produção de leite e como se deu à ocupação do território do Assentamento Monjolinho no processo histórico e sua localização no território da bacia.

No terceiro capítulo, destacou-se o desenvolvimento da cadeia Láctea brasileira, a partir de uma retrospectiva histórica e mostrou-se também a importância da produção de leite e as evoluções de acordo com as legislações, bem como a migração da produção de leite para outras regiões brasileiras. Discutiu-se, ainda, neste capítulo a evolução da produção de leite no Estado de Mato Grosso do Sul, destacando a distribuição das bacias leiteiras do Estado e os projetos em desenvolvimento com propostas de aumento na produção.

No quarto capítulo, são discutidos o resultado e a evolução da produção de leite na Bacia Leiteira e no Assentamento Monjolinho, correlacionando com as entrevistas de campo, no sentido de estar abordando a reprodução e a integração na produção de leite diante da ação capitalista e produção camponesa, e a sua importância como fonte de economia para os camponeses de baixa renda para a reprodução social, na medida em que proporciona uma renda possibilitando a permanência destes pequenos produtores no campo. Destacou-se o segmento da industrialização da produção de leite da bacia leiteira como parte integrante do território. Descreveu-se a produção e a comercialização de leite na informalidade no município de Porto Murtinho.

No quinto capítulo, discutiu-se a nova configuração do território, a regulamentação da Instrução da Normativa 51, que efetuou mudanças e reestruturação produtiva do setor lácteo. Com base em entrevistas levantadas, analisou-se a exigência/resistência dos produtores, nos

quais se evidenciou a exigência quanto ao setor que vem sofrendo uma série de imposições ao desenvolvimento tecnológico, apontando para uma transformação na produção, para o manejo com o gado leiteiro e métodos de ordenha, para a qualidade e higiene na produção leiteira, e aponta ainda para a resistência ao processo de tecnologia, contrapondo-se ao método simples de produção. Neste último capítulo também são apontadas às carências de recursos para investimento em melhorias nas propriedades e a falta de confiabilidade que a indústria traz para estes produtores.

## 1 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO E OS PROCESSOS DA TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO CAPITALISMO.

O território constitui-se em um dos conceitos-chave da ciência geográfica, tendo sido usado, primeiramente, na geografia política para designar o espaço apropriado por um determinado grupo social. Porém, existem outras concepções de território, além da vertente política, cultural e a econômica.

Dentre várias concepções, tem a noção de território enquanto “[...] um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]”, segundo Souza (1995 p. 78).

Assim determinados segmentos sociais disputam apropriação de um espaço específico com seus recursos naturais, no caso em questão são os processos da construção camponesa no modo de produção capitalista na produção de leite.

Raffestin (1993), utiliza a noção de configuração territorial, concebendo que o espaço é anterior ao território, um espaço é medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator [...] Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Então, ao agir com intencionalidade, o ator territorializa o espaço, onde se projetou um trabalho que revela relações de poder. Quando o território se expande pelo espaço não conquistado cria novas formas de territorialidade, ou territorialização que provoca novas formas de desterritorialidade ou desterritorialização.

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p.7-8).

O território deve ser compreendido como síntese contraditória como a totalidade concreta do processo ao modo de produção capitalista que gera em sua distribuição, circulação e consumo de bens como as suas articulações e mediações superestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. Todavia envolvem posições múltiplas; sob esta perspectiva de análise, há uma visão integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas.

A lógica contraditória do modo capitalista de produção constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução de capital (OLIVEIRA, 2007).

Na formação territorial capitalista no Brasil esses processos contraditórios produzem /geram movimentos de concentração da população, primeiro nas regiões metropolitanas, depois nas capitais regionais e em geral nas cidades. (...)

No campo esse processo está igualmente marcado pela industrialização agrícola, ou seja, pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terra ou ao capitalista/proprietários de terra a apropriação da renda capitalista da terra na sua forma diferencial e/ou absoluta. Está marcada, pois pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios.

Porém, esse processo no campo também está marcado contraditoriamente pela expansão da agricultura camponesa, cujo capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra do camponês, transformando-a em capital. Aqui o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa. (OLIVEIRA, 2007, p. 76).

Bombardi (2004, p.34) confirma, quando ela menciona em seu livro *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*, que o “território é construído a partir das relações sociais estabelecidas em um dado espaço ao longo do tempo; deve-se compreender que na atualidade ele é materialização do modo capitalista de produção”.

É possível compreender a lógica da construção por meio de processos da territorialização e desterritorialização, que provocam reordenamentos territoriais, da Bacia Leiteira de Aquidauana tomar como apoio teórico a contribuição dos conceitos frente à territorialização camponesa no capitalismo, expulsando e/ou subordinando os aos interesses do capital, em que a exploração do trabalho se produz pelos mecanismos do mercado e na base do surgimento da propriedade privada dos meios de produção.

Procura-se entender a construção ou apropriação do território da bacia leiteira de Aquidauana se dá por meio do trabalho humano onde cada território é particular, apresentando múltiplas configurações e determinações através de aspectos econômicos, culturais, sociais, simbólicos etc, O povoamento dos espaços que pertenciam aos latifúndios, ao longo da história do Estado de Mato Grosso do Sul, e desta bacia é traço importante nessa conquista do território.

Os camponeses instaurados na Bacia Leiteira de Aquidauana, dos proprietários de terras que conseguiram por compra, herança ou posse, é o de um dinamismo das reproduções

sociais e econômicas da cultura se traduzem nas diversificações das atividades, produzindo produtos agrícolas e força de trabalho familiar.

A cada divisão do trabalho, muda o uso do território em virtude dos tipos de produção e das formas como se exercem as diversas instâncias de produção, exigindo novos objetos geográficos (casas, silos etc.) e atribuindo valores novos aos objetos preexistentes (SANTOS, 1997, p. 114-115).

Portanto o território da Bacia Leiteira de Aquidauana é uma reordenação do espaço, ocorrendo os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das sociedades, no momento que ocorreram, desde a sua História no processo migratório de ocupação depois na divisão de terras por herança, na desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais, sendo que com a desterritorialização do latifúndio ocorre a territorialização dos assentamentos, portanto a desterritorialização do latifúndio ocorre conjuntamente com a reterritorialização dos camponeses, no qual esses dois procedimentos são partes dos processos sucessivos de territorialização. Como menciona Saquet (2007).

A des-territorialização e a re-territorialização são contraditórias, mas complementam-se; coexistem no campo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidos pela EPC, sendo que as redes estão e atuam em ambos os processos. A des-territorialização num lugar significa re-territorialização noutro, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território (SAQUET, 2003 [2001] *apud* SAQUET, 2007, p.128-29).

Todavia a constituição do território desta bacia leiteira demonstra que a realidade econômica é resultado de um conjunto de políticas que envolvem sujeitos, territórios, conflitualidade, ocupação de terra, mercado, Estado e instituições diversas. Entre os produtores de leite pesquisados, uma parte é de camponeses assentados que lutaram pela terra para se ressocializar, e outros produtores são pequenos camponeses que adquiriram sua propriedade através de herança e compra realizada com “pedaço de terra”, como eles mesmos falam.

A construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. E em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialização que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultaneamente e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução (OLIVEIRA, 2004<sup>a</sup>, p. 40).

É importante destacar que a produção de leite na Bacia Leiteira de Aquidauana e no Assentamento Monjolinho para os camponeses foi uma alternativa de produção, muitos deles tinham aptidão agrícola e que transformaram uma relação de trabalho e de produção, estabelecendo um novo processo de territorialização uma nova reterritorialização que tenha, como principal objetivo, uma renda de sobrevivência familiar.

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as reterritorialidades (SAQUET, 2007, p. 127).

Portanto, são processos que estão ligadas às práticas capitalistas e aos interesses econômicos: quem produzir mais aumenta seu capital. Fomenta-se um mercado individualista tanto entre os produtores de leite, onde a unidade familiar camponesa torna-se um indivíduo, na bacia leiteira com a indústria (laticínio), pagando mais para quem produzir mais em uma vertente materialista, tal como Raffestin (1993):

A territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Na Bacia Leiteira de Aquidauana, os laticínios (indústria) extraem a renda da terra camponesa em seu favor, monopolizam o território dos camponeses pelo capital industrial da produção de leite que eles entregam para o laticínio sobre as condições de pôr o valor na sua produção, pagando o preço do leite muito baixo e assim se apropriando da renda da terra desses camponeses. Portanto, os agentes do capital monopolizam o território sem territorializarem-se, redefinindo relações camponesas (OLIVEIRA, 2007).

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. (MARTINS, 1986, p.177).

Por outro lado, favorece o domínio camponês do território, ou seja, apesar da territorialização camponesa, ele se reforça, pois os camponeses continuam com a posse da terra, e têm buscado, cada vez mais, as alternativas de produção e inserção no mercado.

Para entender as diferenças entre capitalistas e camponeses e entender o processo contraditório e desigual de desenvolvimento capitalista em geral, quer socialmente quer territorialmente.

Capitalistas são, portanto, todos aqueles que, possuidores de capital, o destinam à produção. Na agricultura, adquirem terras e outros meios de produção e controlam trabalhadores para trabalharem para eles em troca de um salário. (...) estamos diante de uma relação de trabalho e produção baseada na exploração do trabalho alheio.

Diferente, pois, daquela baseada na família, numa unidade camponesa, onde a família trabalha, em tese, para ela: ou então, naquela baseada na parceria onde a produção é dividida entre o proprietário da terra e o trabalhador (OLIVEIRA, 2002, p. 49).

Segundo Oliveira (2002), pode haver transformação camponesa em capitalistas, diante do desenvolvimento tecnológico (máquinas, fertilizantes, sementes selecionadas, agrotóxicos e outros) para aumentar a produção de alimentos nas fazendas capitalistas; este arsenal tecnológico está no mercado e também às disposições camponesas, e no momento que estes camponeses aumentam sua produção além do necessário para a sua sobrevivência, acumulando dinheiro, passam a contratar empregados para trabalhar em sua terra, e quando os membros da família deixam de trabalhar na produção, ficam só na administração e comercialização da produção, tornando-se, pois, capitalistas.

Entretanto, é especificidade do camponês o trabalho familiar, sendo que sua reprodução se dá do próprio modo de produção capitalista em relação ao mercado de trabalho e sua produção não se dá de forma isolada.

Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também dentro de uma mesma sociedade: trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam com não-camponeses: trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social (SHANIN, 1980 *apud* BOMBARDI, 2004, p. 56).

O contraste das relações dos poderes dos produtores capitalistas como predominam nesta Bacia Leiteira de Aquidauana, a cria, recria e engorda da pecuária bovina de corte e as grandes plantações de soja defrontam com os pequenos produtores de leite e as relações de identidade camponesa nas pequenas propriedades e no Assentamento Monjolinho e a produção para a sobrevivência.

Como menciona Bombardi (2004), é a partir da integração do campesinato com o capitalismo que é compreendido como uma classe social do capitalismo, ou seja, não reproduzem de forma capitalista, mas, no entanto, sua produção é necessária para a reprodução do mesmo.

Na contribuição de Chayanov sobre o entendimento do camponês Shanin relata que:

[...] a economia familiar não é simplesmente a sobrevivência dos débeis por meio de seu empobrecimento, que serve a benefícios muito superiores (superbenefícios) em outros lugares, mas também a utilização de algumas das características da agricultura e da vida social rural que, em ocasiões, podem proporcionar vantagens à economia não capitalista sobre as formas de produção capitalista num mundo capitalista (SHANIN, 1988 *apud* GUSMÁN E MOLINA, 2005, p. 67).

Portanto na obra de Karl Kautsky, escrita em 1899, *A Questão Agrária*, autor evolucionista e determinista marcado pela influencia do darwinismo, não via possibilidade de existência camponesa com a expansão do capitalismo assentado na atividade industrial. E, teoricamente, pressupõe a existência de apenas duas classes sociais, a burguesia e o proletariado. Os camponeses são considerados por Kautsky (1998) remanescentes de outros modos de produção pré-capitalistas.

No sentido da doutrina marxista, a solução é encontrada nessa contradição dialética; a acumulação capitalista necessita, para seu desenvolvimento, de um meio ambiente de formação social não-capitalista; avança em constante troca de matérias com eles e só pode subsistir enquanto dispõe desse meio ambiente (LUXEMBURG, 1970 *apud* BOMBARDI, 2004, p.53).

Entender o papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista, e no Brasil, em particular tornou-se fundamental. Como menciona Oliveira (2004), ou entendem a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou continuam ver muitos autores afirmando que os camponeses estão desaparecendo. “Entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil. [...] Os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuar sendo camponeses” (OLIVEIRA, 2004, p.35).

Isso passa, sempre, pela compreensão desse desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente, capitalistas mais avançadas, gera também, igual e contraditório, relações não capitalistas de produção e de trabalho, como, por exemplo, as relações camponesas, a peonagem etc., todas as necessidades à sua lógica de desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

Oliveira (2007), partilha da tese de que o campesinato tende a permanecer no capitalismo, seja porque as relações capitalistas não se estabelecem de modo homogêneo no tempo e no espaço, seja pela luta das famílias camponesas para não perder as terras ou conquistá-las, seja porque o sistema se beneficia da produção camponesa.



Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas (OLIVEIRA, 2007, p. 80).

Se de um lado, o mundo do capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, desprovido de todos os meios de produção, as relações de produção não-capitalista, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais; portanto, o processo contraditório do desenvolvimento do capital ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade de reprodução e existência do campesinato. Para Oliveira (1991):

Essa contradição tem nos colocado frente a situações em que há a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente à subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário a sua reprodução física (OLIVEIRA, 1991, p.11).

De acordo com Martins (1981), a terra é compreendida como renda capitalizada e o processo se materializa na sujeição da renda da terra ao capital, seja subordinando a produção da terra camponesa aos seus interesses, seja mediante a especulação com a terra, subordinando o trabalho que se dá na terra.

[...] é muito importante discernir entre produção do capital e reprodução capitalista do capital. A produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de relações capitalistas de produção, baseada, pois no capital e no trabalho assalariado. Portanto, não só relações não-capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da propriedade familiar de tipo camponês, como também determinadas relações podem não aparecer integrantes do processo do capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra. (MARTINS, 1986, p. 170-171).

Ainda segundo Oliveira (1991), a produção camponesa é a distinção do movimento na circulação entre esta e a produção capitalista, admitindo-se que a fórmula da produção camponesa seja M-D-M (M é mercadoria, D dinheiro, M mercadoria), vendem para comprar, na produção capitalista D-M-D (D dinheiro, M mercadoria, D dinheiro) na versão simples, e D-M-D' na sua versão ampliada, visando à acumulação. O objetivo da produção camponesa é o consumo e a aquisição de mercadorias. Portanto, em momentos de crise, ou trabalha-se mais ou priva-se mais.

Neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não são reguladas pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho, e do trabalho da sua família e não ganhos de capital exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. Apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, (...) suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado do capitalista (MARTINS, 1980 *apud* OLIVEIRA 1991, p. 61).

Todavia, a existência do camponês não deve ser vista como algo desolado do capitalista, mas como parte integrante neste modo de produção. A atividade camponesa não é oposta às bases de acumulação ampliada, observa-se praticamente o contrário, pois o fato de estar assentada em relações não tipicamente capitalistas permite a maximização da acumulação dos setores capitalistas (PAULINO, 2003).

## 2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO MATO GROSSO DO SUL

O processo de ocupação do território do Estado de Mato Grosso do Sul avançou por uma elite agrária capitalista, e atualmente está ocupado por uma sociedade urbanizada, que não desenvolveu a industrialização tipicamente do capitalismo industrial, ou seja, desenvolvida nas cidades, onde a população foi deslocada do campo para as cidades, desenvolvendo-se o predomínio da população urbana sobre a rural que desenvolveu tanto as relações sociais pré-capitalistas quanto às relações sociais capitalistas com a presença do camponato tradicional, do camponês proletariado e do latifundiário.

O Estado constituiu uma sociedade empresarial no campo determinando as atividades relacionadas a este tipo de economia, dinamizando uma dialética entre o urbano e o rural, com predomínio do primeiro, proletarizando o camponês e os agricultores familiares através do trabalho assalariado, com preponderância da economia alicerçada na presença do grande latifúndio ou empresas rurais, destacando a pecuária de corte e a grande produção de soja.

Sua característica consiste em ter uma estrutura fundiária de grande extensão de terra que ocupa pouca mão-de-obra. Dessa forma, a população se concentra em áreas urbanas, mesmo em cidades que ainda não receberam a indústria, ou seja, em região com o predomínio da economia rural.

Dados retirados do Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul (2006) demonstram que o processo de ocupação do território deste Estado sempre acompanhou os ciclos econômicos do País, com a expansão das atividades econômicas como a mineração e as fazendas de gado. A ocupação das fronteiras agrícolas em áreas de matas e, recentemente, em áreas de cerrado, provocou atração de contingentes populacionais advindos de outras regiões que se acentuaram a partir da década de 1940 com o crescimento da ocupação das terras voltadas, principalmente, para a criação extensiva de gado<sup>15</sup>. No período de 1940-1950, a estrutura fundiária do Estado era concentrada, tanto que as propriedades com menos de 100 ha – 37,5% dos estabelecimentos rurais – ocupavam apenas 0,6% da área total das propriedades. E as propriedades com menos de 1.000 ha representavam 71% dos estabelecimentos rurais e 7% da área, ao passo que as propriedades com mais de 1.000 ha representavam 29% dos estabelecimentos rurais e 93% da área.

---

<sup>15</sup> Esta atividade predominou até a década de 1960.

Desta perspectiva, parte-se para a compreensão das transformações políticas e econômicas que marcam a história do antigo Estado de Mato Grosso, como as iniciativas de uma nova política, visando a colonização do Estado, que é acentuada no início do século XX com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1907 e a criação da Colônia Agrícola de Corumbá no mesmo ano. Segundo Batista (1995), essa colônia agrícola intensificou-se pelo incentivo das colônias oficiais para desenvolver uma agricultura intensiva de cereais para servir os Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Com as colonizações oficiais Federal, desenvolvidas no final da década de 1940 até a metade da década de 1960<sup>16</sup>, criou-se a colônia de Dourados. A partir desse projeto, considerado bem sucedido, outros foram sendo implantados, expandindo a fronteira agrícola para a porção meridional do Estado do Mato Grosso, tornando-a mais desenvolvida, se comparada à sua parte norte. Contudo, é sabido que a desordem em que se encontra o mosaico fundiário no Mato Grosso é fruto da política desenvolvida no regime militar que, na ânsia de assegurar a soberania nacional, desorganizou o espaço fundiário dando origem à concentração fundiária. Isto porque a formação do território, assim como a legislação fundiária, foi fruto do interesse das elites dominantes, durante todo o período do Brasil Colônia, vindo a se consolidar durante o período republicano e permanecendo até hoje.

A partir da década de 50, sobretudo depois de 1970, começa a se desenvolver no sul do Estado, nas áreas de mata, a pecuária extensiva melhorada, tratada com pasto plantado – colônio<sup>17</sup> – o que impulsionou, nos anos de 1950-60, a formação de grandes extensões de terra nesses locais. O desmatamento se deu à custa dos camponeses, que prestavam serviço de meeiro, desmatavam e em troca entregavam a propriedade formada com pastos. Este arrendatário utilizava o serviço de empreitadas através do “gato”<sup>18</sup> que arregimentava trabalhadores nordestinos (MIZUSAKI, 2003, p. 53).

Entre 1950 – 1970 a reestruturação da ordem econômica internacional, baseada no capitalismo monopolista, favorece o fortalecimento do Estado e da Região, aparece como um instrumento fundamental para as estratégias político-econômicas que visam unificar o mercado nacional para operações que levam à acumulação capitalista em bases produtivas (BECKER, 1986; ARAÚJO, 2004 *apud* BARBOSA, 2005).

---

16 Ainda, no período compreendido entre 1947 e 1964, a colonização particular teve grande impulso, alavancada pelo governo estadual, em atendimento à política do governo federal, que pretendia expandir a fronteira agrícola, absorvendo assim os excedentes populacionais (CARDIM *et al*, 1998).

17 A base de domínio de capital industrial da revolução verde ocorre com a transformação da estrutura fundiária do Estado a partir de 1960, apresentando sinais de mobilidade, passando a sofrer alterações em todos os estratos de áreas, acentuando ainda mais a concentração de terra verificada em décadas anteriores.

18 Por “gato” entende-se: empreiteiro de mão de obra.

Justifica-se este fato na década de 1970, com a soja que se torna uma das principais atividades econômicas. Dentre os fatores que contribuíram para sua expansão, citam-se a conjuntura econômica e as condições geográficas favoráveis, o esgotamento da fronteira agrícola no Sul do país e a política do II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, vigente no período de 1975 a 1979, visando ao processo de modernização da agricultura nas terras da fronteira agrícola ao sul. Segundo Batista (1995, p. 19):

A exploração intensiva da pecuária predominando nas regiões Sudoeste, Leste e Sudeste do Estado, o modelo econômico capitalista enxerta em Mato Grosso do Sul através da política do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), vigente no período de 1975 a 1979, o processo de modernização a agricultura nas terras da fronteira agrícola ao Sul, onde incrementou uma política colonizadora da década de 70, gerando o desaparecimento dos pequenos proprietários em dez anos (1980), mesmo assim o Estado em 1985 apresentou uma média significativa quanto à pequena propriedade, maior que a média nacional.

Os processos de desenvolvimento do campo brasileiro e de Mato Grosso do Sul têm apontado na direção, segundo Oliveira (1996, p. 281), da “concentração de terras e, contraditoriamente, para a expansão da agricultura camponesa”. Bem como do trabalho assalariado nas médias e grandes propriedades, paralelamente ao fracionamento das pequenas. Esse processo possibilita a análise da territorialização do capital e do monopólio do território por esse mesmo capital.

Dessa maneira, ressalta ainda Oliveira (1996), que habitualmente, o capital, via industrialização da agricultura, privilegia culturas voltadas para a exportação em detrimento das culturas voltadas para o abastecimento do mercado interno. Porém, há entre os camponeses uma resistência a este processo. “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é um exemplo desta luta pelo acesso à terra camponesa, mesmo nos lugares onde ela já se tornou capitalista” (OLIVEIRA, 1996, p. 306).

No Estado também houve outro processo de ocupação; com o passar do tempo os arrendatários acabaram adquirindo a terra em que trabalhavam, tornando a terra uma mercadoria, comprando partes de terras que eram arrendadas dos grandes latifúndios e de pequenos camponeses, que não tinham condição de trabalhar em suas propriedades devido à modernização da agricultura, tornando-se proprietários capitalistas. Com isso, ocorre uma redução da pequena propriedade no grupo de área de estabelecimentos com menos de 10 ha e aumentando a área a partir de 100 ha, como mencionado anteriormente.

Como menciona Oliveira, (1996, p. 113). “O capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho”.

Constata-se que a introdução da agricultura mecanizada provocou redefinições importantes na estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul, atraindo migrantes. Pode-se afirmar, hoje, que esta forma de ocupação não deu bons resultados, tendo como conseqüência a expansão da média propriedade, além de não atender à demanda de terra, decorrente da migração espontânea (ARAÚJO, 2004).

Segundo Oliveira (1993), o acordo assinado em 1974 entre Brasil e Japão, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER, viabilizou a expansão da soja para o Estado de Mato Grosso do Sul. Com esta expansão da produção de soja ocorreu a migração de sulistas, em função dos processos de concentração da terra gerados, contraditoriamente, pela própria expansão da soja no Sul do Brasil.

“A adequação da reestruturação fundiária e o desenvolvimento agrícola fazem-se necessário no processo de regionalização de economia voltada aos novos métodos de integração na perspectiva acelerada da globalização” (BATISTA, 1995, p. 46). A política fundiária estava vinculada às estratégias, utilizadas pelo Governo Federal, em seus diversos momentos históricos, na incorporação das áreas de fronteira à economia nacional.

Na Tabela 1, pode ser destaca o número de área dos estabelecimentos, e a proporção dos estabelecimentos em porcentagem, sendo assim averiguar a estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul.

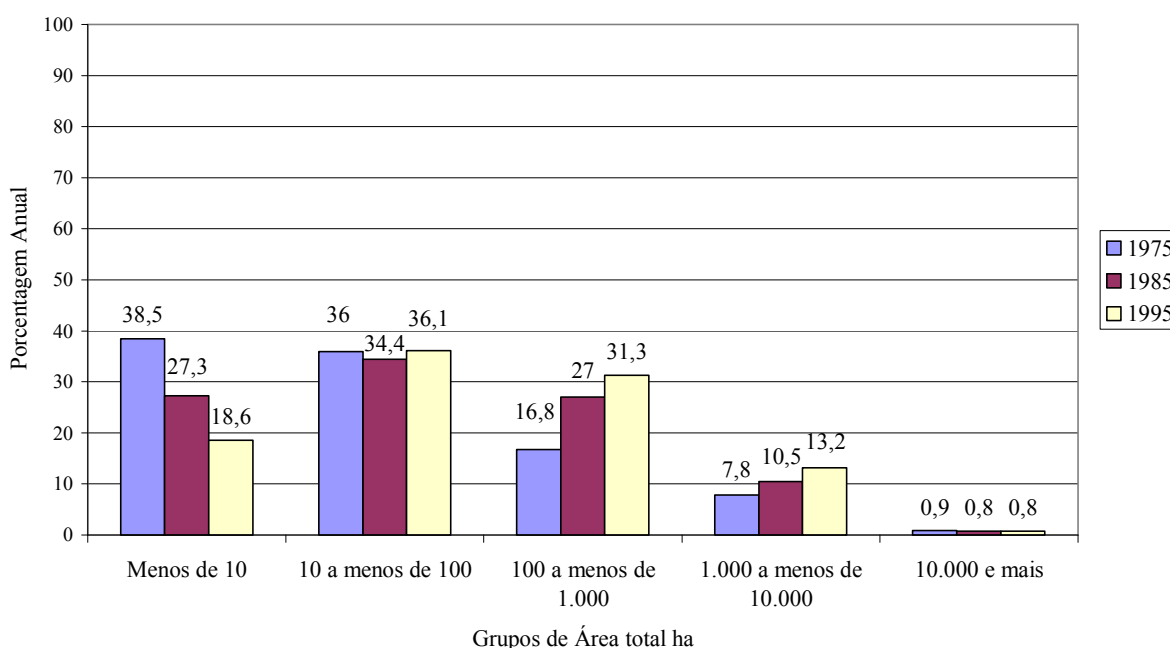
**Tabela 1.** Número e área dos estabelecimentos, por grupos de área total (%) – Mato Grosso do Sul – 1975/ 1985/1995.

Grupos de Área total ha	Proporção do n.º de estabelecimentos ( %)			Proporção da área dos estabelecimentos (%)		
	1975	1985	1995	1975	1985	1995
Menos de 10	38,5	27,3	18,6	0,4	0,2	0,1
10 a menos de 100	36,0	34,4	36,1	2,2	2,2	2,1
100 a menos de 1.000	16,8	27,0	31,3	12,3	17,4	19,4
1.000 a menos de 10.000	7,8	10,5	13,2	45,1	49,6	53,9
10.000 e mais	0,9	0,8	0,8	40,0	30,6	24,5
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

**Fonte:** IBGE – Censo Agropecuário 1985 – 1995/1996

Analisando a Tabela 1, nota-se mudança na estrutura fundiária em relação à distribuição de estabelecimentos agropecuários desde 1975, havendo uma significativa redução no número de estabelecimentos e de área menos de 10 ha. A análise do percentual de estabelecimentos com menos de 10 ha entre o ano de 1975 a 1995 permite conhecer que houve uma queda de 51,7%, contrastando em relação à proporção de estabelecimentos entre 1.000 a menos 10.000 que apresentavam, em 1975, 7,8% e 13,2% em 1995, ou seja, um percentual de crescimento dos estabelecimentos de 69,2%. E também houve um aumento na área de 45,1% em 1975 para 53,9% em 1995, um crescimento de 8,8% neste período de 20 anos.

No Gráfico 1, no período de 1975-1995, houve, portanto forte concentração, aumentando o número de estabelecimento nos grupos de áreas entre 100 a menos de 1.000 ha e de 1.000 a menos de 10.000 ha. As proporções do número desses grupos aumentaram devido à redução no grupo de estabelecimentos com menos de 10 ha. (IBGE, 1995/96).

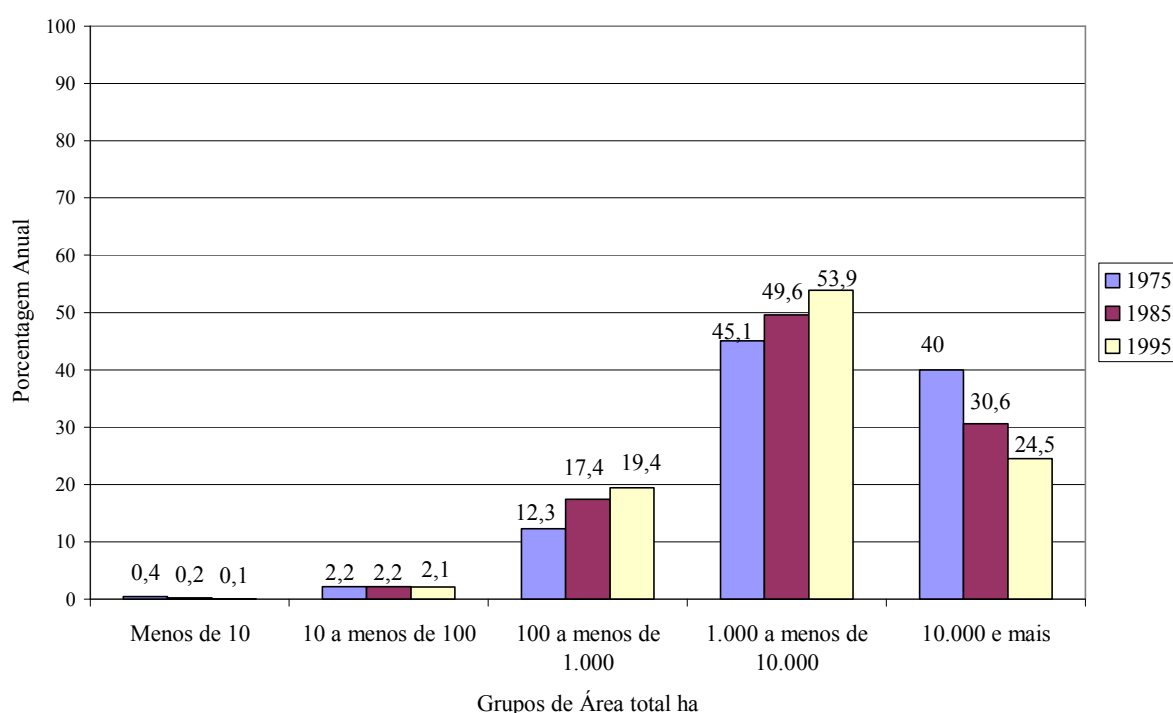


**Gráfico 1.** Proporção do número de estabelecimentos (%) – Mato Grosso do Sul.

**Fonte:** Censo Agropecuário 1985, 1995/1996.

No Gráfico 1, confere-se que estabelecimentos com menos de 10 ha no ano de 1975 eram representativos e, ao longo dos anos, estes tenderam à diminuição. Fator em destaque são os números de estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 que aumentaram no Estado. Este processo está vinculado à fragmentação de terras por herança vinculada às fazendas mais antigas do Estado de propriedades de famílias tradicionais e às vendas.

Assim, observa-se no Gráfico 2, a seguir, que a estrutura fundiária apresenta transformação com uma diminuição da área dos estabelecimentos dos pequenos proprietários e também nas áreas do latifúndio por extensão na faixa acima de 10.000 ha. Segundo dados do IBGE (1995/96), isso ocorreu devido ao processo de reestruturação produtiva, que veio acompanhado da introdução de um vasto leque de inovações tecnológicas. Desse modo, os camponeses, não dispendo de recursos para aumentar sua produtividade e eficiência de seus negócios, perderam a competitividade e, em muitos casos, tentando fazer melhoria fizeram financiamentos se endividando e não podendo pagar, acabaram perdendo suas propriedades.



**Gráfico 2.** Proporção da área dos estabelecimentos (%) – Mato Grosso do Sul.

**Fonte:** Censo Agropecuário 1985, 1995/1996.

O Gráfico 2, justifica-se o aumento significativo nas áreas de propriedades na faixa entre 100 a 10.000 ha segundo dados do IBGE; tal fato ocorreu com a vinda de arrendatários no início da expansão agrícola sendo atraídos pelos incentivos da expansão da agricultura comercial moderna com forte participação dos agricultores do Sul do país.

Contudo, como se pode observar, este foi um processo ocorrido ao longo dos anos, com o modelo de Reforma Agrária capitalista que modernizou a média propriedade, no Estado de Mato Grosso do Sul, confirmando que a estrutura fundiária no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul ainda está nas mãos de poucos, havendo uma concentração de domínio e poder nas decisões de melhoria de qualidade de vida e determinações na condição



do camponês da forma de cultivo das terras, não deixando muita opção, quanto ao cultivo, tendo que acompanhar o processo do desenvolvimento capitalista; mesmo cultivando a terra para sua sobrevivência, necessita acompanhar este processo para comercializar seu produto de acordo com a demanda do mercado.

**Tabela 2.** Dados de uso da terra dos Censos Agropecuários – Mato Grosso do Sul – (há)1985/1996.

<b>Categorias</b>	<b>1985</b>	<b>1995</b>
Área aberta	15.281.042,00	17.814.849,00
Área em lavouras	1.902.970,00	1.383.711,00
Pastagens cultivadas	12.144.529,00	15.727.930,00
Matas plantadas	454.251,00	181.080,00
Área em descanso	195.762,00	118.185,00
Área produtiva, mas não usada.	583.530,00	403.943,00
Pastagens nativas	9.658.224,00	6.082.778,00
Matas naturais	4.170.597,00	5.696.659,00
Terras inaproveitáveis	1.998.952,00	1.348.486,00

**Fonte:** IBGE – Censo Agropecuário 1985 – 1995/1996

Os dados da Tabela 2 revelam que o uso da terra no Estado de Mato Grosso do Sul concentra-se, praticamente, em pastagens, principalmente cultivadas, demonstrando a ocupação com a pecuária bovina e a dominação extensiva das áreas sendo desenvolvida pela classe dos proprietários de terra. Tal fato justifica a diminuição das pastagens nativas onde os grandes proprietários de terras têm investido na melhoria de sua pastagem para atender a nova demanda das indústrias quanto à produção da pecuária bovina.

**Tabela 3.** Área Colhida das Principais Lavouras, Segundo os Censos Agropecuários – Mato Grosso do Sul – 1985/1996

<b>Lavouras</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	
	<b>1985</b>	<b>1995-1996</b>
Algodão	59.427,00	48.799,00
Arroz em casca	219.533,00	59.947,00
Cana-de-açúcar	43.246,00	78.347,00
Feijão em grão	42.841,00	17.303,00
Mandioca	12.724,00	14.368,00
Milho	159.985,00	416.684,00
Soja em grão	958.568,00	746.168,00
Trigo	153.661,00	31.573,00

**Fonte:** IBGE – Censo Agropecuário 1985 – 1995/1996

A Tabela 3 apresenta área colhida e nota-se que a soja se destaca, em termos da maior produção; no entanto, houve um significativo aumento na produção da cana e do milho no intervalo dos anos de 1985 a 1996, enquanto a produção total da soja caiu nesse mesmo intervalo de anos. Esta dinâmica de produção advém da incorporação do sistema produtivo nacional, ocorrida a partir dos anos de 1970, com a implantação de um grande projeto de modernização da agricultura regional, em função de uma política de incentivos fiscais e linha de créditos que incrementou a produção em grãos com a integração do complexo industrial, voltada para o cultivo de milho e soja, com base na produção em larga escala construindo uma reorganização na estrutura fundiária do Estado quanto ao acesso e uso da terra. Oliveira (1993) confirma que durante o desenvolvimento capitalista no Brasil ocorreu o predomínio de capital industrial ou comercial atuando na circulação, sendo a renda da terra produzida na agricultura não diferente no Estado de Mato Grosso do Sul.

Constata-se, na Tabela 4, que a atividade pecuária bovina é uma das maiores de Mato Grosso do Sul, justificando o porquê das grandes propriedades fundiárias no Estado, com a criação de gado de corte em sistemas extensivos, tendo um aumento significativo de 15 milhões para 19,8 milhões no censo de 1996 e apresentando uma queda de 11,9% em relação ao censo de 2006; mesmo assim, o efetivo de bovinos ainda predomina no Estado de Mato Grosso do Sul, não se deixando de destacar que houve um incremento muito importante também na economia do Estado.

**Tabela 4.** Mato Grosso do Sul: efetivos de bovinos, suínos e de galináceos- 1985/1996

<b>Efetivos de</b>	<b>1985</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>
Bovinos	15.017.906	19.754.356	17.405.345
Suínos	400.656	508.813	860.598
Galináceos	2.801	10.971	39.157

**Fonte:** IBGE – Censo Agropecuário 1985 – 1995/1996 – 2006

Como pode ser verificado na Tabela 4, o crescimento dos efetivos, bovinos, suínos e galináceos foi significativo no Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente o crescimento de galináceos. Segundo Mizusaki (2003), vários fatores contribuíram para impulsionar o desenvolvimento dessa atividade no Estado de Mato Grosso do Sul e um dos fatores foram as perspectivas de mercado, geradas com a carne de frango, decorrentes da queda no seu preço, iniciada com o programa de estabilização econômica a partir da implantação do Plano Real. O efetivo de galináceos, com um aumento na sua produção aproximadamente de 292% entre 1985 para 1996, passando de 2,8 milhões para 11 milhões de aves, no decorrer dos anos. Como demonstra o censo de 2006, o Estado apresentou um crescimento de 257% em relação

ao censo de 1996. Isso se deve ao processo de modernização que vem ocorrendo ao longo dos anos.

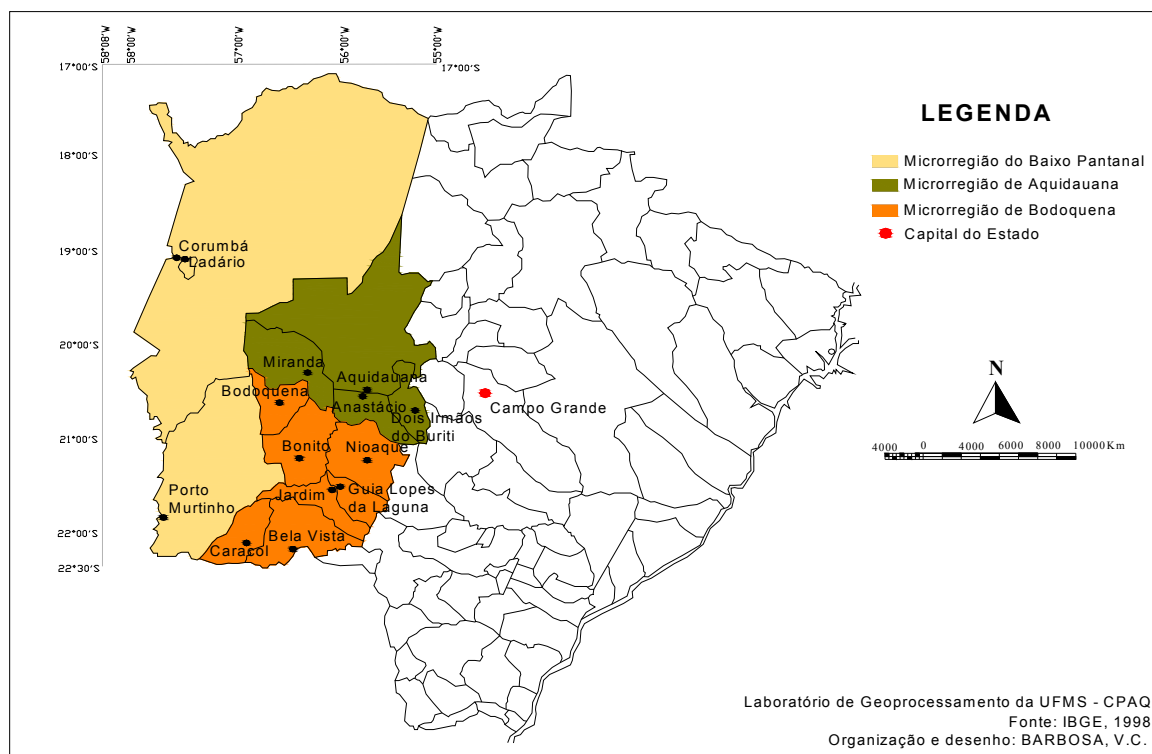
Do ponto de vista social, a modernização da agricultura brasileira promoveu o aumento da concentração de renda e de terras; gerou desemprego e êxodo rural; bem como, o acesso ao crédito agrícola que privilegiou grandes proprietários como no caso do Programa Voltado para Abertura de Fronteira Agrícola – POLOCENTRO, assim as políticas favoreceram os grandes e médios produtores em detrimento dos pequenos.

Portanto, a compreensão da estrutura organizacional territorial, existente no Estado de Mato Grosso do Sul, deve perpassar por uma reflexão crítica, considerando a dimensão histórica das relações sociais, norteadas por decisões políticas tendenciosas, que engendram a atual conjuntura do meio rural e que há uma resistência à agricultura capitalista, no momento que se vêem privilégios oferecidos para os grandes latifúndios com créditos agrícolas facilitados; todavia se vê também a resistência dos camponeses em luta pela terra e na luta para permanecer na terra, produzindo para a sua sobrevivência e atendendo o mercado local e regional, como é o caso apresentado nesta pesquisa sobre o processo de resistência camponesa na Bacia Leiteira de Aquidauana, tendo como ênfase o estudo de caso da produção do leite no Assentamento Monjolinho no município de Anastácio MS.

### **O Território da Bacia Leiteira de Aquidauana**

A Bacia Leiteira de Aquidauana é a maior em extensão territorial composta por quatorze municípios, possuindo 9.311 propriedades rurais distribuídas em uma extensão rural de 10.858.320 mil hectares (IBGE - Censo Agropecuário 1995/96), com um efetivo de bovino de 6.418.335 mil cabeças. No entanto, localiza-se numa região que apresenta menor vocação à atividade leiteira entre as nove bacias leiteiras distribuídas no Estado devido ao predomínio da pecuária de corte de cria, recria e engorda.

Por ser uma bacia de grande extensão territorial e estar localizada em três microrregiões. Figura 1.



**Figura 1.** Localização da Bacia Leiteira de Aquidauana no Estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: IBGE, 1998.

Fez-se necessário um adendo para entender melhor sua área. O critério de distribuições geográficas que está sendo adotado é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Serão aqui descritas as três microrregiões, a saber:

- A Microrregião Geográfica do Baixo Pantanal – MRG 01 – está localizada a noroeste do estado e abrange quase que totalmente o Pantanal Sul-Mato-Grossense. Os municípios que dela fazem parte são: Corumbá, Ladário e Porto Murtinho. Seu relevo é caracterizado por uma topografia bastante plana, apresentando altimetria média entre 80 e 300 metros, sendo de 100 m em sua maior parte. O noroeste apresenta algumas elevações que podem atingir até 1.000 metros. O clima geralmente apresenta estações bem definidas, ficando as temperaturas médias dos meses mais frios em torno de 20 °C. As precipitações pluviométricas variam de 900 a 1.700 mm anuais. Na produção dos principais produtos agrícolas, essa região tem uma participação de apenas 0,08%.
- A Microrregião Geográfica de Aquidauana – MRG 02 – que está localizada entre a região pantaneira e a depressão Aquidauana - Bela Vista. A esta MRG pertencem os municípios de Anastácio, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti e Miranda. Seu relevo apresenta altimetria variando entre 100 e 400 metros. O clima apresenta

uma estação seca muito bem definida, porém com temperatura mais elevada nos meses mais frios, que podem atingir até 24 °C. As precipitações pluviométricas variam de 1.200 a 1.700 mm anuais, com uma insignificância em relação ao Estado na participação quanto aos principais produtos agrícolas 0,83%.

- A Microrregião de Bodoquena – MRG 09 - fica a sudoeste do Estado e os municípios que fazem parte dessa microrregião são: Jardim, Nioaque, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol e Guia Lopes da Laguna. O relevo apresenta altimetria variando de 200 a 700 metros. A média de temperatura nos meses mais frios fica entre 15 e 20 °C. A pluviosidade anual varia de 1.200 a 1.500 mm. Esta Microrregião vem apresentando com regularidade a tendência de crescimento na sua produção agrícola de soja, milho e arroz, tendo, no período de 1998/2002, obtido uma média anual de 110.428 t no conjunto dessas culturas, em uma área média de 41.922 ha colhida. A produção se concentra basicamente nos municípios de Bela Vista e Bodoquena onde se destacam principalmente a cultura da soja, com rendimento de 2.880 kg/ha em 2003, e de milho, com produtividade de 3.988 kg/há, segundo dados do IBGE de 2003.

A Bacia Leiteira de Aquidauana, de acordo com dados da Embrapa gado de leite apresentou um cenário diferente da produção de leite em relação ao Brasil e o Estado de Mato Grosso do Sul houve queda brusca de produção no período dos anos 1990 a 1996, Tabela 5 Para se ter uma análise no ano de 1990 chegou a produzir 73.897,00 enquanto que no ano de 1996, obteve uma produção de apenas 38.476,00. Somente a partir de 1997 que começou a reagir apresentando produção 41.809,00 estando em 2005 com a produção de 52.707,00, não houve pesquisa quanto à queda da produção, todavia verificou que no Brasil houve mudanças econômicas neste período e uma delas foi à abertura do MERCOSUL – Mercado Comum do Sul que permitiram que as indústrias estrangeiras competissem no mercado interno, que trouxe enorme concorrência de preços entre os produtos do mercado interno e os do mercado externo, nivelando, praticamente, a maioria dos valores pagos aos produtores dos diferentes setores que produzem leite com baixa tecnologia, com uma produção primária, e nesta bacia a pecuária de leite é um exemplo clássico para caracterizar este processo, afetando significativamente atividade leiteira, este fato podem ser justificado a queda significativa de produção de leite na Bacia Leiteira de Aquidauana devido a localização geográfica que se encontram próximo a fronteira com os países do MERCOSUL.

Ponchio (2005) lembra que no passado às importações já trouxeram efeitos negativos para os produtores de leite, principalmente após o Plano Real quando em 1996, o país chegou

a importar 12% da produção total, fato que pressionou os preços internos e fez com que muitos produtores abandonassem a atividade.

**Tabela 5.** Produção de leite da Bacia Leiteira de Aquidauana (1990/2005)

ANO	Efetivo Bovino (cabeças)	Vacas Ordenhadas (cabeças)	Produção (mil litros)	Produtividade (litro/vaca/ano)	Produtividade (litro/vaca/ano)
1990	4.742.760	68.920	73.897	1.072,2	2,9
1991	4.932.690	72.425	76.064	1.050,2	2,9
1992	5.051.267	70.859	76.314	1.076,2	2,9
1993	5.096.893	70.391	72.528	1.030,3	2,8
1994	5.153.623	68.298	43.191	632,4	2,0
1995	5.091.976	67.266	41.829	621,8	2,0
1996	4.916.845	52.544	38.476	732,3	2,0
1997	4.958.262	53.236	41.809	785,4	2,1
1998	5.035.340	54.419	43.252	794,7	2,2
1999	5.006.013	53.867	40.423	750,4	2,0
2000	5.124.978	55.241	46.328	838,6	2,3
2001	4.891.298	55.884	45.429	812,9	2,2
2002	5.371.598	56.681	47.557	840,0	2,3
2003	6.156.187	56.612	48.321	853,5	2,3
2004	6.154.907	58.943	50.472	856,3	2,4
2005	6.418.335	61.491	52.707	894,2	2,5

**Fonte:** Embrapa Gado de Leite. **Org.:** BARBOSA 2007.

Dentre 1990 a 1997, a produção de leite era de 53,5% do total desta bacia leiteira sendo ordenhadas 55,5% de vacas. A partir desse período, apresentou-se um decréscimo, tanto na produção de leite quanto no número de vacas ordenhadas.

Quanto à recuperação e o aumento crescente que vem apresentando nos últimos anos foi justificado por alguns produtores pela expansão da rede rodoviária no Estado do Mato Grosso do Sul, permitindo a articulação dos municípios com Campo Grande – a capital do Estado – criando um mercado para a produção leiteira sub-regional e instalações de resfriadores nas propriedades mantendo a conservação do produto. Como se pode observar que a produção somente começa a reagir a partir do ano 2000 tanto na produção quanto na produtividade das vacas.

É possível constatar na Tabela 6, no ano de 2005 a Bacia Leiteira de Aquidauana produziu 52.707 mil litros de leite, sendo ordenhadas 61.491 vacas. Nesta bacia, a produção

de leite teve uma representação muito baixa em relação à produção de vacas ordenhadas e extensão territorial; os municípios têm sua expressão na configuração fundiária de uma apropriação capitalista formada por grandes latifúndios onde desenvolvem a pecuária de corte que é bastante representativa nesta bacia.

**Tabela 6.** Característica da bacia leiteira de Aquidauana – 2005.

Municípios	Área (ha)	Propriedade	Efetivo Bovino cabeças	Vacas Ordenhadas cabeças	Leite (mil litros)
Anastácio	232.880,00	735,00	312.646,00	5.231,00	4.744,00
Aquidauana	1.155.774,00	808,00	807.116,00	4.898,00	4.214,00
Bela Vista	416.933,00	583,00	440.686,00	5.481,00	5.410,00
Bodoquena	227.384,00	596,00	182.822,00	2.672,00	2.391,00
Bonito	489.415,00	734,00	382.330,00	5.508,00	4.746,00
Caracol	243.539,00	340,00	267.463,00	2.660,00	2.649,00
Corumbá	5.207.767,00	1.209,00	1.957.141,00	12.343,00	8.732,00
Dois Irmãos do Buriti	206.235,00	571,00	248.605,00	3.346,00	3.087,00
Guia Lopes da Laguna	109.150,00	456,00	148.131,00	3.665,00	3.453,00
Jardim	210.909,00	266,00	200.635,00	2.457,00	2.302,00
Ladário	28.491,00	93,00	18.312,00	1.174,00	1.112,00
Miranda	679.858,00	902,00	361.832,00	2.847,00	2.539,00
Nioaque	336.079,00	1.543,00	387.774,00	4.072,00	3.811,00
Porto Murtinho	1.313.902,00	475,00	702.842,00	5.137,00	3.517,00
<b>Bacia de Aquidauana</b>	<b>10.858.316,00</b>	<b>9.311,00</b>	<b>6.418.335,00</b>	<b>61.491,00</b>	<b>52.707,00</b>

**Fonte:** IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. **Org.:** BARBOSA, 2007.

Pode se verificar na Tabela 6, que o município de Corumbá destaca-se em extensão territorial e que regionalmente está como um dos maiores produtores de gado de corte do Estado; portanto o município que se destaca em quantidade de propriedades é Nioaque, com 334 propriedades a mais que Corumbá, em uma diferença a menor de extensão territorial que Corumbá de 3.998.767,00.

Dados de campo revelam nos municípios pesquisados desta bacia quem estão produzindo leite são estabelecimentos com o maior número de produtores demonstrando que estão em pequenas propriedades, como pode ser averiguado na Tabela 7. A Bacia Leiteira de Aquidauana tem uma proporção significativa no número de estabelecimento em especial nas áreas com menos de 10 ha, e com menos de 100 ha.

**Tabela 7.** Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total (ha), em 1995, bacia leiteira de Aquidauana.

Grupos de área total (ha.)	Proporção do n.º de estabelecimentos	Proporção da área (ha)1 dos estabelecimentos
Menos de 10	2.290,00	7.994,00
10 a menos de 100	3.269,00	105.087,00
100 a menos de 200	503,00	68.103,00
200 a menos de 500	799,00	2.555.324,00
500 a menos de 2 000	1.276,00	1.282.758,00
2 000 e mais	1.174,00	9.139.054,00
TOTAL	9.311,00	10.858.320,00

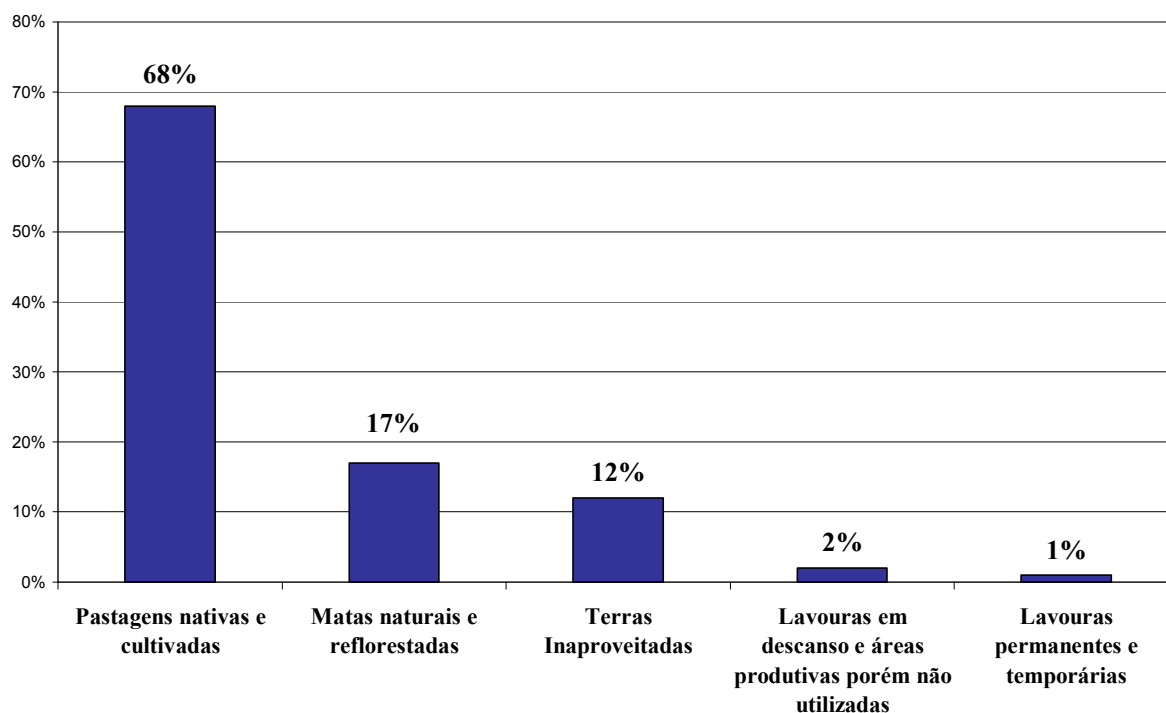
**Fonte:** IBGE – Censo Agropecuário de 1995/1996. **Org.:** BARBOSA 2007.

Confirma-se, assim, o que Oliveira (1993, p. 31) diz: “pequenas unidades camponesas têm sido responsáveis diretas pela maior parte do volume de produção”. E neste caso a indústria de laticínio está sendo sustentada pela produção camponesa.

Todavia, ainda há concentração de terras em mãos de poucos. Dentre os grandes latifundiários – acima de 500 ha – de acordo com dados de campo, encontrou-se produtores de leite com esta grande concentração de área que produzem leite e mantêm a quantidade de produção o ano todo. Ocorre que podem tratar melhores as suas vacas com insumos de qualidade, como farelo de soja e outros suplementos que a indústria oferece. Contudo, esses proprietários representam apenas 1% em relação ao número total de produtores entrevistados em comparação aos 20% que representam os que estão entre os 100 ha e 200 ha em área de produção leiteira.

Encontram-se nesta Bacia Leiteira de Aquidauana áreas em grande extensão territorial, com a predominância da pecuária de corte: são as pastagens nativas e cultivadas que ocupam a utilização de terras. De acordo com o Gráfico 3, as pastagens demonstram 68% da área da bacia, tendo sido conseqüências da acentuada pecuarização, de acordo com o Censo Agropecuário de 1995/96. As matas naturais e reflorestadas estão devastadas com apenas 17% do seu original, justificando a ação antrópica pelos interesses capitalistas, como menciona Oliveira (1986): o capitalista, ao invés de territorializar, monopoliza o território reestruturando de acordo com seus interesses, definindo assim o monopólio pelo capital.





**Gráfico 3.** Utilização da terra da Bacia Leiteira de Aquidauana.

**Fonte:** IBGE – Censo Agropecuário de 1995/1996. **Org.:** BARBOSA, 2007.

Portanto, a produção de leite nesta bacia vem passando por mudanças estruturais tais como a exigência da Normativa 51, (que será discutida no Capítulo 5), e a evolução tecnológica, bem como a recriação do campesinato que produz leite nesta bacia leiteira, caracterizado principalmente nas áreas de assentamentos. De acordo com as entrevistas realizadas, foi constatado que os produtores não são os mesmos de quinze anos atrás; a grande maioria começou a produzir leite a partir do ano de 2000. Ressaltou-se que as instalações de resfriadores são fundamentais para a viabilização e comercialização uma vez que aumentam cada vez mais a concorrência e a necessidade de reduzir custos.

Estes resfriadores são instalados em territórios estratégicos das propriedades rurais e pertencem a indústrias de laticínios ou a grupos de produtores que negociam a entrega do produto com determinada empresa. Todavia, algumas delas são instaladas em sedes dos municípios para atender a demanda de produtores que moram próximos às cidades, nos assentamentos e em propriedades particulares, representando, dessa forma, a dependência mútua entre indústria e produtores. Com as instalações tem-se facilitada a produção de leite nesta bacia, podendo-se dizer que se constitui em:

[...] sucessões de operações de transformação dissociadas capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico [...] e também um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre os estados de transformação, um fluxo de troca, situado de montante à jusante, entre fornecedores e clientes (BATALHA, 1997, p. 24).

Outra mudança que vem apresentando novas transformações estruturais na Bacia leiteira de Aquidauana são os territórios que se formaram com a reforma agrária, com a tendência dos camponeses assentados para a produção de leite e, assim, garantindo ganhos de renda permanente. Portanto, é a existência nesta bacia de trinta e seis assentamentos, nos quais foram assentadas 5.048 famílias, com uma área de 136.276 ha, que implantou a produção leiteira. O primeiro assentamento foi criado no município de Corumbá, em 03 de julho de 1984, e o mais recente foi o assentamento Nery Ramos Volpato, em Bela Vista criado no ano de 2004.

**Tabela 8.** Projetos de assentamentos criados pelo INCRA até 2004 na Bacia leiteira de Aquidauana.

Município	Área (Ha)	Família	Data de Criação	Projeto
<b>Anastácio</b>	<b>9.525,00</b>	<b>285</b>	<b>02.12.88</b>	<b>Monjolinho</b>
Anastácio	4.321,00	147	18.05.92	São Manoel
Bela Vista	1.504,00	47	04.06.87	Ita
Bela Vista	2.546,00	81	27.12.96	Tupanceretan
Bela Vista	6.327,00	152	11.08.98	Caracol
Bela Vista	1.550,00	28	26.12.01	Ressaca
Bela Vista	2.314,00	160	24.11.04	Nery Ramos Volpato
Bodoquena	4.720,00	149	11.07.91	Sumatra
Bodoquena	2.409,00	76	13.08.97	Campina
Bodoquena	4.360,00	235	1985	Canaã
Bonito	2.772,00	129	08.01.86	Guaicurus
Bonito	1.027,00	36	11.12.98	Santa Lúcia
Corumbá	3.812,00	134	03.07.84	Tamarineiro
Corumbá	1.962,00	87	08.01.86	Urucum
Corumbá	1.264,00	50	13.07.87	Mato Grande
Corumbá	10.014,00	394	20.10.89	Taquaral
Corumbá	10.621,00	319	15.12.95	Tamarineiro II
Corumbá	1.197,00	70	11.03.96	Paiozinho
Dois Irmãos do Buriti	1.525,00	61	2003	Paulo Freire
Dois Irmãos do Buriti	5.270,00	187	09.07.87	Marcos Freire
Dois Irmãos do Buriti	2.029,00	74	16.09.98	Santa Amélia
Guia Lopes da Laguna	2.344,00	72	30.09.98	Rio Feio
Guia Lopes da Laguna	2.164,00	90	13.02.85	Retirada da Laguna
Jardim	989,00	30	22.09.00	Guardinha
Jardim	1.071,00	80	09.07.02	Recanto do Rio Miranda
Ladário	2.343,00	85	14.10.98	Setenta e dois
Miranda	1.869,00	130	29.12.97	Tupambaê
Miranda	2.033,00	45	21.12.98	Bandeirantes
Maracaju/Nioaque	7.994,00	224	22.12.97	Santa Guilhermina
Nioaque	2.500,00	243	1996	Padroeira do Brasil
Nioaque	10.587,00	371	25.06.85	Nioaque
Nioaque	1.314,00	88	03.12.87	Colônia Nova
Nioaque	4.815,00	166	24.09.96	Andalucia
Nioaque	4.172,00	112	23.03.98	Palmeira
Nioaque	7.067,00	285	23.12.98	Uirapuru
Nioaque	3.945,00	126	23.12.98	Boa Esperança
<b>TOTAL</b>	<b>136.276,00</b>	<b>5048</b>		

**Fonte:** AGRAER, 2007, *grifo nosso*.

Os assentamentos foram implantados através da reforma agrária, como menciona Oliveira (2006), nas sociedades capitalistas a reforma agrária tem sido feita com o objetivo de mudar a propriedade privada da terra concentrada nas mãos dos latifúndios, dividindo-a e distribuindo-a para os camponeses e demais trabalhadores; esse fato foi expressivo nesta bacia leiteira, com uma nova reorganização no território, registrando mudanças que são marcadas, principalmente, pela concentração de terras pelos latifúndios, e a expansão da unidade camponesa marcada pelos diferentes modos de uso da terra pela produção de leite, como pode ser verificada na Tabela 8.

De acordo com a Tabela 8, é preciso esclarecer que os dados dos assentamentos que estão somente com o ano foram criados pelo IDATERRA<sup>19</sup> e os demais, que estão com datas completas, foram criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Estes assentamentos apresentam uma produção expressiva de leite *in natura* com a tecnologia de resfriamento, com o aparecimento de indústrias de laticínios nas sedes municipais vinculando-se ao mercado regional.

### **Território do Assentamento Monjolinho**

O Assentamento Monjolinho foi um projeto de colonização e reforma agrária, implantado pelo INCRA em 1990, tendo, como objetivo o desenvolvimento da agricultura familiar, para a resolução dos problemas dos camponeses “sem-terra”, que fazem da terra seu meio de trabalho e que se encontravam excluídos do sistema produtivo (SANTOS, 2005).

Esta área era utilizada, anteriormente, para a exploração de madeira<sup>20</sup> e pertencia à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – R.F.F.S.A. Com a implantação do assentamento, esta área teve sua utilização para a agropecuária, em regime de economia familiar. A exploração do solo era destinada, em grande parte, ao cultivo de culturas anuais. Atualmente, contudo, encontra-se com predomínio de pastagens, pois a base da sua economia é a produção de leite (SANTOS, 2005).

Em 24 de maio de 1990, foi realizado o sorteio dos lotes para as famílias. Após essa primeira divisão houve a abertura de mais dez lotes em uma área inicialmente destinada à Reserva Legal, ficando com 285 lotes ocupados por assentados e os seis restantes para suas funções originais.

---

19 Atualmente denominado AGRAER.

20 E nesta área permanecia uma paisagem natural.

Assim, explorou-se a área recebida em níveis diferentes e quem conseguiu ter a sorte de receber uma área com terra de melhor fertilidade, a área em hectares era menor e assim ocorreu a divisão em hectares de acordo com a Tabela 9, variando de acordo com a fertilidade do solo.

**Tabela 9.** Situação Fundiária do Projeto de Assentamento do Monjolinho em 1990

Propriedades (em ha)	Quantidade de lotes	Área em hectares	% ocupada em relação à área total
< 20	32	678,5400 ha	7,12
20-30	128	3.177,0868 ha	33,36
30-40	57	1.975,0081 ha	20,74
40-50	34	1.544,0456 ha	16,2
50-60	18	989,6077 ha	10,39
60-70	09	445,7353 ha	4,68
70-80	06	448,8532 ha	4,71
80-90	--	-----	-----
90-100	01	91,3629 ha	0,96
Total de propriedades	285	9.350,2396 ha	98,17
Área do núcleo urbano	01	33,0263 ha	0,34
Área destinada às escolas	05	4,9475 ha	0,05
Estradas projetadas		137,0073 ha	1,44
Área total		9.525,2207 ha	100,00

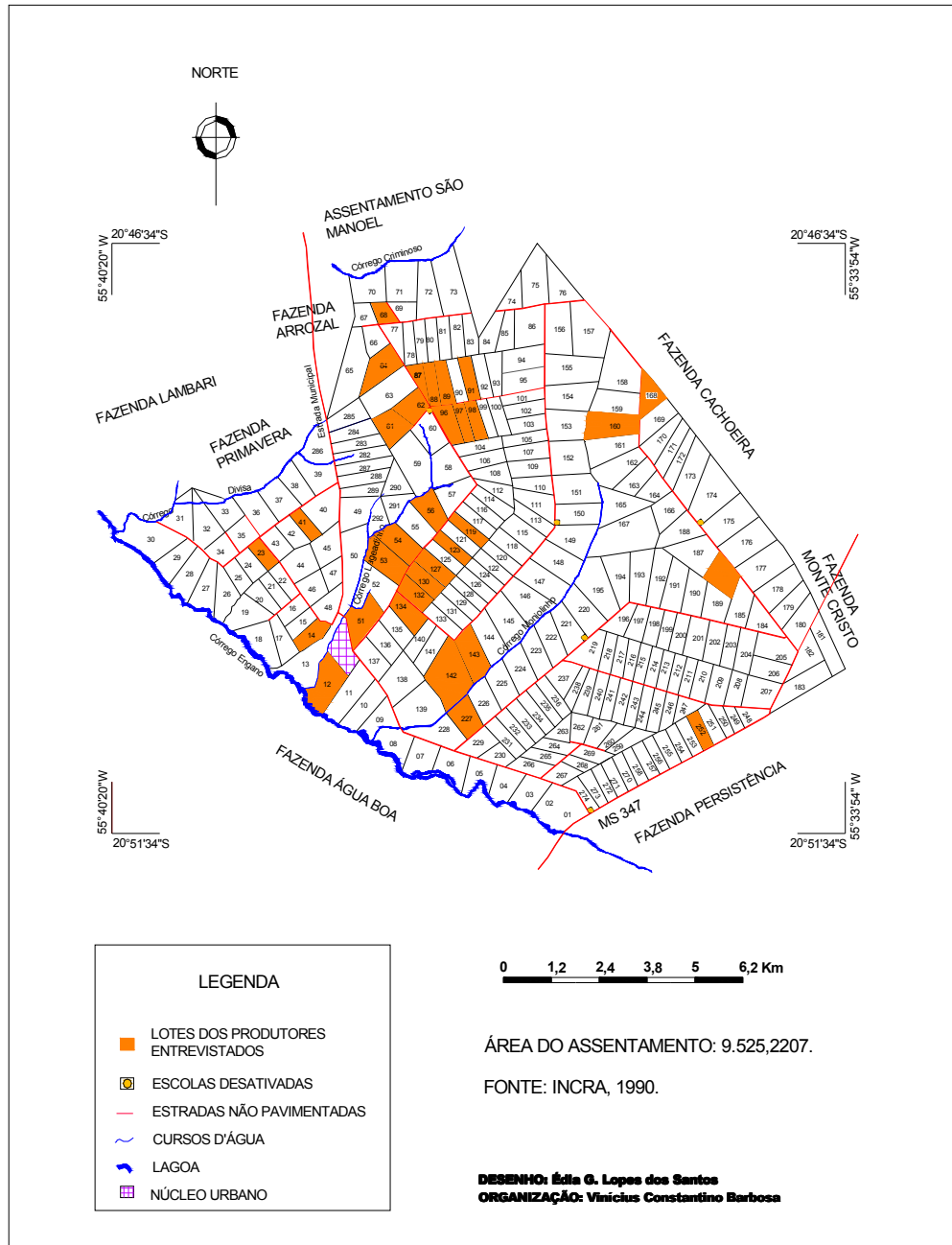
Fonte: INCRA (1990). Org.: SANTOS (2005).

### Localização da área do Assentamento Monjolinho

O Assentamento Monjolinho localiza-se no município de Anastácio/MS, aproximadamente, 138 km da capital do Estado, e da sede do município, a aproximadamente 59 km. Situa-se na Região fisiográfica do Pantanal Sul-Matogrossense e na Micro-Região Geográfica de Aquidauana. Segundo a classificação do IBGE (1997), na porção sudeste do município de Anastácio-MS. Possui uma área de 9.525,220 ha, compreendida pelas coordenadas de 55°33'54"W e 55°40'20"W, e de 20°46'34"S e 20°51'34"S. Tem como acesso as rodovias: MS – 347 – Nioaque – Dois Irmãos do Buriti – e a Estrada Municipal que liga à sede do município a outras regiões.

A área foi subdividida em duzentos e noventa e um lotes sendo que desse total: duzentos e oitenta e cinco pertencem a assentados, cinco são destinados às escolas – atualmente desativadas, e uma para um núcleo urbano – antiga área da sede da Fazenda

Monjolinho. O núcleo urbano, até o momento, é pouco habitado: cerca de vinte famílias residem ali, com os assentados, em sua maioria, residindo e trabalhando no próprio lote.



**Figura 2.** Localização do Assentamento Monjolinho.

Fonte: INCRA, 1990.

### A evolução histórica do Assentamento Monjolinho

Para entender o processo de conquista da área e das famílias que estão instaladas no Assentamento Monjolinho é necessário ter um conhecimento histórico elaborado pela equipe técnica da Antiga EMPAER (1989) de Aquidauana sobre a luta que ocorreu antes de suas

instalações até processo atual. Em 1985, havia um grupo de famílias acampadas em Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, composto por pessoas da região da Grande Dourados e por “brasiguaios”<sup>21</sup>. Para tentar resolver o problema dessas famílias, o governo do Estado, através do Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso do Sul<sup>22</sup> - TERRASUL - adquiriu uma área no município de Nioaque/MS, onde se localiza atualmente, o Assentamento Padroeira do Brasil, e foram assentadas nesse local quatrocentas dessas famílias. A dimensão da área era pequena em função do número de famílias, pois cada assentado recebeu um lote de quatro hectares, o que não resolvia inteiramente o problema.

Nessa época, o INCRA criou o Projeto de Assentamento – P. A- Nioaque, para abrigar famílias que ocupavam terras indígenas da reserva dos Kadiwéus. O local escolhido para o assentamento foi a Fazenda Conceição, pertencente à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – R.F.F.S.A. A negociação entre a R.F.F.S.A. e o INCRA, para a fundação do P. A. Nioaque despertou o interesse dos acampados, sindicatos de Trabalhadores Rurais, CPT – Comissão Pastoral da Terra, MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – e outras lideranças para outras áreas também pertencentes à R.F.F.S.A, como a Fazenda Santo Inácio, que possui a maior parte de sua área no município de Dois Irmãos do Buriti/MS e parte no município de Anastácio/MS; e as fazendas Monjolinho e São Manoel, no município de Anastácio, sendo que essas fazendas eram utilizadas para retirada de madeira destinada a dormentes para a via férrea.

Em 1987, ocorreu negociação entre o TERRASUL e a R.F.F.S.A. com relação à Fazenda Santo Inácio, com o intuito de retirar famílias acampadas às margens de rodovias, principalmente do sul do Estado, essa fazenda recebeu o nome P. A. Marcos Freire sendo que oitocentas famílias ali ficariam acampadas aguardando a desapropriação de outros locais. Inicialmente, não houve o corte dos lotes, sendo feitos agrupamentos segundo os locais de origem, realizando trabalhos em lavouras comunitárias. Posteriormente, parte dessas famílias ocupou a Fazenda Monjolinho numa área de 9.525,220 ha, juntamente com famílias do Assentamento Padroeira do Brasil, visando acelerar a resolução dos problemas referentes ao Assentamento Padroeira e ao acampamento na fazenda Santo Inácio que depois foi transformado em P.A. Marcos Freire.

Em outubro de 1988, a fazenda Monjolinho foi liberada para o assentamento provisório das famílias sem-terras. As famílias ficaram acampadas às margens do Córrego

---

21 Colonos brasileiros expropriados de suas terras e expatriados, pelo processo de modernização da agricultura em expansão no Oeste e Sudoeste paranaense, que trabalhavam em terras paraguaias e que retornaram ao Brasil (BATISTA 1995).

22 Hoje incorporado à atual AGRAER (Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural).

Engano, que é uma das divisas naturais da Fazenda Monjolinho, enquanto aconteciam as negociações entre o INCRA e a R.F.F.S.A. para a aquisição e desapropriação da área. Nessa época, também houve um acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anastácio para que fossem assentadas famílias pertencentes ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais desse município. Inicialmente, tal acordo previa o assentamento de trezentas e cinqüenta famílias, sendo cento e cinqüenta do P.A. Padroeira do Brasil, cento e cinqüenta do P.A. Marcos Freire e mais cinqüenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que formavam o grupo de Anastácio; eles pagavam o sindicato e tinham prioridade em conseguir terras, não havendo necessidade de ficar na estrada, só permaneceram um ano e oito meses no assentamento, na beira do Córrego Engano para poder segurar sua vaga, mas saíam para trabalhar em outras propriedades particulares.

O acesso a terra está ligado ao processo histórico de trabalhadores buscando um “pedaço de terra”, enfrentando por muitos anos uma guerra, e contando com a ajuda da CPT, estão hoje na terra Depois de muitas lutas e passando vários anos em acampamentos, com muito sofrimento, a adaptação ao novo lugar também foi difícil. Muitos vieram de várias regiões brasileiras com culturas diferenciadas. E, também, foi constatado que conseguiram as terras com o propósito de cultivá-las, mas não tinham nenhum meio de lidar com ela a não ser de forma braçal, sem nenhuma orientação de trabalho e estratégia de organização.

A luta pela a ocupação e a organização do Território do Assentamento Monjolinho acontece em decorrência de um conjunto de razões, como menciona Oliveira (2001 p. 189):

(...) teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas.

Por esse motivo, a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século passado foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social.

Assim, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo pois desterrados, "sem terra", que lutam para conseguir o acesso a terra.

Como se verifica nos versos de Souza (2001, p. 70) onde ficam claros os diversos dissabores na luta pela terra:

Ocupamos a Monjolinho  
Um pouco desorganizado  
Com menos 2 dias  
Por policiais despejados  
Não adiantou nem chorar  
Pois estava decretado  
No dia 4 de outubro  
Chegamos para ficar  
E, na terra prometida  
Começamos a organizar  
Dialogando com planos  
A CPT a orientar  
Achando que aí pro lote  
Ficamos quase dois anos!  
Começamos a discutir  
Com todo grupo a questão  
E o governo—quiabo,  
Resvalava de lado,  
Pensava que enganava:  
Dizia só negociava  
Se virasse “associação”.

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento de luta pela terra e para permanecer na terra. Não é somente o lugar da produção, mas também o lugar da realização da vida e de sonhos.

Para esses camponeses, com a conquista da terra e a possibilidade de se trabalhar nela, via-se a possibilidade de continuar sendo respeitados e existindo através de sua cultura e sua autonomia, bem como, na capacidade de produzir e crescer a partir de suas possibilidades e potencialidades e assim, já instalados, começaram a buscar melhorias desbravando a terra na luta pela sua classe, em busca dos direitos como cidadãos de bem através do trabalho e de políticas que visam às melhorias da qualidade de vida e respeito.

Como menciona Mizusaki (2003), os camponeses para as políticas públicas não são considerados como classe social, mas apenas agricultores familiares, ou seja, reduzem uma classe social, que possui todo um modo de vida, de relação de trabalho e produção específicos, à sua capacidade produtiva, sob a lógica do regime capitalista.



### 3 EVOLUÇÃO DAS CADEIAS LÁCTEAS BRASILEIRAS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

#### O Desenvolvimento da Cadeia Láctea Brasileira

Quanto à evolução do setor leiteiro no Brasil, será feita uma análise da história econômica e política, associando-a ao processo de industrialização da agricultura e à estruturação do complexo agroindustrial do leite. Até o século XIX, a atividade leiteira no Brasil esteve ligada à pecuária de corte<sup>23</sup>. Segundo Valverde (1985), as redes ferroviárias, que serviram a economia cafeeira, deram à pecuária leiteira o acesso aos mercados do Rio e São Paulo para a venda de leite líquido.

O Rio de Janeiro foi a primeira cidade brasileira a organizar sua bacia leiteira no final do século XIX, com a decadência do café. A grande bacia expandiu-se no Estado de São Paulo no planalto paulista, onde, após a decadência do café, as antigas fazendas voltaram a cultivá-lo com novas técnicas, utilizando o esterco que o gado leiteiro produzia para restaurar suas economias rurais, associando a agricultura à pecuária leiteira (VALVERDE, 1985).

Segundo Alves (2000, *apud* MESQUITA, 2002), a atividade começou a ter uma expressão econômica devido ao processo de urbanização, que aumentou a demanda pelo produto, assim, a produção artesanal tornou-se insuficiente para o abastecimento, surgindo os primeiros laticínios por volta da década de 1910, no Estado de Minas Gerais e a primeira Fábrica de Produtos Alimentícios “Vigor”. Nesse mesmo período, apareceram as primeiras cooperativas com empresas de capital internacional, aumentando o número de pequenos produtores de leite de caráter familiar e em condições tecnológicas rústicas. Outro dado importante foi a instalação, em 1918 no Brasil, da forma mais antiga de industrialização do leite em pó, e com a existência de um mercado novo e promissor, acabou atraindo a concorrência e abrindo portas para a entrada de multinacionais.

Na década de 1930, o governo do Estado de São Paulo regulamentou o Policiamento do Serviço de Alimentação Pública, ficando proibida qualquer forma de comercialização e industrialização de leite que não fosse pasteurizado. Com o avanço das indústrias de laticínios, surgiram novas bacias leiteiras no país e a produção de leite cresceu de 1,8 milhões de litros em 1939, para mais de 2,7 milhões de litros em 1949, no país (ALVES, 2000 *apud* MESQUITA, 2002).

---

23 Seguindo a tradição colonial, os fazendeiros de Minas Gerais foram os primeiros a importar gado holandês.

Entre as décadas de 1930 e 1940, os principais centros urbanos do Brasil perderam suas feições provincianas para assumirem *status* de metrópole. Esse período foi de grande crescimento, principalmente para as indústrias do setor de laticínios, uma vez que, em 1939, o Governo Federal decretou a obrigatoriedade da pasteurização. E, no início da década de 1940, ele instituiu o tabelamento do preço do leite, interferindo diretamente na produção leiteira brasileira. Seu objetivo era o de propiciar um produto a preço baixo e com boa qualidade e em quantidade para população, todavia, isso exigia maior sofisticação e agilidade nos diversos tipos de serviços. O caminhão viria, então, substituir a tradicional carrocinha do leite, agora não mais sendo vendido diretamente no recipiente do consumidor, mas envasado em garrafas de vidro<sup>24</sup>. Na opinião de estudiosos:

[...] o regime de tabelamento de preços, imposto por tantos anos, foi nefasto à modernização da pecuária de leite, pois provocou: desestímulo para investimentos na produção; dependência de importações; predominância de rebanhos não especializados e manutenção e fortalecimento do mercado informal (BORTOLETO *et al.*, 1997 *apud* VILELA & SANTOS, 2000, p. 3).

Para alguns autores, o tabelamento constituiria o principal entrave à modernização da atividade leiteira e do setor industrial. Argumentam que o leite tabelado nunca significou remuneração adequada ao produtor e, muito menos, estabilidade de preços reais. Inflação elevada foi a tônica de quase todo o período e os preços recebidos pelos produtores foram excessivamente instáveis. Ainda hoje, produzir leite envolve considerável risco financeiro. (VILELA & SANTOS, 2000).

Mas, de qualquer forma, a produção de leite passou a ter uma melhor expressão na sua produção devido à expansão das vias rodoviárias entre os anos 40 e 50, possibilitando uma melhor distribuição do produto. Como se verifica durante a década de 1950, a produção leiteira aumentou 107% e a distribuição de leite cresceu 91%. Beneficiando-se da política de desenvolvimento, o setor leiteiro alcançou importantes conquistas no período, como a modernização do sistema de transporte do leite a granel. Entre o final da década de 1960 e início da de 1970, a política intervencionista de preços, criada pelo governo brasileiro em 1945, gerou uma séria crise de abastecimento em várias regiões do país. Enquanto todo o país assistia ao surpreendente crescimento da 'época do milagre econômico', o setor leiteiro nacional sofria as conseqüências do controle de preços, o que desestimulava os investimentos em modernização e em ampliação da produção.

---

<sup>24</sup> Em 1968, chegou ao Brasil a embalagem plástica de polietileno, inicialmente destinada somente para o leite tipo C.

Nos anos de 1980, houve uma redução da demanda e das políticas do setor agropecuário que foi herdada do final dos anos 70, teve como característica um baixo nível de investimento, aumento de desemprego e estagnação na incorporação de novas tecnologias e desarticulação do investimento do setor público, portanto ao longo dos anos 80, as dificuldades do Governo contribuíram para reduzir o uso dos instrumentos de estabilização de preços, via intervenção do Governo no mercado, nesta séria crise econômica que o país enfrentou e levando a um maior controle do preço do leite, gerou-se uma queda na produção reduzindo o ritmo da modernização da indústria Láctea. Além disso, o governo tentava driblar os problemas de abastecimento com maciças importações de leite em pó, o que sacrificava ainda mais os produtores nacionais. Nesse mesmo período, o setor que mais apresentou dinamismo foi o mercado de leite “longa vida”, que passa a ocupar espaços comerciais do leite em embalagens plásticas, com maior tempo de conservação, causando modificações de comercialização junto ao mercado consumidor (MESQUITA, 2002).

Assim, verifica-se que a política de tabelamento imposta pelo governo trouxe sérios prejuízos para a atividade leiteira. Ao invés de estimular a modernização do setor, acabou inibindo investimento e acabou expulsando capitais e empresários da atividade, além de deixar o setor dependente das importações. O fim dessa política só aconteceu com a abertura comercial em 1991, no início do Governo Collor em 1990-1992.

A análise que o Presidente do Leite Brasil – Sr. Jorge Rubens (2001) fez é a de que, em agosto de 1990, a Superintendência Nacional do Abastecimento – SUNAB, baixou a Portaria 43 que acabou com o tabelamento do preço do leite, pondo fim a um ciclo que durou meio século. Ciclo esse que gerou distorções, que prejudicou a atividade leiteira até a presente data. Continua afirmando que no mesmo ano teve início a escalada do leite clandestino em todo o país. Isso resultou na Portaria 7889 do Ministério da Agricultura, transferindo a fiscalização do leite para os estados e municípios, e também veio o fim do *ticket* do leite do Sarney, que atendia 7,6 milhões de crianças carentes.

A partir dos anos noventa no Brasil, o agronegócio do leite teve sua história marcada por três acontecimentos recentes: a desregulamentação dos preços, no início dos anos 90; a abertura da economia, em 1992, e a estabilização da economia brasileira a partir do Plano Real. No momento atual, o agronegócio está se preparando para mais uma medida: a

implantação do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite – PNMQL que prevê mudanças estruturais importantes e decisivas nos sistemas de produção do leite<sup>25</sup>.

Através desses acontecimentos, o Ministério da Agricultura iniciou uma discussão nacional, envolvendo o setor leiteiro, buscando alternativas para melhorar a qualidade do leite produzido no país. Essa discussão resultou na Portaria 166 que estabeleceu um grupo de trabalho para analisar e propor um programa de medidas visando ao aumento da competitividade e a modernização do setor leiteiro brasileiro.

Esse grupo desenvolveu uma versão do PNMQL, projeto que já vinha sendo desenvolvido desde 1996, e o submeteu à consulta pública pela Portaria 56. A versão definitiva das novas normas de produção leiteira foi publicada na Instrução Normativa 51 – IN51 – de 18 de setembro de 2002, determinada pelo Ministério da Agricultura. Essas normas na produção, identidade e qualidade de leite tipos, A, B, C, pasteurizado e cru resfriado, regulamentaram a coleta de leite resfriado e seu transporte a granel.

Outro incentivo à modernização da produção do leite no Brasil ocorreu em 2003, pela Resolução 3088, que aprovou financiamento de equipamentos de resfriamento e coleta a granel para produtores de leite, sendo que a principal razão de todas essas medidas foi a necessidade de adequação das normas publicadas no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA 1952, adequando a atual realidade de produção e consumo de leite no Brasil (NERO *et al*, 2005).

No ano de 2002, a receita bruta da agropecuária alcançou R\$ 131,2 bilhões, sendo que o leite representou 6,3% do faturamento total, ocupando o quarto lugar, com uma receita de R\$ 8,2 bilhões. No entanto, entre as atividades da pecuária o leite é o terceiro faturamento, abaixo apenas da carne bovina e da produção de frangos. No ano de 2000, o país importou cerca de 307 milhões de quilos em produtos lácteos; em 2002 apresentou queda de 31%. O maior comércio é com a Argentina, representando 48% das importações brasileiras de lácteos; em seguida, vem o Uruguai, responsável por 32%. (MICHELS, OLIVEIRA & SABADIN, 2003).

No Brasil, segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA em 1998, aproximadamente 152.455 produtores operavam em regime de integração com os maiores laticínios, porém, no ano de 2001 esse número reduziu-se em cerca de 27%. A redução do número de produtores se intensificou a partir de 1998, no entanto, a

---

25 Nessa mesma década tem início no país um fenômeno tipicamente brasileiro: o nascimento das mini-usinas e que continuaram crescendo e hoje já são mais de 2 mil. E que estão dominando uma parcela interessante do mercado consumidor das cidades interioranas. (Presidente do Leite Brasil – Sr. Jorge Rubens. 2001).

oferta de leite no mesmo período cresceu de 98 litros para 156 litros por dia, em razão da coleta de leite a granel e do resfriamento de leite feito nas fazendas (GOMES; LEITE & CARNEIRO, 2001 *apud* MICHELS, OLIVEIRA & SABADIN, 2003).

O fortalecimento da produção de leite segundo Martins *et al* (2004) em algumas regiões do Brasil se caracterizou pela produção via mão-de-obra contratada, como nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, enquanto em outras regiões há preponderância do uso da mão-de-obra familiar, como no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e oeste do Paraná. A convergência desses dois pilares produtivos se consubstancia no profissionalismo do processo primário de produção, o que sinaliza ganhos de produtividade, conseqüentemente, competitividade de toda a cadeia produtiva.

### Produção de Leite no Brasil

A produção de leite no Brasil vem apresentando um crescimento significativo. Segundo Zoccal (2007), a pecuária leiteira é praticada em todo o território nacional, sendo que as condições edafoclimáticas do país favorecem a adaptação da atividade devido às peculiaridades regionais. No setor do agronegócio, o Brasil ocupa o sexto lugar em valor bruto da produção agropecuária como pode ser verificado através da Tabela 10.

**Tabela 10.** Valor bruto da produção agropecuária no Brasil.

Produtos	Valor bruto da produção em R\$ milhões		Dif. % 2005/04
	2004	2005	
Carne bovina	32.208,00	30.628,00	-4.9
Soja	36.729,00	25.196,00	-31.4
Cana-de-açúcar	12.525,00	13.402,00	7.0
Frango	16.403,00	16.533,00	0.8
Milho	13.805,00	10.240,00	-25.8
<b>Leite</b>	11.900,00	12.572,00	5.6
Café beneficiado	8.813,00	9.572,00	8.6
Arroz	8.847,00	6.620,00	-25.2

**Fonte:** IBGE/CONAB/CNA/DECON – Embrapa Gado de Leite. **Elaboração:** Zoccal (2006).

Segundo Martins (2006), após dois anos de *superávit* na balança comercial, o setor apresentou, até outubro de 2006, *déficit* de US\$ 1,5 milhão, com importações de US\$ 121,9 milhões (crescimento de 19%) e exportações de US\$ 120,4 milhões (crescimento de 16,5%), e a crise no setor é reflexo da atual política macroeconômica do Governo Federal. Os juros reais

de 10% ao ano (taxa Selic descontada a inflação) mantêm elevada a taxa de juros para transações financeiras, com menor estímulo para investimentos produtivos. Esse cenário tem implicações diretas na venda de produtos lácteos, no mercado interno e no externo.

A atual taxa de juros valoriza o real e impede a ampliação das exportações de lácteos. O valor médio de R\$ 0,50 por litro recebido pelos produtores é baixo na moeda nacional, mas sua alta cotação em dólar (US\$ 0,23) impede a ampliação da participação brasileira no exterior.

É lamentável que, em momento tão favorável no mercado internacional, com recuperação de preços de mais de 140% entre 2002 e 2006 não se consiga conquistar espaços da forma desejada. Em novembro, a cotação de leite em pó desnatado chegou a US\$ 2.900,00 por tonelada. O Brasil possui atributos para ser grande exportador de lácteos. É possível aumentar a produção tanto por meio de expansão da área, como pelo aumento da eficiência produtiva, com manejo do rebanho, genética e nutrição (MARTINS, 2006, p. 55).

Nos últimos oito anos, o Brasil mostrou-se no mercado internacional como um dos maiores importadores de leite, sendo necessária, em 1999, a aquisição de um volume equivalente a 2,3 bilhões de litros, ou seja, 12% da produção total do país naquele ano.

Outro fator que leva o Brasil a ser um dos principais importadores dos produtos lácteos é que a produção primária<sup>26</sup> é dominada por produto sem nenhuma ou pouca condição de tecnologia de especialização e condição financeira para investimentos na melhoria da qualidade de seu produto, como observam os autores:

A existência de uma legislação completamente ultrapassada em relação a normas e padrões de qualidade – aliada a um sistema pouco eficiente de inspeção sanitária do produto – favorece o desenvolvimento de uma pecuária (...), que não encontra paralelo em nenhum país competitivo em lácteos do mundo atual (JANK FARINA & GALAN, 1999, p. 12).

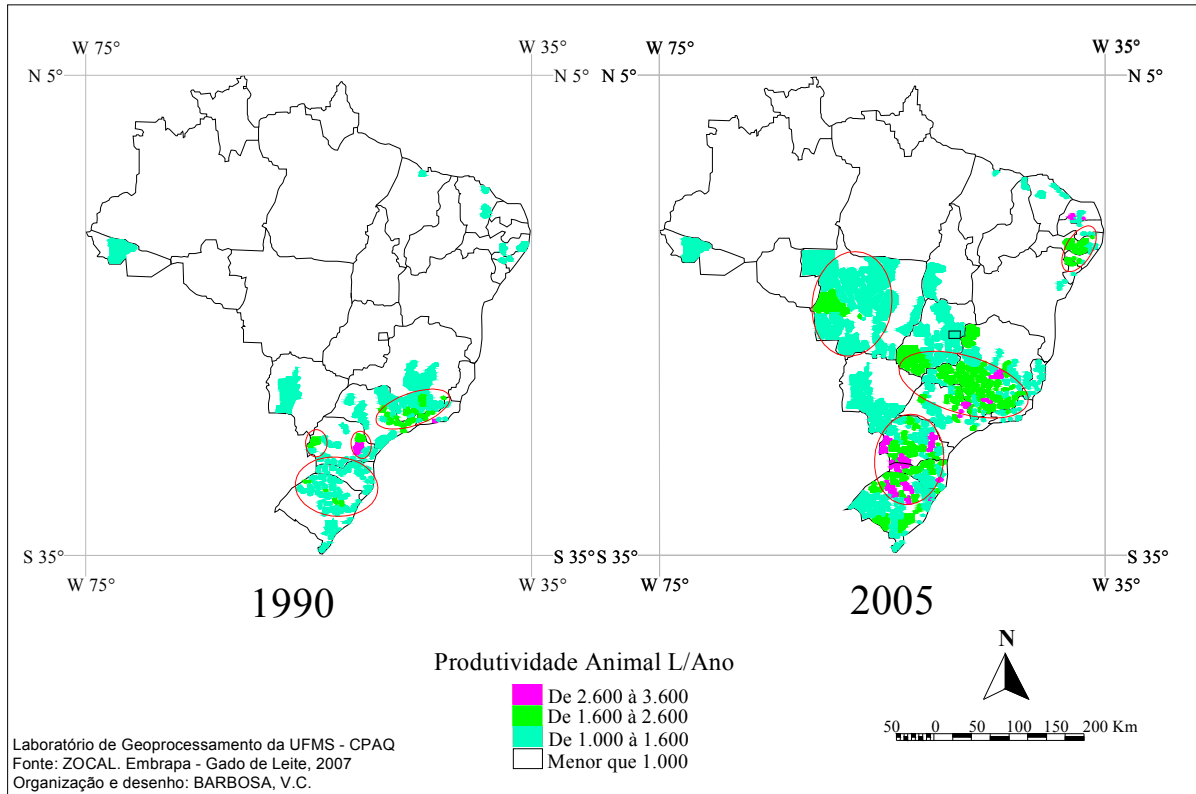
Portanto, no Brasil, de acordo com a citação, o leite produzido é de baixa qualidade, dificultando a exportação; todavia existem no Brasil vários sistemas de produção de leite diferindo os graus de especializações, produzindo leite desde as propriedades de sobrevivência utilizando-se de técnicas rudimentares, com produção diária menor que dez litros, até produtores comparáveis aos mais competitivos do mundo, usando tecnologias avançadas e com produção diária (ZOCAL 2007).

De acordo com Zocal (2007), mesmo com esta variedade de sistema de produção e com o relato dos atores quanto à ineficiência da produção do leite, poderá se constatar que o

---

26 Criação ou o cultivo de produtos, incluindo a colheita e a ordenha e criação de animais antes do abate.

Brasil vem, ao longo dos anos, apresentando um aumento significativo neste setor em várias regiões do Brasil, como pode ser verificado na Figura 3.



**Figura 3.** Produção de leite no Brasil

**Fonte:** ZOCAL, 2007. (Embrapa gado de leite)

A partir de 2004, o Brasil começa a demonstrar a diminuição das importações devido a um crescimento significativo da produção, dado principalmente pela ampliação das áreas exploradas para leite e a viabilidade do leite longa vida e pelos ganhos na produtividade; o volume equivalente em litros de leite importado pelo Brasil em 2004 foi de apenas 326 milhões de litros, que correspondem a 1,4% da produção total.

A virada surpreendente em 2005 foi que o volume exportado foi de 633 milhões de litros. Isso equivale a um aumento de 1.576% no volume exportado em relação a 1999 e 57,65% superior a 2003. As condições favoráveis permitiram oportunidades de exportação, desde implementação do programa de Melhoria da Qualidade do Leite (Normativa 51). Atualmente, cerca de 80% dos 5,25 bilhões de litros de leite que passam pelas cooperativas são resfriados nas fazendas e coletados a granel. (ALVARES *et al.*, 2003 *apud* ALVIM & MARTINS, 2004). Com estas viradas de produtividade de perdas e ganhos segundo dados da

*United States of Agriculture – USDA*<sup>27</sup>, o Brasil ocupa em produção mundial a sexta posição no *ranking* dos maiores produtores de leite, produzindo em 2006, um valor de 24.745 bilhões/litros/ano.

De acordo com a Tabela 11, nos últimos oito anos observa-se um aumento da produtividade superior aos anos anteriores. Enquanto a produção manteve sua produtividade entre 1990 e 1995, com um crescimento em relação ao do total da produção de 43,5 % com 50,5% de vacas ordenhadas, a partir de 1996 a 2005, o crescimento foi da ordem 56,5% e com 49,5% de vacas ordenhadas. Pode-se observar que a produtividade teve um aumento significativo em um período de oito em oito anos. Contudo, este processo está acontecendo de ano a ano, aumentando a produtividade e diminuindo a quantidade de vacas ordenhadas. Isto se justifica na melhoria que o rebanho brasileiro está tendo de acordo com as novas exigências.

**Tabela 11.** Produção de leite, vacas ordenhadas e produtividade animal no Brasil – 1990/2005

ANO	PRODUÇÃO DE LEITE (milhões litros /ano)	VACAS ORDENHADAS (milhões cabeças)	PRODUTIVIDADES (litros/vaca/ano)	Produtividade (litro/vaca/dia)
1990	14.484,00	19.073,00	759,00	2,1
1991	15.079,00	19.964,00	755,00	2,1
1992	15.784,00	20.476,00	771,00	2,1
1993	15.591,00	20.023,00	779,00	2,1
1994	15.783,00	20.068,00	786,00	2,1
1995	16.474,00	20.579,00	801,00	2,2
1996	18.515,00	16.274,00	1.138,00	3,2
1997	18.666,00	17.048,00	1.095,00	3,0
1998	18.694,00	17.281,00	1.082,00	3,0
1999	19.070,00	17.396,00	1.096,00	3,0
2000	19.767,00	17.885,00	1.105,00	3,0
2001	20.510,00	18.194,00	1.127,00	3,1
2002	21.643,00	18.793,00	1.152,00	3,2
2003	22.254,00	19.256,00	1.156,00	3,2
2004	23.475,00	20.023,00	1.172,00	3,2
2005 (*)	25.000,00	20.820,00	1.201,00	3,3

(\*) Estimativa Embrapa Gado de Leite/CNA/CBCL.

**Fonte:** IBGE (PPM)/FAO. **Elaboração:** Zoccal (2006) Embrapa Gado de Leite. **Org.** BARBOSA, 2007.

27 Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – é representado em 80 países por seus escritórios internacionais. No Brasil, o USDA mantém três escritórios sediados na Embaixada dos Estados Unidos, em Brasília.



No ano de 2005, foram produzidos 25 bilhões de litros, Tabela 11, um aumento de 4,7% da produção de leite de vaca em relação ao ano de 2004, quando foram produzidos 23,5 bilhões de litros. A produção de leite no Brasil tem sido crescente praticamente desde 1990, com exceção do ano de 1993, quando houve uma leve redução. A produção cresceu, aproximadamente, 70% quando são considerados 15 anos de levantamento da pesquisa, resultado do esforço de mercado para produzir um produto de qualidade para atender às exigências de uma nova indústria de lácteos nascente, mais concentrada, competitiva e que conta com a participação de capital transnacional.

O aumento da produção vem acontecendo num sistema aberto e complexo sendo influenciado por diversas inter-relações que interferem na sua competitividade tais como a concorrência de áreas de pastagens afim do gado de corte, cultura da soja, custos de produção em elevação e preços do produto no mercado pouco remuneratório.

Todavia a sobrevivência não se dá somente por ter grandes produtores que investem em tecnologia, manutenção de forrageiras e reprodução de qualidade, mas também há um grande sistema de vacas não especializadas para a produção de leite que combina com pastagens degradadas e pouco uso de concentrado, sanidade do rebanho deficiente e baixo nível de conhecimento do produtor, porém equilibrado e sobrevive produz pouco e gasta pouco, isso justifica o porquê os pequenos produtores camponeses atuam e resistem nesta atividade outro fator que facilitou a permanência dos pequenos produtores foi os resfriadores instalados em pontos estratégicos reestruturando os territórios dos camponeses sendo assim estimulando a produzir leite e ter renda mensal para a sua sobrevivência.

Com isto, o Brasil tem conseguido alcançar a auto-suficiência de seu mercado, dependendo cada vez menos das compras externas de leite. Mesmo assim, o consumo de leite no Brasil está abaixo das normas estabelecidas de acordo com a faixa etária e estimativa de demanda pela população brasileira.

**Tabela 12.** Recomendação mínima para o consumo de leite

<b>Faixa Etária</b>	<b>Recomendação Litros/Ano</b>	<b>População 2000</b>	<b>Consumo em Milhões Litros/Ano</b>
Crianças (até 10 anos)	146,0	32.918.055	4.806
Adolescentes (10 a 19 anos)	256,0	35.287.882	9.034
Adultos (20ª 60 anos)	219,0	95.239.239	20.857
Idosos (maiores de 70 anos)	219,0	6.353.994	1.392
TOTAL	840,0	169.799.170	35.658

**Fonte:** Ministério da Saúde & IBGE, *apud* Embrapa, 2003c.

O consumo de leite *per capita* médio no Brasil é inferior a 130 litros/ano, bem abaixo de países vizinhos como Argentina e Uruguai, onde o consumo é superior a 200 litros por habitantes/ano. A Organização Mundial de Saúde – OMS recomenda um consumo individual entre 170 a 240 litros ao ano, conforme apresentam algumas literaturas. Com isso, o Brasil está 30% abaixo do recomendado pela OMS.

Segundo Alvim & Martins (2004, p. 23), “para reverter este quadro, é necessário fortalecer o *marketing* institucional, objetivando promover o consumo de lácteos. Essa ação visa não só estimular o consumo, como também esclarecer sobre os benefícios dos lácteos à saúde”. Demonstra que o Brasil poderá produzir muito mais leite sem se preocupar com o excedente, não alterando a economia leiteira e assim favorecendo o país economicamente, bem como, oferecendo condições da população principalmente carente, ter acesso a este produto.

No entanto, apesar dos avanços para produzir e se destacar no setor lácteo, é preciso progredir muito ainda. Existem importantes desafios na coordenação da cadeia, como no fortalecimento de programas institucionais; na eliminação das distorções do mercado internacional; no aumento de consumo de lácteos; na organização dos produtores, na melhoria da qualidade do leite; no crescimento das exportações. Como menciona Vilela (2004), o incremento das exportações contribuirá ainda mais para o desenvolvimento econômico e social do País e investir no leite acima de tudo é investir no Brasil.

Pesquisa elaborada pelo Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial – PENSA baseado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo – FEA-SP e na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEA-RP, em 2005, relata que em 2004 o Brasil passou de importador para exportador de leite com balança comercial positiva para o produto. O leite possui a mais elevada lucratividade comparada com a da soja, a do milho, a da cana-de-açúcar ou a da recria e engorda: R\$ 1.501,54 por ha/ano, ou seja, 3,9 vezes maior que a lucratividade da cana-de-açúcar. Porém, a produção de leite exige um alto investimento: R\$ 21.400/hectare, ou 2,5 vezes maior que o investimento para a cana-de-açúcar (CONSOLI & FAVA, 2005).

### **Produção Regional de Leite no Brasil**

De acordo com os dados do IBGE (2005), os Estados que mais produzem leite estão na região Sudeste, seguida da região Sul. Porém, é marcante na pecuária leiteira do Brasil a crescente migração da produção para as outras regiões que têm passado por mudanças

importantes na distribuição geográfica da produção primária de leite, como é observado na Tabela 12. Nota-se o aumento da participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que, a partir dos anos 90, começaram a participar mais na produção nacional de leite, em detrimento da região Sudeste que, apesar de ser a maior produtora de leite do país, não teve significativo aumento em sua produção nos últimos anos, conforme Tabela 13 e Gráfico 4.

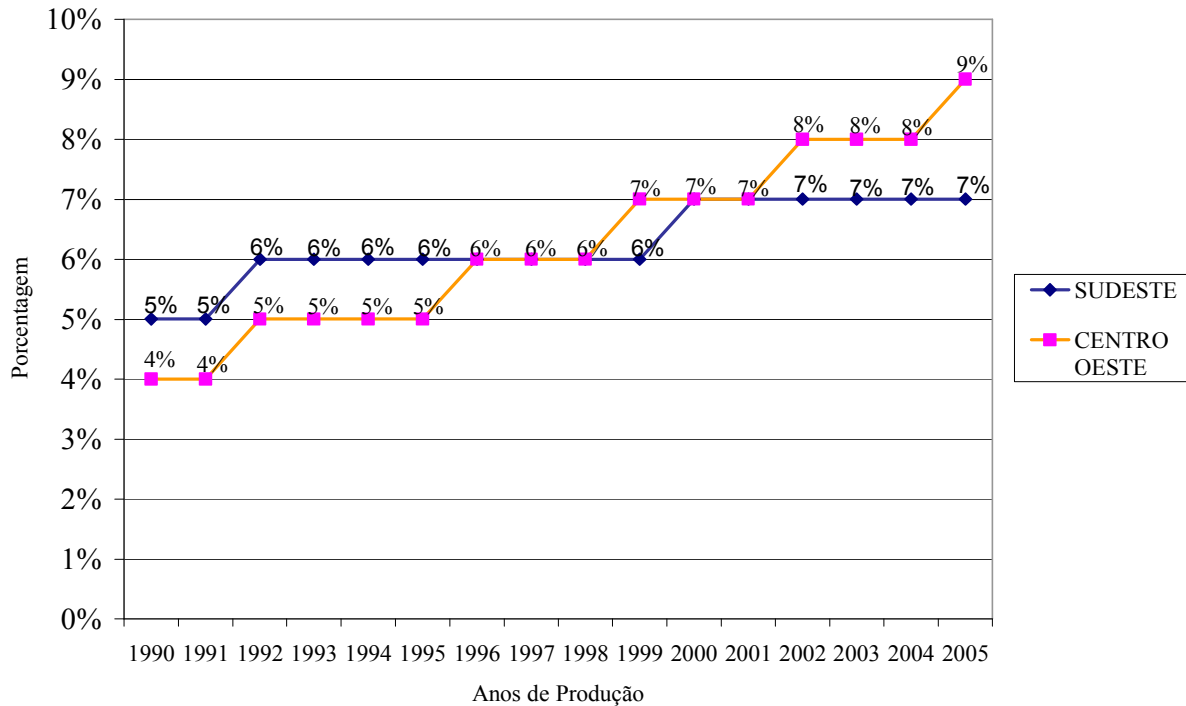
**Tabela 13.** Regiões do Brasil na produção de leite em milhões de litros

ANO	REGIÕES				
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE
1990	555,00	2.045,00	6.923,00	3.262,00	1.698,00
1991	684,00	2.174,00	6.991,00	3.389,00	1.840,00
1992	725,00	2.267,00	7.216,00	3.586,00	1.989,00
1993	715,00	1.683,00	7.344,00	3.686,00	2.163,00
1994	652,00	1.773,00	7.352,00	3.831,00	2.176,00
1995	707,00	1.887,00	7.539,00	4.103,00	2.239,00
1996	771,00	2.355,00	8.338,00	4.242,00	2.810,00
1997	841,00	2.389,00	8.396,00	4.345,00	2.695,00
1998	903,00	2.070,00	8.465,00	4.411,00	2.845,00
1999	958,00	2.042,00	8.540,00	4.606,00	2.924,00
2000	1.050,00	2.159,00	8.574,00	4.904,00	3.080,00
2001	1.237,00	2.266,00	8.573,00	5.188,00	3.246,00
2002	1.567,00	2.363,00	8.746,00	5.508,00	3.460,00
2003	1.498,00	2.508,00	8.934,00	5.779,00	3.535,00
2004	1.663,00	2.705,00	9.241,00	6.246,00	3.620,00
2005	1.743,00	2.972,00	9.535,00	6.542,00	3.778,00

**Fonte:** IBGE (2005) – Pesquisa Pecuária Municipal. **Org.** BARBOSA, 2007.

Segundo os dados de Michels, Oliveira & Sabadin (2003), a região Centro-Oeste passou a ter uma atenção especial a partir da segunda metade da década de 90, quando os especialistas observaram um aumento da participação desta região na produção nacional. O Estado de Goiás é o principal responsável por este aumento, a partir de 1996, quando sua produção passou a ocupar o segundo lugar no *ranking*. Atualmente, o Estado de Goiás tem uma produção duas vezes maior que a verificada no início da década de 90 e a produtividade do rebanho é 168% superior; mesmo assim, apresenta produtividade menor do que a brasileira. E a partir de 1999, começa a se destacar apresentando um crescimento na produção de 4% em 1990 chegando a atingir 9% em 2005, enquanto a região Sudeste, a maior

produtora do Brasil, vem mantendo sua produção em crescimento mais lento, de 5% em 1990 atingindo 7% em 2005, como pode verificar no Gráfico 4.



**Gráfico 4.** Evolução da produção de leite da região Centro Oeste.

**Fonte:** IBGE (2005) – Pesquisa Pecuária Municipal.

Segundo Jank & Galan (1999, p.83) alguns fatores explicam este interessante fenômeno de migração da pecuária leiteira para os cerrados:

Crescimento da demanda por produtos lácteos menos perecíveis, que podem ser transportados a partir de regiões mais distantes (caso da longa vida).

Crise da pecuária de corte tradicional: a estabilização econômica reduziu drasticamente os movimentos especulativos com terras.

Crise da agricultura nos dois primeiros anos do Real: o excessivo endividamento provocado pelo descasamento entre preços e custos financeiros dos empréstimos e os baixos preços dos grãos estimularam a diversificação de produtores tradicionais de grãos para a pecuária. Incentivos da política pública – linhas de financiamentos do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste) e do BNDES, com taxas de juros mais baixas e prazos e carências mais altos que os oferecidos no mercado, estimularam muitos produtores a adquirir animais de raças especializadas em outras regiões do País, estimulados pela demanda por leite.

Para Gomes (2001), o expressivo crescimento da produção de leite da região de cerrado, especialmente em Goiás, é decorrente do menor custo de produção, em razão do menor preço de alguns insumos e da prioridade ao pasto como alimento volumoso do rebanho, durante o verão.

Outro fator digno de destaque é a situação da produção leiteira do Centro-Oeste estar associada a questões históricas do desenvolvimento brasileiro, quando se sabe que esta região é a mais recente “fronteira agrícola” do país, sendo, também, cenário de um novo padrão de projetos e de pesquisas agrícolas, principalmente no setor de grãos e melhoramento de pastagens e desenvolvimento tecnológico.

De acordo com Gomes (2003), no final da década de noventa e início dos anos 2000, ocorreu um novo movimento de expansão da produção de leite no Brasil, com ênfase para os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. São as novas fronteiras que se abrem com grande potencial de produção, em razão do clima quente e úmido, apropriado para a produção de forragens. Casualmente ocorra algum problema relativo ao conforto dos animais, provocado pelo clima, pode ser contornado pelo manejo adequado do rebanho. A produção de leite e de derivados, nesses estados, além do mercado local, possibilita alcançar o mercado da região Norte e também exportar para os países andinos e para outros países por meio do Pacífico.

### **Evolução da Produção de Leite do Estado de Mato Grosso do Sul**

O Estado de Mato Grosso do Sul tem uma área total de terras de 30.942.772 há, apresentando 21.810.707 ha de pastagens nativa e cultivada. Segundo o Censo Agropecuário de 1996, a pecuária bovina apresenta uma densidade geral de 0,94 cabeças por ha, justificando dados econômicos que apontam o predomínio da atividade extensiva da pecuária de corte. Essa densidade chega a 1,04 quando se exclui o Pantanal e a 1,25 quando se considera somente a pastagem cultivada de 15.727.934 ha. Apresenta um efetivo de bovinos de corte de 24.504.098 milhões de cabeças (IBGE, 2005).

Há um grande número de produtores rurais que atuam na produção de leite, notoriamente por este se tratar também de um subproduto da cadeia da carne bovina. Estima-se que entre pequenos, médios e grandes existam mais de 35 mil produtores sul-mato-grossenses. Segundo a Câmara Setorial do Leite, aproximadamente 50% do leite produzido no Estado é retirado de propriedades com menos de 10 ha. Esta produção vem apresentando um crescimento econômico significativo para a sua economia, gerando mais empregos e renda para pequenos produtores.

Estimativa da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul – FAMASUL, a atividade leiteira no Estado é hoje a terceira atividade econômica, com valor bruto da produção de, aproximadamente, R\$ 96 milhões anuais. O que levou o Estado a aumentar sua

produtividade, segundo Lima Filho *et al* (2003), foi uma forte pressão da indústria causando grande redução nos valores pagos aos produtores, especialmente no ano de 2001. Frente a esta pressão, constatou-se na ocasião que o preço pago pelos laticínios aos pecuaristas estava entre R\$ 0,15 e R\$ 0,22, sendo que o custo médio de produção, estimado pela FAMASUL era de R\$ 0,25. Deve-se, contudo, deixar claro que a situação descrita não foi verificada somente no Estado de Mato Grosso do Sul. Estava em curso mais uma crise do setor leiteiro, dado que após uma série de fatores externos<sup>28</sup> que afetaram os produtores, estes estavam financiando sua própria produção por estarem trabalhando com prejuízo.

No ano de 2004, a Pesquisa Pecuária Municipal aponta uma produção de 491.098.000 litros de leite em Mato Grosso do Sul, correspondendo a 2,1% da produção brasileira, sendo ordenhadas 495.943 vacas, o que dá uma produtividade de 990 litros por vaca ao ano ou 2,75 litros por vaca ordenhada ao dia. Considerando um ano de 365 dias, resultado este muito próximo do obtido para o Brasil, de 3,25 litros por vaca ao dia e, aproximadamente, dois litros abaixo da média do Estado de Minas Gerais, maior produtor de leite do país, com 4 litros por vaca ao dia, em 2004 a pecuária leiteira mineira produziu 6.628.917.000 litros o que representa 28,2% da produção nacional. De acordo com dados do IBGE em 2005 foram ordenhadas 502.287 cabeças produzindo 499.000 mil litros de leite. O Estado vem apresentando uma evolução na produção de leite ao longo destes 15 anos.

A produção de leite em 1990 do Brasil foi de 14.484.00 litros com um crescimento de 5% do total analisado até 2005, enquanto que no Estado de Mato Grosso do Sul<sup>29</sup> a produção foi de 399.00 litros, correspondendo a 6% do total analisado ao mesmo período que o país; *vide* a Tabela 14. Pode-se, desta feita, analisar que a produção leiteira apresenta um percentual positivo para a economia do Estado, ao longo destes anos, por ter a tradição da pecuária de corte, cria, recria e engorda e ainda por ser um estado que mantém muitos produtores tradicionais com produção de baixa qualidade sendo uma estratégia camponesa. Devido ao processo de resistência e investir em tecnologias para produzir em grande escala ter que ficar na dependência da indústria no momento do excedente de seu produto recebendo valor baixo pagos por ela são fatores que determinam o investimento no setor produtivo.

---

<sup>28</sup> Entre estes fatores, pode-se citar a crise energética e a conseqüente diminuição do emprego. Ainda deve-se levar em consideração a depressão do cenário mundial do mercado lácteo, influenciado pelos atentados de 11 de setembro de 2001. Extraído de “Desacertos geram a necessidade de buscar a solução para a cadeia do leite”. (ANUÁRIO DBO, 2002 *apud* Lima Filho *et al*, 2003).

<sup>29</sup> Mas, a sazonalidade é a responsável pela grande disparidade na produção de leite no Estado de Mato Grosso do Sul. No período de safra, a produção de leite é de 1,3 milhões de litros ao dia, enquanto que no período da seca a produção diminui para 857 mil litros ao dia, um decréscimo de quase 50% (MERCOSTE, 2002).

**Tabela 14.** Evolução da produção de leite (em milhões de litros) no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul. Período de 1990/2005

Ano	Brasil	Mato Grosso do Sul
1990	14.484	399
1991	15.079	421
1992	15.784	446
1993	15.591	468
1994	15.784	455
1995	16.474	455
1996	18.515	407
1997	18.666	415
1998	18.694	427
1999	19.070	409
2000	19.767	427
2001	20.510	445
2002	21.643	472
2003	22.254	482
2004	23.475	491
2005	24.572	499

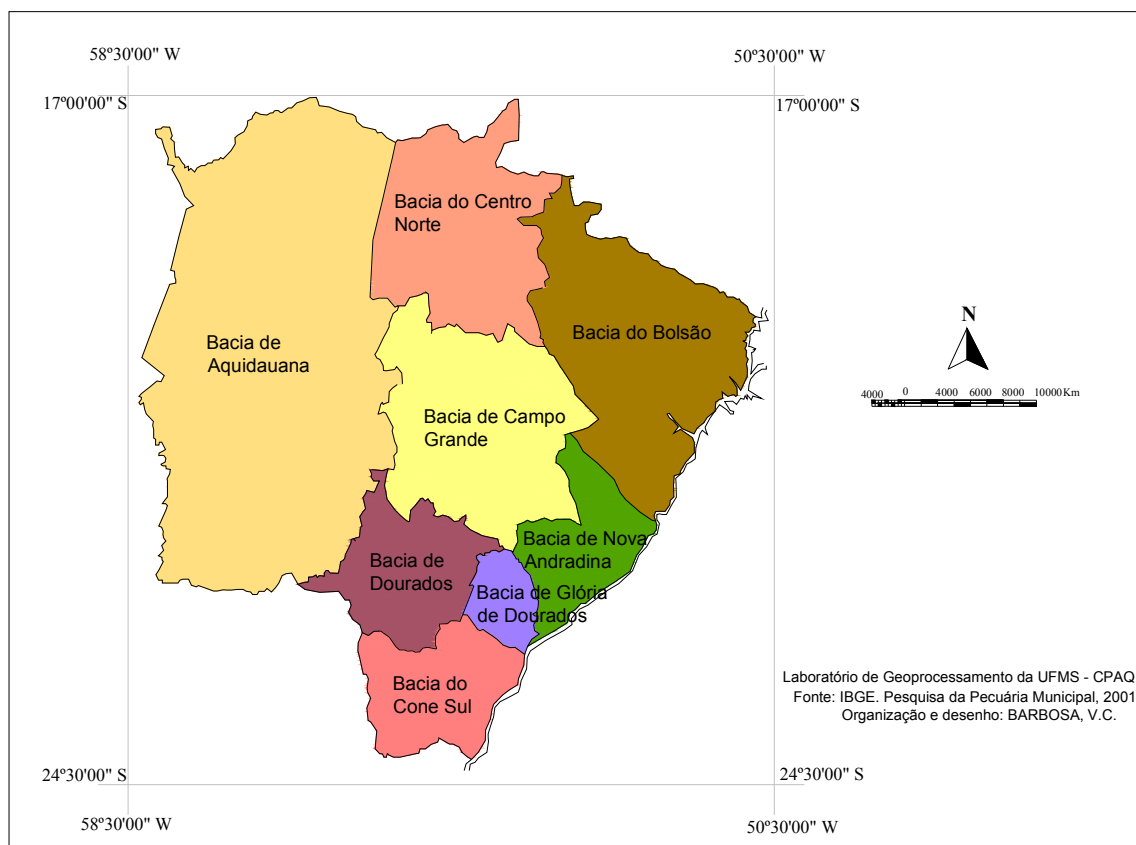
Fonte: IBGE (2005) – Pesquisa Pecuária Municipal. Org.: BARBOSA, 2007.

A pecuária leiteira no Estado está dividida em oito bacias sendo que a maior em produção é a bacia do Bolsão com 22,7% da produção do Estado, seguida das bacias de Campo Grande, 18,3% e Glória de Dourados, 12,9%, que detêm a maior produtividade vaca/litro/ano de 3,5% IBGE 2007.

**Tabela 15.** Características da Bacia Leiteira de Mato Grosso do Sul/2006

Bacias	Efetivo de bovinos	Vacas ordenhadas	Leite (mil Litros)	Produtividade de (litro/vaca/ano)	Produtividade (litro/vaca/dia)
Bacia de Aquidauana	6.397.027	61.477	52.302	850,7	2,3
Bacia de Campo Grande	3.760.171	92.925	88.166	948,8	2,6
Bacia do Bolsão	4.609.485	116.440	109.659	941,7	2,6
Bacia de Dourados	1.496.709	44.868	48.815	1.087,0	3,0
Bacia de Nova Andradina	1.827.802	38.143	41.359	1.084,3	3,0
Bacia de Cone Sul	1.883.324	35.216	29.980	851,3	2,3
Bacia de Glória de Dourados	816.943	52.273	62.419	1.194,0	3,3
Bacia de Centro Norte	2.764.953	52.392	48.524	926,2	2,5
Mato Grosso do Sul	23.556.414	493.734	481.224	974,7	2,7
Brasil	205.886.244	20.942.812	25.398.219	1.212,7	4,5

Fonte: Adaptada da pesquisa da pecuária municipal, IBGE (2007)



**Figura 4.** Localização das oito bacias no Estado de Mato Grosso do Sul.  
**Fonte:** IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal, 2001.

Dados fornecidos pelo Indicador Sócio Econômico no ano de 2006 revelam que no mês de abril o Estado possuía 101(cento e um) estabelecimentos industriais de leite e derivados, sendo 41(quarenta e um) com serviço de inspeção federal e 60 (sessenta) com inspeção estadual, contando ainda com 10 (dez) postos de resfriamento de leite, com serviço de inspeção federal e com 91 (noventa e uma) usinas de beneficiamento de laticínios, sendo 31 (trinta e uma) com serviço de Inspeção Federal e sessenta com Inspeção Estadual. Processando, aproximadamente, 300 milhões de litros de leite/ano, os principais núcleos deste segmento estão localizados nas regiões de Campo Grande, Dourados e Paranaíba.

Está sendo desenvolvido pela AGRAER desde 2007, no Estado de Mato Grosso do Sul, o Programa Leite MS, em que estão inseridos os projetos: Balde Cheia no MS, que visa à atualização de extensionistas em tecnologias para produção leiteira para acompanhamento de grupos de produtores na utilização e adaptação de tecnologias intensivas para produção de leite, adequadas à realidade local, bem como apoio para o planejamento e gerenciamento de propriedades. O Projeto Cooperar Leite, que visa à capacitação de extensão rural em associativismo e cooperativismo para apoiar grupos de produtores em sua organização e possibilitar apoio e acompanhamento na gestão de cooperativas e associações de produtores



de leite. Projeto de Tanques Comunitários, que visa ao repasse de resfriadores de leite a grupos de produtores organizados para possibilitar a permanência de pequenos produtores no processo produtivo e garantir uma boa qualidade do produto. EDUCAMPO Projeto de Desenvolvimento do Setor Lácteo busca, por meio da capacitação gerencial e tecnológica de grupos de produtores rurais, desenvolverem os aspectos de gestão da propriedade, tornando-os mais eficientes e competitivos, e o SEBRAE/MS, ação para aprimorar os produtores quanto à produção e à gestão do negócio.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### **Evolução da Produção de Leite no Território da Bacia Leiteira de Aquidauana**

*Eu acredito no leite, porque o leite é a metade da despesa de uma casa, quando tem o leite. Por isso o leite é uma alternativa pra modi sair da dificuldade, você cria um leitão, sobra um bezerro se é um bezerro que não é de venda você carnea ele e come, não esquecendo que do chão precisamos da mandioca do feijão de corda, da cana, a terra da tudo é a nossa energia todinha. (Depoimento do Presidente da Associação dos produtores de leite do Monjolinho em 14 de julho 2008).<sup>30</sup>*

A produção de leite desta bacia, segundo dados dos laticínios e cooperativas que coletam o leite, é formada por 1.390 (mil trezentos e noventa) produtores que entregam leite na formalidade; não foram contabilizados produtores que entregam na informalidade e que tiram para o seu consumo próprio. Verificou-se que os produtores de leite que entregam para esses laticínios são, na maioria, camponeses, produzem pequenos volumes de leite, e a grande maioria não é especializada, produzindo o leite e comercializando apenas para sobrevivência.

São raros os produtores que utilizam assistência técnica de profissionais especializados para gerenciar a propriedade. Foi encontrado somente um produtor que tem uma técnica que gerencia sua propriedade; somente utiliza assistência técnica de veterinários em casos de urgência e emergência. De um modo geral, eles tiram informações em casa de produtos veterinários, onde encontram técnicos, falam do sintoma da doença e assim levam o medicamento. Todavia, em primeira instância, eles usam a sabedoria popular para dar os primeiros socorros ao seu animal.

Os produtores camponeses desta bacia atuam de forma individual, poucos estão vinculados a alguma forma de associação ou cooperativa; os que dizem estar associado alegam que poucos freqüentam as reuniões, dizem que está desestimulado por não verem retorno de melhoria quanto às propostas tratadas nas reuniões. Foi verificado que a cooperativa de Bodoquena oferece aos produtores benefícios, como facilitar crédito no comércio da cidade, e presta assistência técnica de veterinários em épocas de vacinas como a brucelose e aftosa.

---

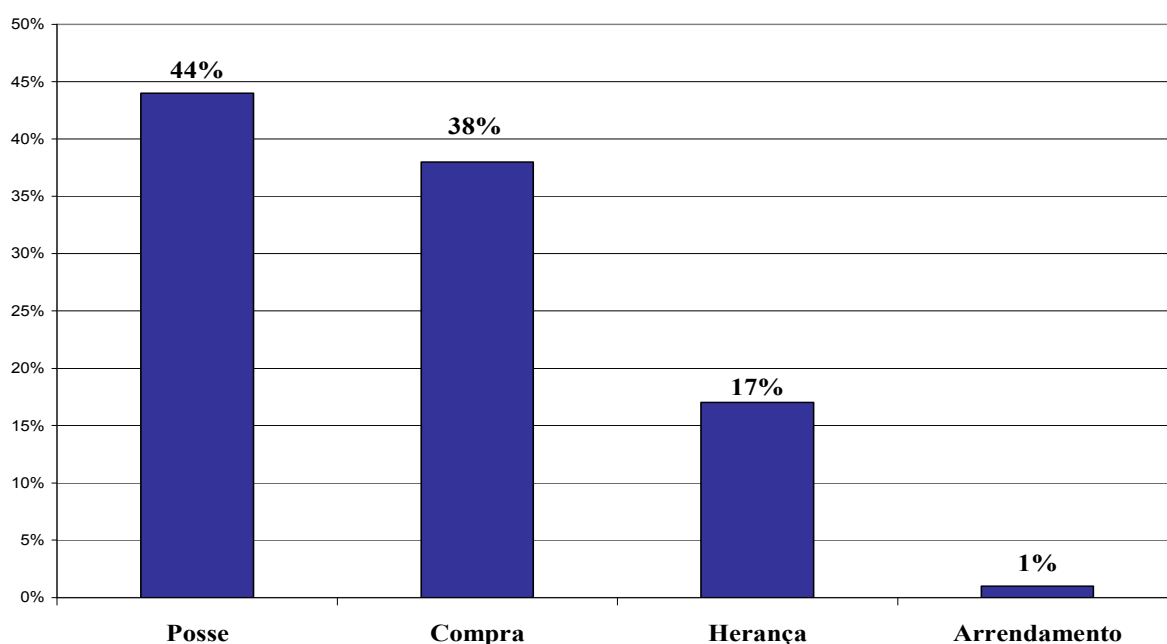
30 Os textos das entrevistas mantiveram a forma original com a qual o entrevistado se manifesta, tendo sido apenas acentuados e pontuados, quando necessário, pois foi possível esta interferência por que as respostas foram orais.

Portanto, estão sendo disponibilizados projetos criados pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS e pela AGRAER com o intuito de sugerir um modelo de produção de leite adequado às condições socioeconômicas e edafoclimáticas existentes no Estado de Mato Grosso do Sul. São projetos que estão sendo aplicados para oferecer informações e acompanhamentos por técnicos e profissionais, através de palestras e instruções para o manejo do gado leiteiro, desde o cultivo de pastagem até os cuidados com as crias, alimentação e higiene na hora da ordenha com as vacas leiteiras. Os projetos são:

- Projeto Balde Cheio (Incentivo a Profinalização da Produção)
- Projeto de Tanques Comunitários (Apoio à Comercialização)
- Projetos Cooperar Leite (Capacitação de extensão rural em associativismo e cooperativismo).
- Programa de Captação Técnica Aplicada à Pecuária Leiteira – (PCTA-PL) - Rio de Leite.

E também, está havendo, na cidade de Aquiduana, um programa de rádio: “Rio de Leite” que tem o objetivo de levar ao homem do campo informações técnicas e dicas para serem utilizadas no dia-a-dia da propriedade rural, através de entrevistas com profissionais especializados (médicos veterinários, técnicos agrícolas, agrônomos, zootecnistas) sob a coordenação do Professor Dr. Marcus Vinicius Morais de Oliveira.

As propriedades rurais que exercem a atividade leiteira são propriedades particulares em sua maioria, adquiridas sob forma de posse, como se pode verificar no Gráfico 5.



**Gráfico 5.** Origem das propriedades dos entrevistados da bacia

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

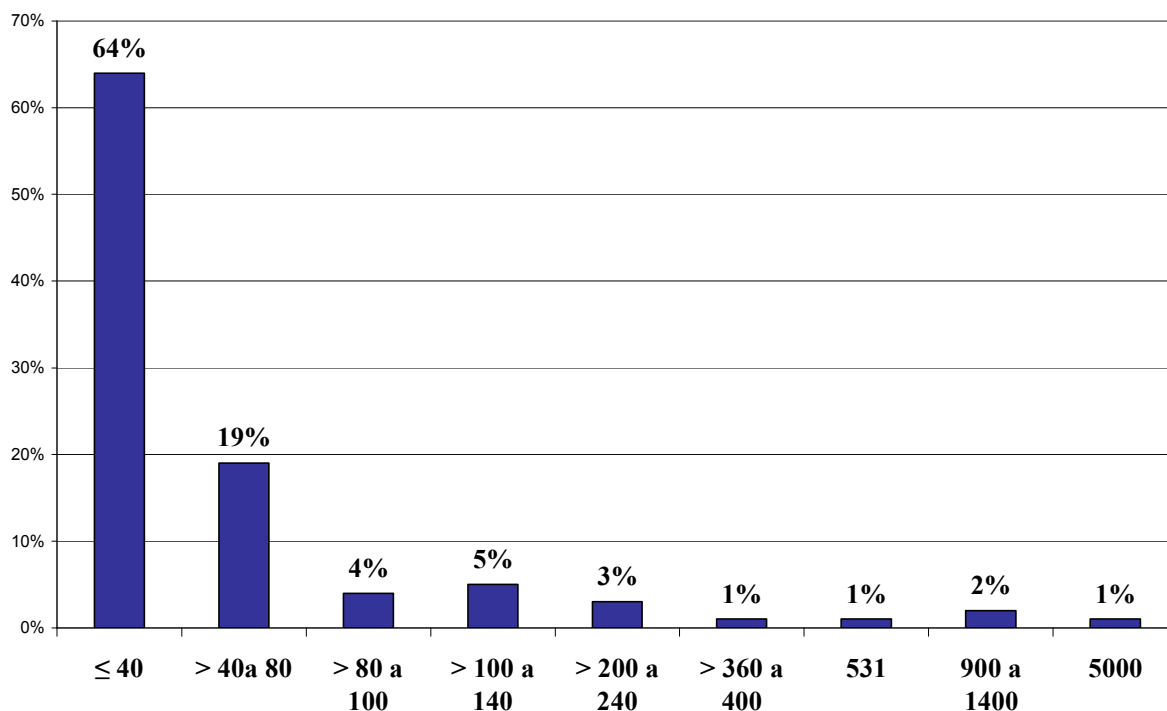
De acordo com a pesquisa de campo, o Gráfico 5, demonstra que as propriedades de posse representam 44% dos produtores entrevistados; são as que mais estão produzindo leite. Encontram-se 35 assentamentos nesta bacia leiteira, e por serem propriedades pequenas em extensão de áreas, está havendo incentivo do governo do Estado para a criação de gado leiteiro, principalmente para as propriedades que apresentam solos de baixa fertilidade, necessitando de investimentos tecnológicos para a que melhoria de solo, já que o Estatuto da Reforma Agrária prevê a desmembração das terras improdutivas.

Os assentados encontram se em áreas de solos fracos, principalmente para cultivo de lavoura, e assim deve haver grandes investimentos quanto à correção do solo para plantações de lavoura; a baixa fertilidade do solo foi confirmada quando foi feita a pergunta sobre o que levou o proprietário a produzir leite:

- *Não tenho outra opção não da roça, solo tem muito afloramento de rocha.*
- *Aqui o recurso é este mesmo o terreno não é bom e quando chega a plantar a roça alaga tudo.*
- *Comecei a produzir roça, mas é terra de banhado não pode jogar veneno.*
- *A propriedade é pequena e a lavoura era muito difícil a terra não ajuda é ideal para capim.*
- *Plantei mandioca, abacaxi, nada vai pra frente, ai resolvi partir para o leite, a única fonte de renda. (Depoimentos de proprietários, em municípios diferentes, feitos durante a pesquisa de campo)*

Como se pode verificar foram unânimes em relatar que a propriedade era pequena e não dava para fazer as duas coisas, assim: ou plantava ou possuía vaca leiteira, e como eles precisam de uma renda mensal optaram em tirar leite, pois para plantar lavoura precisa-se de muitos investimentos no solo e, em muitos casos, existe propriedade no pantanal em que os pássaros comem tudo e quando chega na hora da colheita, não tem mais nada para ser colhido.

Dos 144 entrevistados, 64% possuem área menor que 40 hectares, apenas 4% possuem área maior que 80 hectares, sendo muito insignificante a produção de leite acima de 200 hectares, comprovando-se que nos grandes latifúndios, não se investe no gado leiteiro nesta bacia, como se pode constatar no Gráfico 6.



**Gráfico 6.** Área das propriedades entrevistadas na bacia leiteira de Aquidauana.

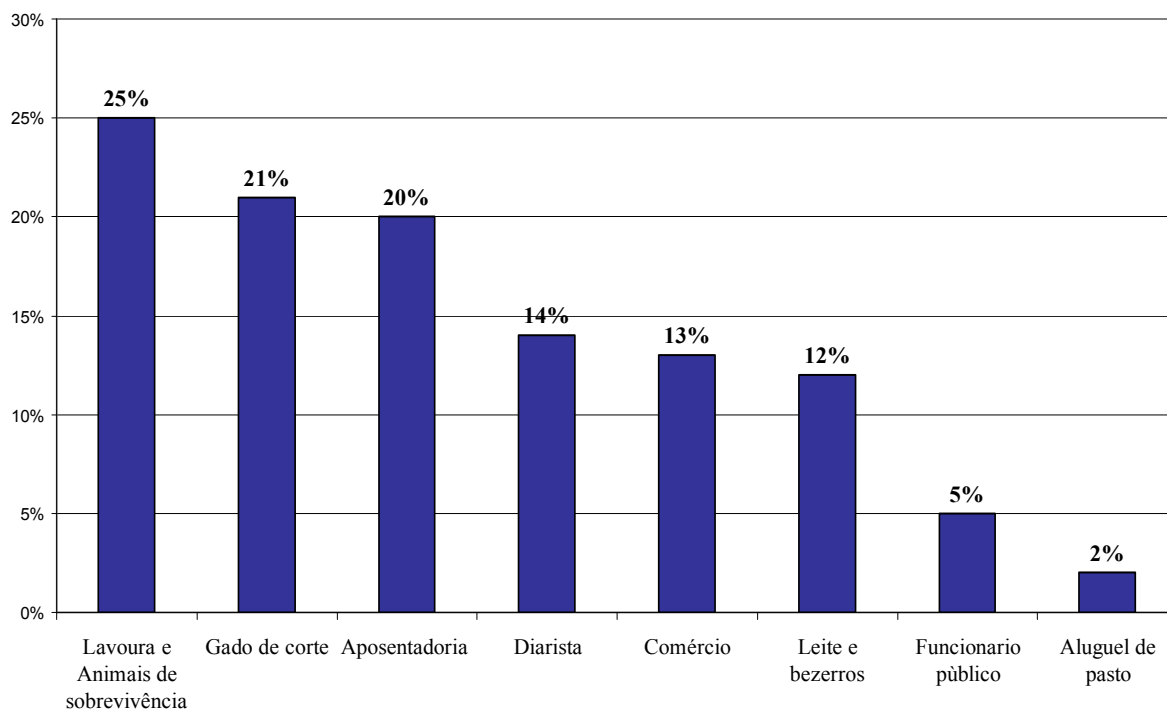
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

As propriedades de menos de 40 hectares apresentam produção média de leite menos de 40 litros/dia. Dos 144 dos produtores entrevistados, 89 começaram a atuar na atividade leiteira entre 6 e 8 anos atrás, ou seja, a partir do ano de 2000; apenas 20 produtores produzem leite há mais de 20 anos e, estes produtores, antes de entregar para o laticínio, vendiam o leite na informalidade, além de comercializar doce de leite e queijo que produziam em suas propriedades de forma artesanal. De acordo com estes dados, pode-se afirmar que quem produz leite na bacia leiteira de Aquidauana são os pequenos produtores e que eles não foram reduzidos ou excluídos com o desenvolvimento da tecnologia, pelo contrário, estão aumentando, portanto também estão vinculados ao processo de monopolização do território aos interesses do capitalismo internacional.

São produtores que possuem pequenas áreas; além do pasto, plantam lavouras somente para sua sobrevivência: mandioca e cana-de-açúcar que também servem para tratar do gado leiteiro e dos porcos, como se pode conferir no Gráfico 7.

É possível verificar no Gráfico 7, que, dos 144 entrevistados, 12% dos produtores têm somente a produção do leite e comercialização dos bezerros (quando chega o período da seca) e não têm nem outros produtos para vender (como lavoura ou animais domésticos) e nem outro tipo de renda. Verifica-se ainda que 21% têm outra fonte de renda no gado de corte, pois eles mantêm no pasto algumas cabeças de gado de corte para serem vendidas no comércio

local, e assim poderem ter renda no período da seca. Muitos não produzem leite no período da seca por falta de pasto e pelas vacas estarem sem cria; todavia eles são obrigados a ter algum tipo de alternância de renda para a sobrevivência da família.



**Gráfico 7.** Renda de sobrevivência nas propriedades além da produção do leite.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

Pode-se averiguar que 20% apresentaram a aposentadoria como um complemento da renda, além da produção do leite; são produtores de leite acima dos 50 anos; quando não é o esposo é a esposa que recebe a aposentadoria. E os mais jovens procuram trabalhar de diaristas. Os mais capitalizados complementam a renda com comércio na cidade. Alguns proprietários de terras estão próximos à cidade, como foi verificado com a ida ao campo. Esses tiram o leite cedo e também exercem a função de funcionário público, mesmo morando na zona rural. Dos entrevistados, 90% moram na zona rural e apenas 10% moram na zona urbana. Foi constatado que aqueles que moram na cidade são os produtores com um poder aquisitivo melhor, tendo outra fonte de renda como gado de corte, renda de pasto ou possuindo comércio e que tem empregados para tirar o leite.

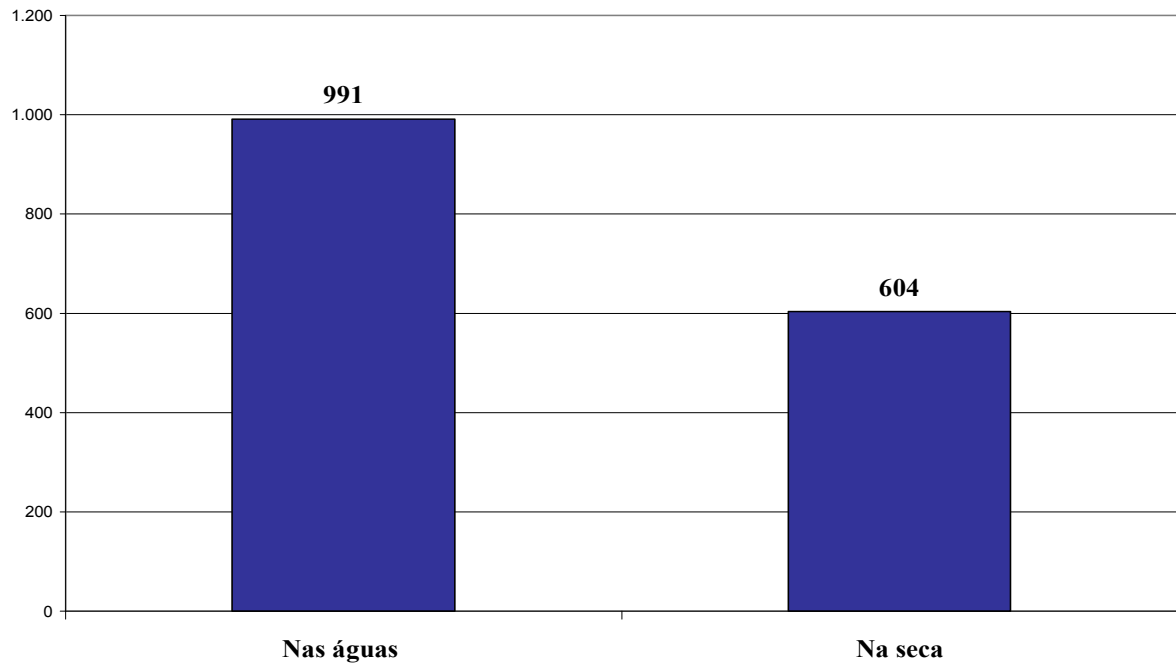
Verificou-se também que a produção de leite sofre uma queda no período da seca, e por não serem especializados, acaba faltando trato para o gado nesse período, portanto as vacas não pegam cria, sendo um período de desmame. E eles também não têm controle de monta. Nas entrevistas de campo, 100% utilizam o manejo de pastagens nativas ou

cultivadas, o que acarreta problemas como a diminuição da produtividade do rebanho leiteiro, principalmente, na época da seca. Mesmo alguns produtores que tratam o gado com insumos como: cana, capim napiê, mandioca e outros suplementos alimentares que são utilizados somente na época da seca, a produção não aumenta, cuidando apenas para se ter o produto para entregar para a indústria: são os produtores com poder aquisitivo melhor, ou seja, que produzem leite acima de 60 litros/dia, que oferecem este tipo de trato somente para as vacas não morrem de fome; dizem que os custos da produção se elevam muito.

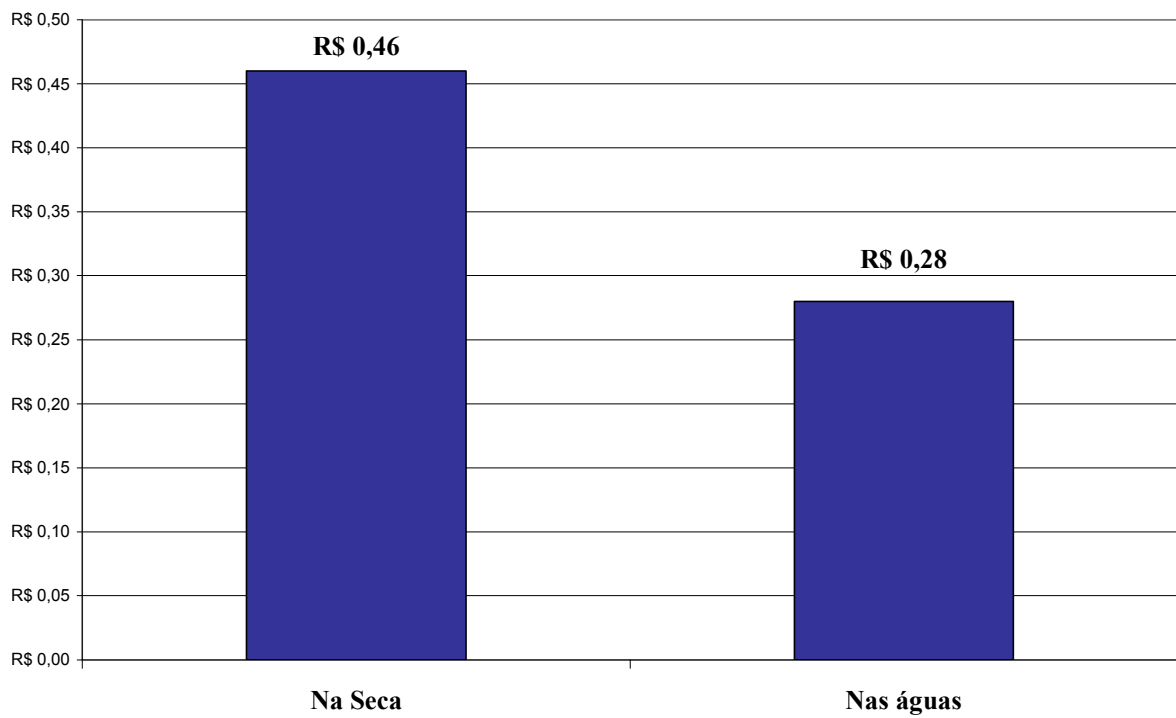
O segmento de insumos nesta bacia envolve o fornecimento de todos os tipos de fatores de produção que são os fornecedores de ração, adubos, produtos veterinários, sêmen, embalagens. Segundo Michels, Oliveira & Sabadin (2003), este segmento determina o preço de seus produtos, tanto para o produtor ou para a indústria, com uma estrutura de mercado de oligopólio, ou até mesmo de monopólio.

De acordo com informações disponibilizadas pela Embrapa Gado de Leite, a alimentação de vacas em lactação, com alto potencial genético, representa algo em torno de 80 a 50% dos custos de produção do leite. À medida que se eleva o potencial de produção dos rebanhos leiteiros, os ajustes necessários para o manejo e alimentação tornam-se cada vez mais complexos. Portanto, o preço é pago pelo leite de acordo com as condições estabelecidas pelas indústrias, monopolizando esses produtores camponeses, que não levam em consideração os custos, como despesas que adquirem com a produção do leite, transporte, além das condições das estradas que prejudicam esses produtores. De acordo com a elevação dos preços dos insumos, os produtores desta bacia acabam não investindo na produção de leite no período da seca, havendo uma queda brusca na produção neste período como se pode conferir no Gráfico 8.

Verifica-se que a produção de leite no período das águas chegou a 991 litros enquanto na seca, 604 litros. Ou seja, chega a haver uma queda de 387 litros que correspondem uma queda na produção de 39,1% e com esta queda gera a lei da oferta e da procura, justificando o valor pago pela indústria, como se pode constatar no Gráfico 9, no período das águas chega-se a pagar, em média, 0,46 centavos e no período da seca, 0,28 centavos.



**Gráfico 8.** Média de produção de leite em litros, resultado adquirido em pesquisa de campo.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.



**Gráfico 9.** Preço médio pago para produtores na Bacia Leiteira de Aquidauana, valores adquiridos com resultados em entrevistas no campo.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.



Portanto, pode-se averiguar que os preços pagos só melhoram quando os camponeses não têm produto para vender e isso acaba gerando, nos pequenos produtores, certa resistência de investir na melhoria da produção e da propriedade, como verificado neste relato.

*[...] quando esta faltando leite eles vem e oferece muitas vantagens dizendo que vai pagar bem e o preço vai continuar bom, depois que estamos tirando bastante leite eles paga o preço que eles querem, ai já estamos devendo no comercio porque compramos ração para dar para o gado, então enquanto não melhorar tudo isso nos temo que continuar assim mesmo, produzindo de acordo com as nossas condições, pelo menos nos não faz divida. Já fiquei devendo ração agora não quero mais. (Entrevista feita com um pequeno proprietário em Bodoquena, março 2007).*

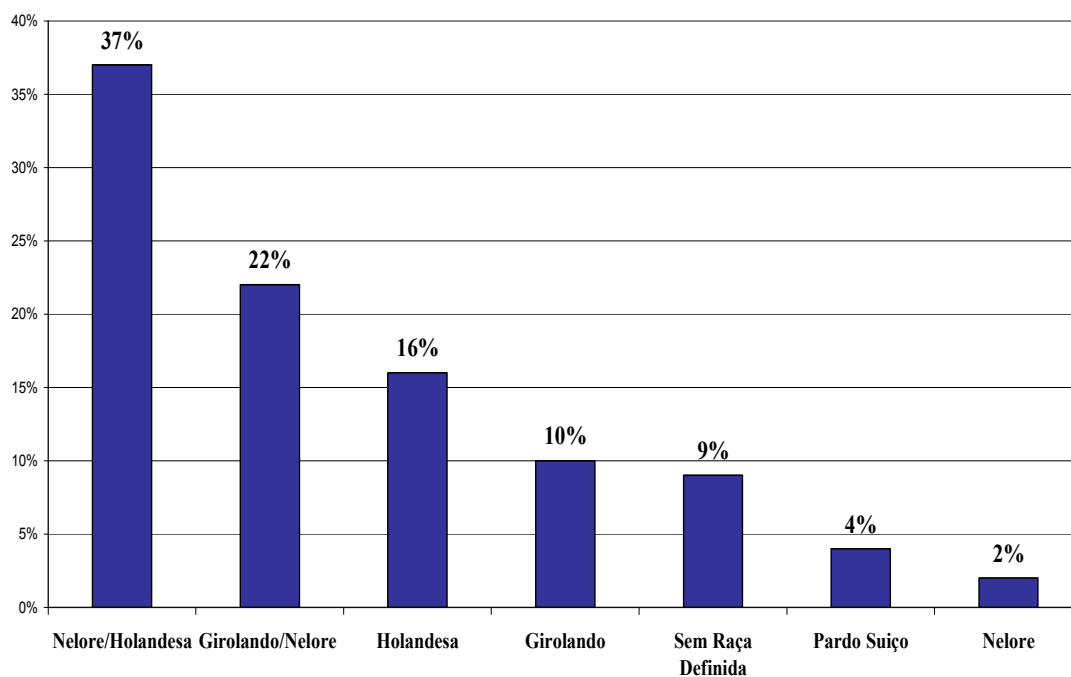
A forma de pagamento gera conflito em relação ao preço pago devido aos distanciamentos das indústrias e concorrências; com a falta de concorrência, a indústria paga o preço que ela determina. Isso ficou constado em Bodoquena; na primeira visita, (em março de 2007), constatou-se que os produtores estavam realmente sendo explorados pela cooperativa: enquanto o laticínio Imbaúba pagava 0,37 centavos, a cooperativa estava pagando 0,15 centavos. No entanto, de volta um ano depois, este cenário apresentou-se de forma diferente: os produtores estavam mais animados com o preço pago, e isso ocorreu com a entrada de outra indústria no município, instalando resfriadores e dando outra opção de lugar para estes camponeses entregarem seu produto.

Os camponeses produtores de leite demonstraram resistência quanto à exigência da indústria em aumentar a produção e possuir gado leiteiro especializados. Pois mantém o cruzamento de vacas leiteiras predominantemente da raça holandesa e girolando sempre com boi nelore (raça especializada na produção de carne). Existem também as cruzas sem raça definida que eles denominam pé-duro ou tucura, (verificar no Gráfico 10). Segundo os camponeses, sendo a cruzada com o boi nelore, facilita a comercialização; se for um bezerro de raça pura leiteira, como eles mencionam, não tem valor comercial, portanto usa este método para ter o bezerro como subproduto na hora de dificuldade financeira, facilitando a comercialização.

Nestas contradições do modo de produção camponês, ora propõe-se a produzir acima de suas necessidades e se engajam ao mercado, ora propõem reduzir sua produção, para resistirem às situações impostas pelo mercado.

Segundo Santos (1984.p. 22), o camponês possui os meios de vida “necessários a sua manutenção como produtor”. Na unidade produtiva camponesa, combinam-se as produções de meios de vida, “o fundo de consumo” e a produção de mercadorias.

No Gráfico 10, podem ser observadas as raças utilizadas nos rebanhos leiteiros das propriedades visitadas. É importante inferir que os animais não são puros e a designação da raça foi efetuada em informação do produtor baseada em características fenotípicas dos animais.



**Gráfico 10.** Raças dos rebanhos leiteiros que utilizam para reproduzir na Bacia Leiteira de Aquidauana.

**Fonte:** Pesquisa de campo 2007.

De acordo com o Gráfico 10, foi constatado que 16% das cruzas de vacas holandesas com boi holandês predomina no município de Bela Vista, sendo justificado pelo fator clima e também pelo fato de que nesse município, foram encontrados produtores que estão fazendo inseminação artificial, garantindo, assim, a mesma produção para o ano todo.

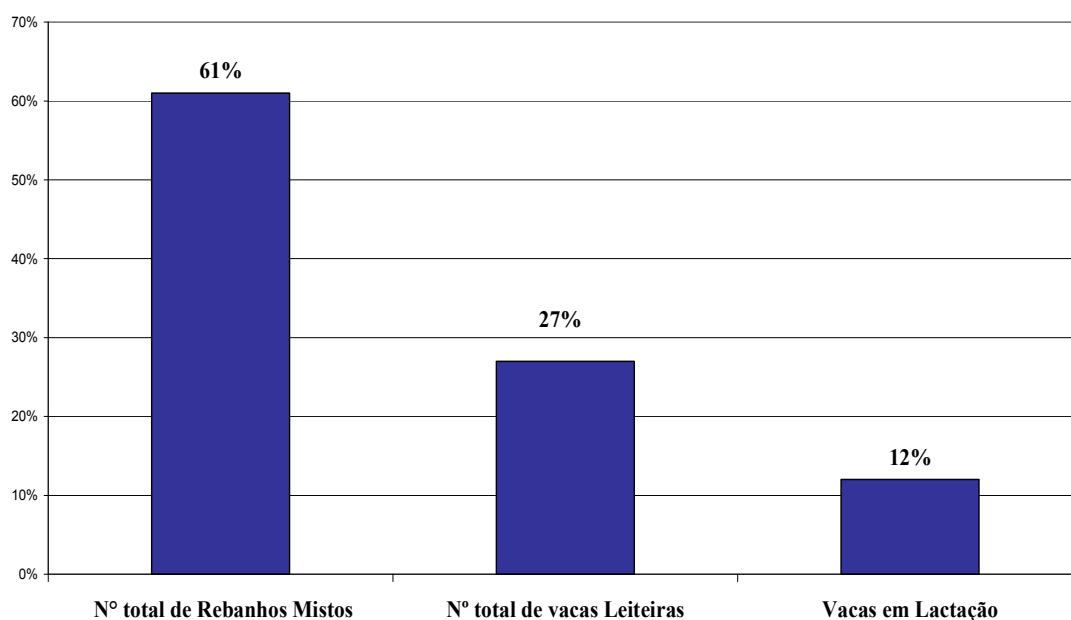
Verificou-se pelo relato de um produtor que se utiliza da tecnologia de inseminação artificial, que vale a pena, porque escolhe o sêmen mais adequado para o melhoramento da qualidade do rebanho leiteiro, sendo esta a melhor alternativa para aprimorar a bacia leiteira<sup>31</sup>.

As vacas que estão sendo cruzadas com touro nelore girolando representam 22%, e as 10% representam a cruzas com girolandos puros, sendo mais destacada nos municípios de Miranda e Bonito. Esta cruzas ocorre com inseminação natural (monta) sendo praticada na

<sup>31</sup> Até mesmo porque inseminam de forma programada para as vacas estarem produzindo leite na época da seca e assim, tendo um diferencial no ganho da produção, sendo que o leite vale mais nesta época e a organização dos pequenos produtores é ideal para que isso aconteça.

minoria das propriedades leiteiras desta bacia, portanto não se tem um controle efetivo do intervalo entre os partos e nem do período de lactação das vacas.

Foram encontrados 2% dos produtores que tiram o leite de gado de corte, que seriam as vacas nelores, ficando constatado, no decorrer da pesquisa, que são produtores que possuem áreas maiores desta bacia, apresentando pequeno número de vacas leiteiras e a produção é pequena em relação ao tamanho da propriedade. Foi relatado que produzem o leite para pagar as despesas mensais da propriedade que tem com o gado de corte. Pode-se confirmar no Gráfico 11, quanto aos produtores entrevistados, o número de gado que eles possuem.



**Gráfico 11.** Quantidade de rebanhos que os produtores entrevistados da bacia possuem.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

De acordo com o Gráfico 11, pode-se constatar que os produtores entrevistados apresentam 61% de gado misto, gado de pequeno porte como bezerros, vacas e bois em propriedades em que a economia que predomina é o leite; apenas 27% são as vacas que eles ordenham. Todavia, entre a gestação e o desmame, eles tiram leite de apenas 12%, com uma produção média de 7.956 litros/dia, e média de produção por vaca de 4 litros; portanto, verificou-se que são produtores que não usam nenhuma tecnologia e também não tem controle de monta, para terem uma produção homogênea o ano todo.

Entretanto, verificou-se que alguns camponeses da bacia leiteira buscaram investimentos em melhoria para as vacas leiteiras para aumentar sua produção, e por falta de

conhecimento com o manejo com vacas especializadas, acabaram tendo prejuízos, como foi constatado: compraram vacas leiteiras com valores altos e reclamaram que estas morreram e/ou estão devendo ao banco, descrevendo que as vacas que compraram não se adaptaram ao clima quente e não produziam o quanto informaram que elas produziriam. A origem das vacas leiteiras para compra era uma de exigência do Banco do Brasil, sendo vacas que não se adaptam ao clima.

*Pegamos o financiamento para comprar as vacas, mas o Banco do Brasil só dava o dinheiro para comprar aquelas vacas leiteiras que tinha em Goiás, era uma vaca que produzia até vinte litros, mas chegou aqui morreram, não agüentaram o calor e não dava o tanto de leite que eles falaram. Pagamos mais de mil reais hoje a que não morreu não vale mais de 300 reais (Relato de um produtor entrevistado do município de Dois Irmãos do Buriti. em 22 de julho 2007).*

Durante as entrevistas, verificamos que os camponeses estão resistindo em investir na melhoria de gado leiteiro; produtores que não pegaram o financiamento comentam do caso do vizinho e relatam que eles fizeram a melhor coisa, ou seja, não terem pego o financiamento e comprado essas vacas caras.

*Eu to aqui tirando leite destas vacas que dá pouco leite, mas se eu quero vender o bezerro eu acho quem compra, dá pouco leite, mas eu prefiro pelo menos eu não to endividando no banco. (Relato de um produtor entrevistado em 22 de julho 2007 no Município de Dois Irmãos do Buriti)*

Outro relato no município de Corumbá demonstra a falta de orientação aos produtores camponeses, principalmente àqueles que não têm aptidão quanto ao manejo com o gado leiteiro especializado, tendo muitos pego o financiamento, mas sem instrução de manejo, acabaram ficando endividados no banco.

*É preciso vir o técnico aqui e falar você vai financiar o gado de leite para viver do leite e aí falar a forma correta. Mas não entra a questão do órgão que está fazendo o projeto ganhar tantos por cento para fazer o projeto, entende... o que manda é entrar a verba e não quer saber o que vai acontecer com você. Ele tá vendo que o cara vai afundar não tá nem aí libera o dinheiro, muito não tem capacidade de cuidar das vacas. (Relato de um produtor entrevistado em 08 de novembro 2007 no Município de Corumbá)*

De acordo com os dados de campo, os produtores camponeses de leite, por não terem conhecimento da produção de leite, e não possuírem assistência<sup>32</sup>, principalmente os dos assentamentos que se encontram nesta bacia vêm tentando melhorar a produção, mas sem sucesso, sendo comprovado por este depoimento:

*O financiamento foi bom, comprei um triturador ai comprei 6 vacas,( girolando) só que o preço tava lá em cima em torno de mil a mil e duzentos reais. Depois aconteceu uma modificada nas coisas o preço caiu para quinhentos e seiscentos reais.*

*Mas não dei muita sorte as vacas acabaram morrendo, não de fome, ficou doente, outra perdeu a cria duas vezes, o bezerro bonito, mas morreu, tive que vender a vaca já o que comprou deu sorte. Não tava querendo aumentar não ai perdi umas 7 cabeças ai não prosperou perdi com isso sete mil e quinhentos. Ai vem a conta o ano passado prorrogou e este ano tem que pagar o juro, não tem dinheiro arrumei com agiota. Se aumentar a dívida e se bobear tem que entregar a terra para o Banco do Brasil ai não temo onde morá. (Relato de um produtor entrevistado em 08 de novembro 2007 no Município de Corumbá)*

Quanto ao controle da sanidade das vacas leiteiras, os produtores camponeses apresentaram apenas o controle de sanidade emitido pelo IAGRO sendo realizada inspeção quanto às vacinas obrigatórias.

Entretanto, os camponeses que não são assentados e que possuíram suas propriedades com compra ou herança não têm nenhuma assistência técnica do governo e também não melhoram sua produção porque tem que dar a terra como garantia ao banco, e o medo de perder são grandes, pois é sua única fonte de renda. Por eles serem produtores de baixo nível de escolaridade, gera mais insegurança ainda, eles dizem não entender muito os documentos que tem que assinar para realizar algum tipo financiamento.

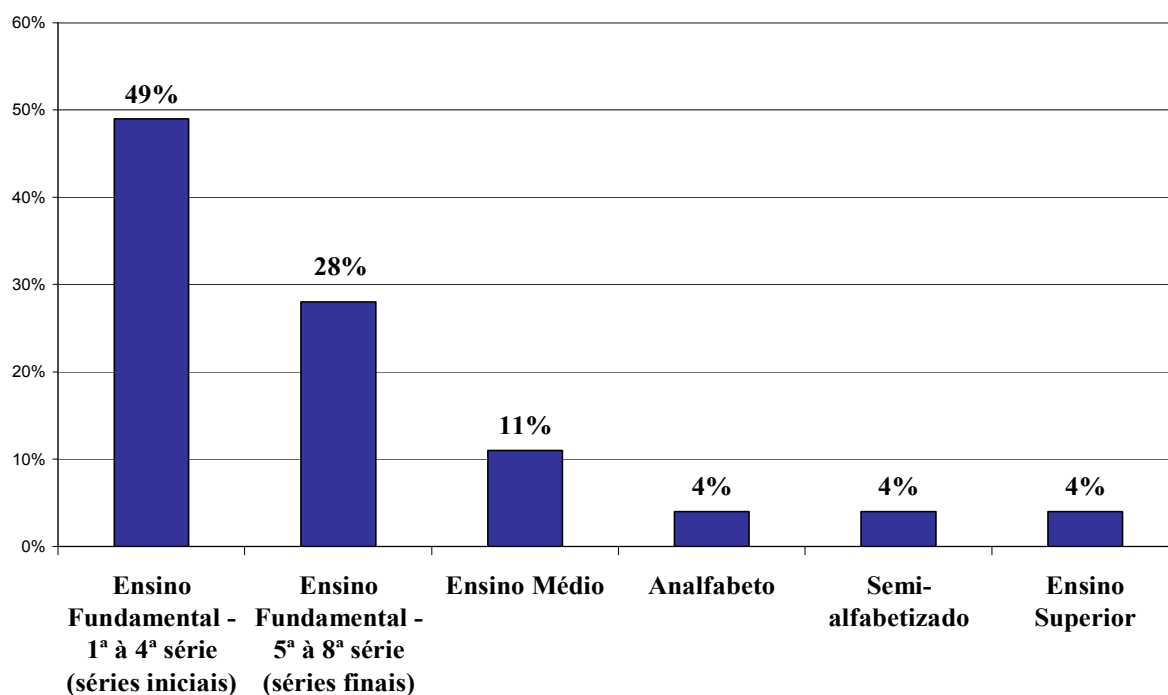
Como se pode constatar no Gráfico 12, a maioria dos produtores tem um nível educacional escolar baixo.

Os dados da pesquisa revelam que, dentre os entrevistados, a maioria, 49%, possuem escolaridade situada nas séries iniciais do Ensino Fundamental<sup>33</sup>, e pelos relatos feitos, predominam aqueles cuja escolaridade não vai além da 2ª série.

---

<sup>32</sup> Mas, o que se observa é que falta assistência técnica de orientação no manejo dessas vacas, porque o prejuízo é grande, eles, não tendo condição de pagar um assistente, termina a vaca morrendo ou perdendo quase todos os peitos.

<sup>33</sup> Lembra-se aqui que a pesquisa foi feita antes da Lei que implanta o Ensino Fundamental de 9 anos.



**Gráfico 12.** Nível educacional escolar dos entrevistados da bacia leiteira de Aquidauana.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

Acrescidos aos 4% que são analfabetos, e aos 4% semi-alfabetizados, totalizam 57% de produtores rurais que têm dificuldades em compreender novos conhecimentos, novas formas de manejo de gado, de calcular os gastos com a produção, vivendo de modo simples, com currais sem cobertura, tirando o leite de forma tradicional, enfim, vivendo sem conforto.

E a sociedade capitalista está a exigir, cada vez mais, o manejo especializado de vacas leiteiras também especiais.

O resultado é uma realidade contraditória entre a oferta e a demanda, ou seja, entre o que a sociedade capitalista exige e o que o produtor camponês pode oferecer.

### **Industrialização do Leite na Bacia Leiteira de Aquidauana**

O segmento industrial, ou de transformação, consiste na indústria de laticínio e nas cooperativas de pequeno porte, instaladas nos municípios da bacia leiteira e as indústrias de médio e grande porte instaladas fora da localidade da bacia em outros municípios da região; são as indústrias que estabelecem informações quanto à exigência e cuidados com manejo e qualidade da produção com os produtores e são responsáveis quanto à distribuição dos produtos beneficiados, entregando em vários estabelecimentos como supermercados, padarias,

pequenas mercearias, sendo este produto oligopolizado, pelas grandes empresas que detêm as maiores vendas.

As distribuições pertencem ao segmento do consumidor final, sofrendo exigência do consumidor institucional, quanto à qualidade de um bom produto, e do Governo, porque algumas indústrias desta bacia distribuem seu produto para o Governo através de programas de projetos sócio-educativos e escolas de redes estaduais e municipais, tendo que cumprir as escalas de produção e tempos corretos.

No processo de relação de indústria e produtor, devido à distribuição geográfica da produção ser distante das indústrias de beneficiamento, são instalados resfriadores em pontos estratégicos do produtor de leite sendo indispensável para um bom desenvolvimento dessa atividade e esse segmento determina o preço e as características dos produtos produzidos.

O leite resfriado faz parte da realidade desses produtores, os tanques são representativos nas propriedades rurais desta bacia, devido, às condições climáticas da região e à distância em relação às indústrias. Tal fato se dá em razão das condições de produção já que a bacia tem um grande número de assentamentos que são na grande maioria, distantes da cidade e das indústrias com a infra-estrutura da eletrificação. O uso de resfriadores para receber a coleta do leite a granel, deixado em pontos específicos, tornou-se condição imprescindível para a captação da matéria-prima, gerando uma fonte de renda para esses produtores camponeses, haja vista de constituírem em métodos alternativos para os produtores de baixa produção nesta bacia leiteira.

As indústrias instaladas nesta bacia são de pequeno porte e de pouca tecnologia. De acordo com as entrevistas realizadas, ficou constatado que é muito pequeno o percentual de empresários que têm formação superior (4%) e a administração é feita pela própria família. Tentam melhorar a qualidade de seus produtos através de conhecimento técnico oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e recebem orientação da Agência IAGRO. Produzem produtos tradicionais como: mussarela, iogurte e o leite pasteurizado tipo C, comercializados na própria região. Nesta bacia se encontram instalados três laticínios, quatro cooperativas, a saber:

Laticínio Leite Pantanal – LEIPAN;

Usina de beneficiamento de leite Alvorada – ALVORADA;

Usina de beneficiamento de leite Indiana – INDIANA

Cooperativa Mista de Produtores Rurais de Corumbá – COMPROR;

Cooperativa de Produtores Rurais da Serra de Bodoquena – COOPERQUENA

Cooperativa Agropecuária Retirada da Laguna LTDA – COOPERLAG;

Cooperativa dos Produtores de Leite de Caracol – CARACOLAC;

Associação Distrito Nossa Senhora de Fátima – NUNCA TE VI.

No município de Aquidauana, encontra-se instalado o laticínio LEIPAN<sup>34</sup> que compra o leite dos municípios de Anastácio, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti e Nioaque. O produto deste estabelecimento é embalado como leite tipo C; também fabrica manteiga, mussarela e iogurte. Estes produtos são comercializados no local e na região. Em Dois Irmãos do Buriti, encontra-se o Laticínio Leite Indiana, que beneficia o leite resfriado tipo C, comercializado na própria região.

No Município de Guia Lopes encontra-se instalada a COOPERLAG, que compra o leite dos municípios de Guia Lopes e Jardim. Esta cooperativa é composta de cinquenta e oito sócios<sup>35</sup>, e trinta e oito fornecedores não associados. Sua média de compra, no ano 2006, foi de 4.000 litros, pois estavam entregando 25% dos cooperados e 75% de não cooperados. Há o beneficiamento do leite tipo C, e também industrialização de mussarela. Estes produtos são vendidos para o município de Jardim, Guia Lopes da Laguna e Bela Vista. Nas águas, quando a produção aumenta, atendem os municípios de Dourados e Campo Grande, com venda da mussarela.

O laticínio Alvorada compra o leite somente de Guia Lopes, vendendo leite tipo C resfriado nos municípios de Jardim, Guia Lopes e Bonito. No município de Caracol encontra-se instalado o laticínio CARACOLAC. Este laticínio compra leite somente do município de Caracol e beneficia o leite resfriado tipo C e também fabrica iogurte e mussarela, vendendo para o comércio local e a cidade de Bela Vista e Porto Murtinho.

A cooperativa COMPROR, que se encontra instalada no município de Corumbá, quando realizada a visita de entrevista em 8 de novembro de 2007, estava praticamente desativada. Segundo o relato do Presidente, Sr. Lacy Cardel Pécora, a cooperativa, encontra-se em falência; todavia chegou a pasteurizar 8 mil litros diário de leite; não faz mais coleta de leite, sendo que houve uma depredação do patrimônio, principalmente dos meios de locomoção (carros); quem está utilizando a cooperativa é um produtor intermediário que colhe o leite de vários produtores e leva na cooperativa para beneficiar e entrega o leite no município de Corumbá, pagando vinte centavos para a cooperativa beneficiar e embalar o leite para ele.

---

34 No término desta pesquisa, em agosto 2008, verificou-se que este laticínio entrou em crise financeira e está coletando leite apenas dos produtores que entregam direto na plataforma do laticínio, portanto não estão fazendo coleta de leite dos municípios citados, bem como não estão industrializando, mais a manteiga, mussarela e iogurte.

35 Mas que estão entregando o leite, até o dia da entrevista (24/07/2007) com o presidente, eram somente 23 sócios.



Um fator relevante é que nesta bacia também se encontram indústrias maiores<sup>36</sup> que compram leite, mas que estão instaladas em outros municípios como a de Maracaju - Laticínio Vencedor – que compra o leite de Nioaque, Bonito e Jardim. O Laticínio Imbaúba, instalado em Camapuã, compra leite de Miranda, Anastácio e Bodoquena. Em Bela Vista, encontra-se instalado o laticínio Nunca Te Vi, que pertence à Associação Distrito Nossa Senhora de Fátima, que resfria, pasteuriza, embala e entrega nos supermercados do próprio município.

Quando iniciada esta pesquisa, quem comprava o leite do município de Bela Vista, possuindo resfriadores instalados tanto em assentamentos como em pequenas e grandes propriedades da bacia, era o Laticínio São Gabriel – SAGA – instalado em São Gabriel. Porém ele foi vendido para o Laticínio Nova Esperança, do Paraná, dono da marca de leite Líder.



**Figura 5.** Laticínios e Cooperativas da Bacia Leiteira de Aquidauana.  
**Fonte:** Pesquisa de campo 2007.

<sup>36</sup> Estes laticínios são empresas maiores e enviam seu produto para fora do Estado.

Nas empresas entrevistadas, constatou-se a dependência quase que total do pequeno produtor, visto que os pequenos produtores não são especializados no assunto gerando a queda da produção. Chegou-se a verificar – em 20 de julho de 2007 - que tinha resfriador desligado no período da seca. Devido à queda da produção, surge à disputa das indústrias pelo produto e, assim, há oferecimento de incentivos para os produtores, com o bônus de centavos, de acordo com a produção e fidelidade, como poderá ser verificado nas Tabelas, 16, 17, 18.

**Tabela 16.** Classificação de preços por volume (preço do mês) Laticínio LEIPAN.

<b>Produção em Litros</b>	<b>Preço</b>
01-1500 LTS	PREÇO BASE
1501-3000 LTS	0,01 centavos de bonificação
3001-4500 LTS	0,02 centavos de bonificação
4501-6000 LTS	0,03 centavos de bonificação
6001-7500 LTS	0,04 centavos de bonificação
7501 LTS acima	0,05 centavos de bonificação

**Fonte:** Laticínio LEIPAN. Junho de 2007.

**Tabela 17.** Classificação de preço/mês Laticínio SAGA. Preço por tanques individuais.

<b>Produção em Litros</b>	<b>Preço</b>
01 – 3.000	R\$ 0,52
3.001 – 6.000	R\$ 0,53
6.001 – 9000	R\$ 0,54
9.001 – 15.000	R\$ 0,55
15.001 – 24.000	R\$ 0,56
24.001 – 30.000	R\$ 0,58
30.001 – 60.000	R\$ 0,60
60.001 a mais	R\$ 0,65

**Fonte:** Laticínio SAGA. 21 de maio de 2007

O produtor recebe este pagamento, de 0,1 (um centavo de real), por fidelidade anual e vai adquirindo crédito. Assim, vai tendo um acréscimo de ano a ano, sucessivamente com o sistema de fidelidade; todo produtor que tenha tempo suficiente, entregando para a mesma empresa e seja credor da bonificação por fidelidade, poderá receber até R\$ 0,05 (cinco centavos de real) a mais por litro de leite.

**Tabela 18** Classificação de preços por volume (preço do mês) Laticínio SAGA. Preço por tanques comunitários.

<b>Produção em Litros</b>	<b>Preço</b>
01 – 3.000	R\$ 0,50
3.001 – 6.000	R\$ 0,51
6.001 – 9.000	R\$ 0,52
9.001 – 15.000	R\$ 0,53
15.001 – 24.000	R\$ 0,54
24.001 – 30.000	R\$ 0,56
30.001 – 60.000	R\$ 0,58
60.001 a mais	R\$ 0,63

**Fonte:** Laticínio SAGA. 21 de maio 2007.

Desta forma, há o incentivo para o produtor manter sua produção o ano todo, e a indústria ter produto mesmo no período da seca, que é uma das grandes dificuldades encontradas pela indústria neste período: manter a produção e atender os seus compromissos com os fornecedores.

Os camponeses são pressionados pela indústria de laticínios constituídos por oligopólios e pelo mercado de insumos, portanto é o capital monopolizando a mão-de-obra camponesa na produção de leite e, ao mesmo tempo, a indústria na dependência destes produtores.

### **Produção e Comercialização de Leite no Município de Porto Murinho**

No município de Porto Murinho os produtores de leite comercializam sua produção na informalidade<sup>37</sup>. Em trabalho de campo, realizado em junho 2007, constatou-se que há um laticínio instalado, mas não está em funcionamento e em entrevistas realizadas com o Secretário de Assistência Social e com a população ficou uma incógnita quanto ao funcionamento do laticínio.

O Secretário alegou que o laticínio não funciona porque foi construído em terreno de doação e o proprietário doador veio a óbito não podendo legalizá-lo, impedindo o seu funcionamento. Segundo a secretária do Gabinete, os grandes latifundiários não têm interesse em produzir leite e por isso não está funcionando, relatando o conhecimento que seu marido tem no município dizendo:

<sup>37</sup> Refere-se à relação de troca direta entre o agricultor e o consumidor, sem a intermediação da indústria.

*[...] o meu marido é capataz de fazenda e ele fala que os grandes produtores não têm interesse em produzir leite, você sabe aqui só é gado de cria e recria, eles não querem investir na produção de leite este é um motivo que o laticínio lá instalado esta fechado (Entrevista realizada em 20/06/2007).*

Alguns produtores de leite relataram que faltou incentivo em campanha política quanto à entrega do leite no laticínio, havendo campanha contra a abertura,

*[“...] no momento em que vocês (produtores) entregarem leite para o laticínio vão ganhar menos, porque o laticínio irá pagar a metade do preço que vocês vendem na rua”. (Depoimento de produtor de leite em Porto Murinho, 20/02/2007)*

Neste município, a informalidade tem sido um mecanismo encontrado pelos pequenos produtores. Todavia, mesmo com a entrega do leite na informalidade, há atravessadores capitalizando com a produção do pequeno produtor, se apropriando de uma parcela da renda camponesa. Compram o leite dos pequenos produtores<sup>38</sup> e também tiram leite em sua propriedade e quando chega a época de chuvas, que aumentam a sua produção própria, deixam de comprar ou exploram a produção dos camponeses; sendo assim, estes camponeses ficam sujeitos ao atravessador quanto à valorização do seu produto.

Nas águas – período de chuvas – há um excedente de leite e o camponês acaba tendo que se sujeitar ao atravessador para vender o leite a preço baixo. Na seca, leva desvantagem também, porque não tem condição de tratar do gado e sua produção diminui ou até mesmo as vacas não produzem leite e se melhorar seu rebanho leiteiro para produzir mais, acaba levando prejuízo, porque chegam as águas e não tem quem compra seu produto. Neste processo, também quem ganha é o grande latifúndio. Na seca, o grande produtor<sup>39</sup> capitalizado e, com tecnologia, passa a tratar melhor de suas vacas, produzindo mais leite e nas águas deixam a vaca leiteira, para só tratarem do bezerro, valorizando a cria, e tendo leite para vender na seca a um bom preço.

Neste contexto, vender o leite na informalidade não está sendo viável para os camponeses, mesmo que o preço pago por sua produção fosse melhor do que o pago pelo laticínio. Outro fator que influencia na renda do camponês é o elemento natureza. O clima da região, com verão variando entre 32° a 35° e inverno com variação de 20° a 25°, desfavorece a

---

38 Uma vez que nem todos os produtores que produzem o leite vendem na rua porque não têm condição de levar para a cidade, devido à distância e também pela falta de um meio de locomoção rápido, acabam entregando seu produto por um preço baixo para os atravessadores que têm sua freguesia na cidade, vendendo por um preço maior.

39 Na entrevista de campo também foi encontrado grande latifúndio produzindo leite, e que também têm interesse em investir nesta produção, contradizendo com o depoimento da secretaria mencionada.

sua produção além da distância de sua propriedade até ao consumidor, visto que o leite é um produto perecível onde a grande maioria não tem meio de transporte rápido, dependendo de bicicleta ou carroça para transportar este produto. Mesmo o laticínio pagando menos, essa renda se torna uma sobrevivência viável devido a estes fatores mencionados.

Assim sendo, as relações de produção camponesas que convivem com relações de produção tipicamente capitalistas, fazem entender que, ao mesmo tempo em que a indústria expropria o camponês em alguns lugares, em outros, como no caso do município de Porto Murtinho, cria condições para a sua reprodução. Nas entrevistas com alguns produtores, estes se dizem interessados na abertura do laticínio. Percebe-se que tanto o grande produtor quer aumentar seu capital quanto o pequeno minifúndio, com a justificativa de que o município consumiria todas as suas produções, porque, quando chega a seca, os consumidores têm que comprar leite do Paraguai ou pagar caro no leite que vem de fora, industrializado, cujo custo é alto devido à distância das indústrias; com a abertura do laticínio, o comércio local seria abastecido e também geraria condições para os pequenos produtores melhorarem seu rebanho para não faltar leite na seca e terem comprador para sua produção nas águas.

Uma característica deste município é o predomínio do latifúndio e a economia é a bovinocultura de corte. Os pequenos produtores, baseados no trabalho familiar, não têm muita opção de sobrevivência. De acordo com seus relatos, o solo não ajuda a cultivar a lavoura de qualidade, precisando de muito investimento no solo. Dessa maneira, alguns falaram que, com a entrega de leite no laticínio, sobraria mais tempo para trabalharem a terra, melhorando sua qualidade de vida com a produção para sobrevivência, pois, enquanto ficam de casa em casa, entregando o leite na cidade estariam na lida com a sua lavoura ou tratando do seu rebanho para produzir mais leite.

Entretanto, será preciso aprofundar ainda mais esta discussão. O não funcionamento deste laticínio poderá prejudicar estes produtores, uma vez que a grande maioria que produz leite neste município é formada por camponeses que se beneficiam da produção do leite para seu sustento e a sua sobrevivência, vendendo o excedente na rua ou para os atravessadores. Portanto, a formalização realmente da Normativa 51<sup>40</sup> levará à exclusão de grande parcela destes produtores, porque o poder político que predomina neste município são o dos grandes latifúndios.

Contudo, a abertura deste laticínio favorecerá os camponeses, já que poderão comercializar seu produto na formalidade e com beneficiamento para poderem vender um

---

40 Com previsão para entrar em vigor no mês de julho de 2007.

produto com qualidade. O Estado, por sua vez, tem demorado a agir, porém a pressão da saúde pública fatalmente acabará forçando as mudanças necessárias, para que estes pequenos produtores beneficiem seu produto diretamente na cooperativa, rompendo com a subordinação dos atravessadores e desinteresse de políticos capitalistas. No momento, alegam falta de documentos, sendo que própria família do doador do lote produz leite e vende na informalidade<sup>41</sup>. Neste processo de beneficiamento, faz-se necessário que a cooperativa seja organizada pelos próprios produtores na busca por alternativas de melhoria e qualidade de seu produto e resistência sobre o domínio do capital e dos capitalistas que manipulam todo o município, sempre os deixando à mercê da sorte e com esperança de que um dia alguém vai tirá-los daquela situação. E isto deve ser feito com urgência para não se deixar acabar um bem adquirido.



**Figura 6.** Entrega do leite na informalidade e instalações do laticínio COOPERVAL em Porto Murinho.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

### **Evolução da Produção de Leite no Território do Assentamento Monjolinho**

No decorrer dos últimos dezenove anos, o assentamento passou por diferentes fases, alterando a infra-estrutura desde sua utilização de forma arcaica e rudimentar até a

41 De acordo com as entrevistas com estes familiares, pois tanto a esposa como os filhos têm interesse em ver funcionando aquele laticínio.



mecanização. No entanto, a maioria dos agricultores não foi além da mecanização das terras, como exemplo, o emprego de técnicas de conservação como as curvas de nível, adubação e calagem.

No início do assentamento havia uma deficiência de água, sendo este o maior entrave para o bom desenvolvimento da pecuária. Contudo, o problema foi sanado – através de um programa do governo do Estado – com a construção de poços artesianos e a canalização da água para todos os produtores, que antes não contavam com disponibilidade de água para atender a demanda de seu rebanho. Outro melhoramento foi a expansão da rede de energia elétrica por todo o assentamento que possibilitou a aquisição de equipamentos destinados à melhoria da produção agropecuária como: trituradores, bombas d'água, eletrodomésticos, os quais são necessários à conservação de alimentos e, ainda, facilitam o acesso à informação e entretenimento, e a diversificação das atividades produtivas no assentamento.

Há um ponto a ser mencionado: os produtores assentados, que antes apresentavam muita resistência em relação à adoção de novas técnicas, reduzindo o processo produtivo, como eles mesmos relataram quando receberam a terra, chegaram desbravando tudo no braço, somente com a enxada e foice, plantando sem jogar qualquer tipo de fertilizante, sem fazer curva de nível; utilizando esta técnica, desvendaram que a terra exigia muito mais, acontecendo de muitos deixarem de plantar lavouras para sua sobrevivência e outros até abandonarem a terra procurando nova morada onde a terra exigisse menos investimentos. Todavia, os que permaneceram ou aqueles que compraram o direito de posse atualmente têm buscado novas alternativas de produção, como corrigindo a acidez do solo, utilizando o calcário e outros fertilizantes bem como utilizando a tecnologia da máquina (trator), para preparar o solo e fazendo curva de nível.

Embora as famílias do assentamento tenham aptidão para a lavoura, deparou-se com uma grande dificuldade para trabalho em um solo de baixa fertilidade. Segundo Santos (2008), em levantamento realizado em sua pesquisa de mestrado, através do trabalho de campo, e do levantamento dos recursos naturais, realizado pelo INCRA (1989), para efetivação do assentamento, há uma diversificada variedade de solos, decorrente de estrutura geológica da região. Portanto, as posições ocupadas, normalmente, no relevo, associadas às suas propriedades físicas, condicionam favoravelmente seu uso agrícola, desde que corrigidas as deficiências de fertilidade e da acidez, com aplicações de adubos e calcários. São solos minerais, não hidromórficos, bem desenvolvidos, bem drenados, caracterizados pela presença de um horizonte B latossólico em estágio avançado de intemperização.

Os camponeses do assentamento resistiram muito, plantando feijão, milho, algodão nesse solo sem corrigir sua deficiência; sendo assim, não conseguiram realizar boas colheitas pois perdiam tudo; tiveram então a produção de leite como uma alternativa, uma vez que formar pasto e criar gado necessitam menos investimentos no solo e riscos de prejuízos do que a agricultura.

Relatam que na propriedade a melhor alternativa, como fonte de renda, está sendo tirar o leite, pois, só assim conseguem manter na propriedade. Observa-se neste depoimento que logo este produtor viu que cultivar a terra recebida era difícil:

*Quando recebi a terra eu plantei abacaxi, milho, mandioca, nada ia pra frente, parti para a vaca de leite, fazia queijo e vendia na cidade depois que foi proibido passei a entregar para o laticínio, mesmo assim eu trabalhava de empreiteiro até me aposentar, Mas tirando o leite e tendo o bezerro para vender, posso dizer que foi com o leite que consegui o que tenho, porque aqui da terra a única renda é o leite, eu tenho prática com o leite hoje já comprei mais 10 ha, trabalho lá com uma lavorinha de cana, planto uma mandioca e faço ração para o gado e assim vou vivendo, está tudo muito bom. O que tenho é da conquista da terra, sabendo tocar vai pra frente (Entrevista realizada em 11 de agosto 2007).*

Verificou-se diante da luta pela terra do Assentamento Monjolinho, e após a sua aquisição um conjunto de sonhos e esperanças de conquista no projeto familiar, como: ter uma produção agrícola rendosa, arrumar a casa, comprar móveis, oferecer aos filhos uma vida sem miséria, porém, no momento que se consegue a terra, para poder lutar por estes sonhos e realizá-los, ocorreram muitas dificuldades e muitas famílias venderam suas propriedades como pode-se verificar, neste depoimento, a impossibilidade de não se poder plantar e não se ter recurso para investimento.

*Quem costuma com a roça e a fartura  
Quem planta no mês de setembro começa a chover e olha na terra, dizer que não vai produzir, é muito triste, no assentamento tem muito destas famílias.  
Várias pessoas venderam o lote, vários abandonaram, porque eles queriam plantar e a terra não dava e no momento não tinha condição de formar o pasto. (Entrevista realizada em 14 de julho 2008).*

Entre os assentados camponeses que conseguiram o lote, no primeiro sorteio (total de 285 lotes), segundo informações dos moradores e técnicos da AGRAER do município de Anastácio, só permanecem no lote em torno de 40%, os outros 60% venderam as propriedades e os que permaneceram estão resistindo à luta na terra conseguida.

Diante das dificuldades enfrentadas ao longo dos anos após conseguir a terra, muitos, conseguiram construir suas casas, sendo 90% casas de alvenaria e todos conseguiram cercar



suas propriedades, mas foi com muito sofrimento e resistência, como se pode constatar neste depoimento:

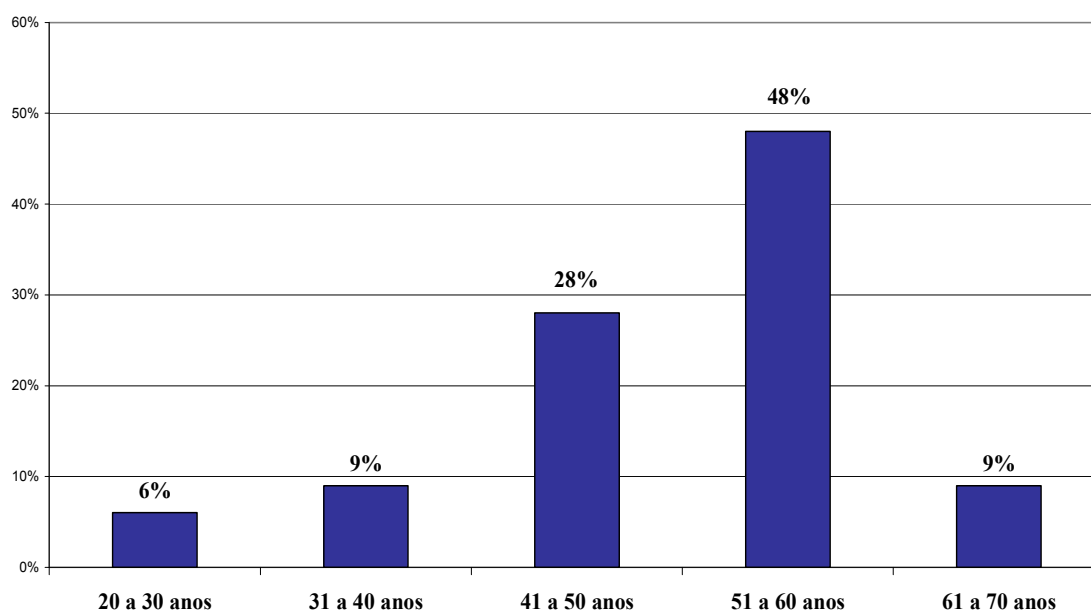
*As pessoas que moram aqui e resistiram na terra são uns artistas, apesar de trabalhar nesta terra difícil conseguiram adquirir bens, uns se adaptaram bem outros reclamam até hoje, sofreram muito,mas criaram todos os filhos aqui. Muitos venderam porque faz parte do jogo (Entrevista realizada em 11 de agosto de 2007).*

É justamente por muitos venderem que os camponeses assentados são classificados de forma generalizada como usurpadores, aproveitadores, oportunistas, mas quando se tem este relato deixa claro que isso não é verdadeiro:

*As coisas são difícil não é fácil não, nois que moramo no mato tem que produzir para o povo da cidade, não podemos desanimá porque como vai ficar tanta gente que precisa comê na cidade? temo que fazer alguma coisa. Faço um pouquinho aqui outros lá, damo sustento para o povo. Esse negocia do estrangeiro quer que só plante cana para eles não dá certo não, o povo precisa comer (Entrevista realizada em 11 de agosto de 2007).*

De acordo com depoimento deste camponês que entrega seu leite de carroça no resfriador e cria porco, planta uma pequena quantidade de milho, mandioca, verifica-se a importância e a consciência de que estes camponeses assentados têm em adquirir a terra, permanecer e produzir nela alimentos para a sua sobrevivência e o excedente comercializa preocupado com sua nação.

Pode ser verificado no Gráfico 13 que 48% dos entrevistados que administram a propriedade tem mais de 50 anos, demonstrando que a reforma agrária no Brasil é feita tardiamente dificultando mais ainda a melhoria e a qualidade de vida dos camponeses assentados, que quando conseguem a terra já estão cansados de tanta luta e assim muitos resistindo a investimentos em tecnologias e se acomodando com a aposentadoria.



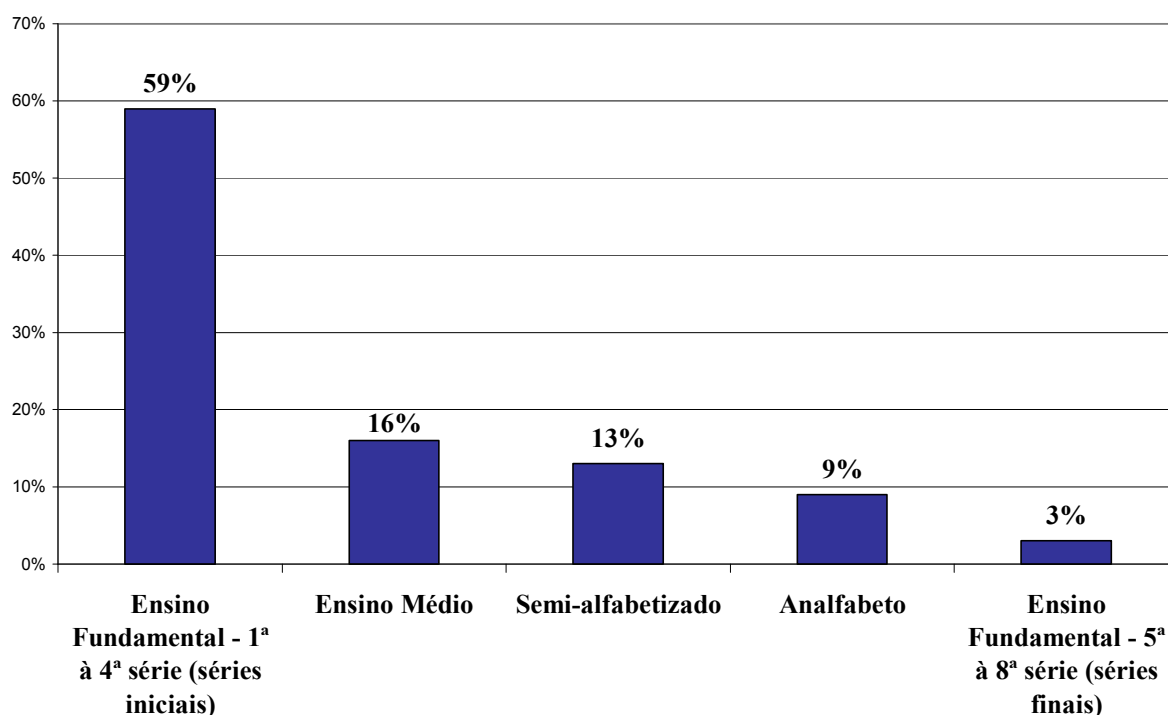
**Gráfico 13.** Idade de quem administra a propriedade.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

De acordo com o Gráfico 13, verifica-se que 6% dos entrevistados que administra a propriedade possui de 20 a 30 anos, são jovens cujos pais morreram e eles ficaram á frente dos negócios; outros 9% são filhos cujos pais camponeses compraram propriedades para eles trabalharem, e 48% já estão com mais de 50 anos; afigura-se, portanto os proprietários dos lotes estão envelhecendo e ainda na luta para em busca de melhoria de conforto para suas famílias.

Portanto, constatou-se que os produtores entrevistados têm, no total, 103 filhos e destes somente 35 filhos moram no lote com os pais, tendo como exemplo uma família que tem 7 filhos e nenhum mora mais com os pais; outros têm 9 filhos e apenas um está com os pais. São filhos que estão em outros assentamentos conquistados na luta pela terra, constituído famílias, mas também tem filhos que estão trabalhando na cidade ou em outras fazendas como empregados. Muitos filhos tiveram que sair para trabalhar fora para ajudar os pais a permanecerem no lote, se não fosse isso os pais também teriam abandonado as terras conquistadas com muita labuta.

Verificou-se que ainda os camponeses produtores de leite do assentamento têm um nível escolar baixo, como se pode averiguar no Gráfico 14:

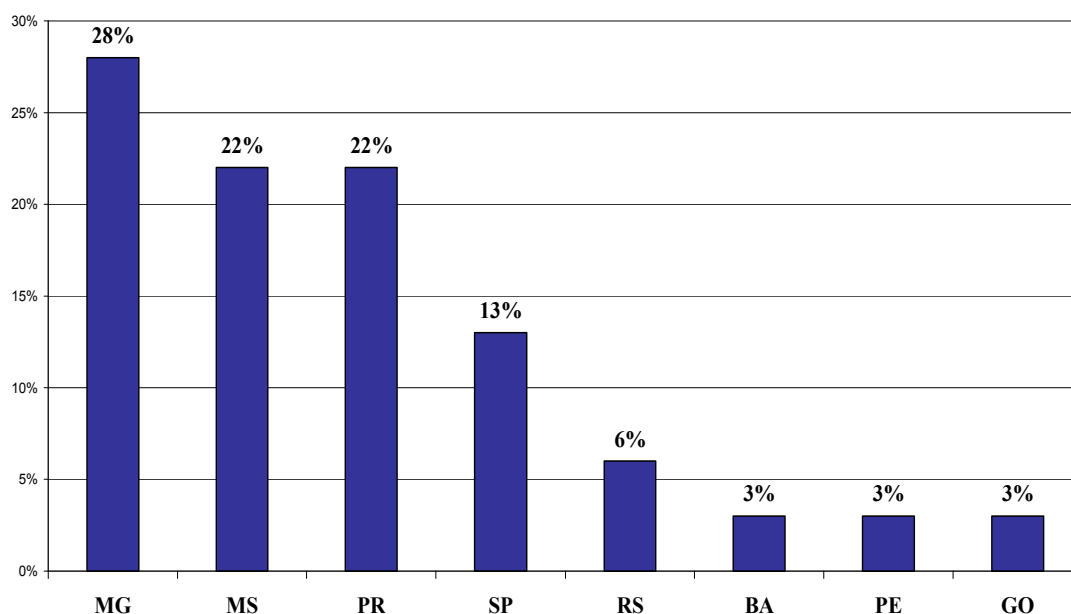


**Gráfico 14.** Grau de escolaridade de quem administra o lote.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

De acordo com o Gráfico 14, dos entrevistados 59% possuem o ensino fundamental das séries iniciais; constatou-se que eles possuem apenas a segunda série inicial, mencionando que era a série do antigo primário, e que entravam na escola, mal aprendiam a escrever o nome e o pai já tirava da escola, tinham que ir ajudar o pai na roça. Apenas 16% têm o ensino médio. Todavia, pelos relatos, percebe-se que eles estão preocupados com a formação dos seus filhos, verificando-se que existem alguns assentados que já têm filhos com ensino superior completo e que outros estão concluindo o ensino superior.

Os moradores do assentamento são praticamente constituídos de migrantes. Estes camponeses que migram se constituem de desempregados, diaristas, peões, isto é, de um grupo de pessoas que não possuíam direito de propriedade sobre o solo, mas com um profundo vínculo com a família. Quando se fala de migrantes, está-se referindo aos filhos de mineiros, paulistas, camponeses que migraram das regiões do sul do Brasil e agora seus filhos estão migrando para outras regiões do Centro Oeste, podendo ser verificado no Gráfico 15.



**Gráfico 15.** Origem das famílias entrevistadas do Assentamento  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

De acordo com o Gráfico 15, a origem dos produtores de leite entrevistados é diversificada, tendo vindo de várias regiões brasileiras: 28% declaram ser de Minas Gerais e 22% de outras regiões do Estado de Mato Grosso do Sul e outros 22% vieram do Estado de Paraná. Constatou-se que são migrantes vindos de vários lugares do Brasil, porém nem sempre o casal veio do mesmo lugar: enquanto o marido era de Minas Gerais a esposa era de Paraná, outro era de Mato Grosso do Sul e a esposa de São Paulo. Diagnosticou-se também que seus pais eram, por exemplo, do Estado de São Paulo, mas o entrevistado nasceu no Paraná ou em Mato Grosso do Sul.

E assim, pôde-se confirmar que este processo migratório se dá pela resistência e pelo reencontro dos camponeses para trabalhar na terra, vindo de origem de solos férteis, não sendo necessário realizar muitos investimentos tais como uso de fertilizantes, apenas desmatava e jogava semente obtendo grandes colheitas. Porém, quando chegaram ao assentamento, verificaram que este processo não aconteceu, foi uma frustração. Os depoimentos confirmam o processo migratório e a fertilidade do solo que cultivavam em outras terras e o interesse de produzir e comercializar seus produtos para a sua sobrevivência:

*Eu sei cultivar a terra, eu ajudava meu pai lá no Paraná, eu arava a terra com cavalo, tudo que plantávamos dava, depois fomos para o Paraguai, lá também era uma beleza a terra é muito boa, aqui tudo muito difícil. Para você ver: Plantar nestas terras não da, se planta 50 quilos de sementes boas colhem 50 quilos de qualidade ruim, o prejuízo é certo porque a colheita*

*além ser de produzir o mesmo tanto, com qualidade pior do que a semente. Temos como exemplo o amendoim se desse seria uma boa, tem uma aceitação no comercio, poderíamos fazer doce e vender, mas plantamos o cupim come tudo. Plantei 250 covas de banana, nunca deu uma banana (Entrevista realizada em 11 de agosto de 2007).*

*De inicio houve a plantação de algodão, milho a terra não produzia, o prejuízo era grande, só comecei a tirar leite depois de estar aqui há dez anos. Sendo que a região é própria para isso, não tinha sonho para produzir leite, mas para corrigir o solo é um custo alto. (Entrevista realizada em 11 de agosto de 2007).*

Ao analisar estes depoimentos, reconhece-se que viver desta terra é muito difícil e os que estão com alguma benfeitoria em sua propriedade foram os que trabalharam para fora, sendo explorados pelo capital em busca de melhorias até mesmo para resistir na terra depois de tanta luta. De acordo com as entrevistas, constatou-se que a única alternativa está sendo a criação de gado bovino para a produção de leite.

Os que compraram e estão produzindo leite também estão resistindo porque são filhos de camponeses que sempre sonharam em ter uma pequena propriedade e viram na oportunidade de comprar “sua terrinha” e realizar o seu sonho com a “lida na terra”. De acordo com relatos dos camponeses que compraram a posse também não foi fácil porque chegaram sem dinheiro sendo que as economias que tinham foram investidas na compra da propriedade. Sendo assim, ficaram sem nenhum dinheiro para investir na propriedade e não sendo eles que receberam a terra se torna muito difícil conseguir financiamento junto aos órgãos do governo; disseram sofrer discriminação dos proprietários assentados, dificultando quanto a parceria em investimentos.

Verificou-se que os compradores entrevistados destes lotes são camponeses, filhos de pais que lutaram na terra ou que tiveram propriedades e perderam diante de alguma dificuldade que a vida lhes proporcionou. Todavia, com famílias constituídas morando na cidade e com muita dificuldade, preferiram ir a busca de seus sonhos de trabalhar com a terra. Encontraram a oportunidade de comprar o direito da terra, sendo esta com o preço abaixo do mercado, porque não possui escritura. Viram desta maneira, os seus sonhos se realizarem nas terras do assentamento, porém encontraram muitas dificuldades, já que o solo não está apropriado para a lavoura, mas compraram “sua vaquinha” e estão conseguindo permanecer na terra. Dos entrevistados, todos têm muitas perspectivas de melhoria do seu rebanho e de poder criar seus filhos sem ter que voltar para a cidade.

Há outros compradores que são filhos de camponeses assentados em outras áreas, porém cresceram no assentamento do pai, e sendo a área pequena, sentiram necessidade de comprar outra propriedade, como menciona em entrevista realizada em 12 de agosto de 2007:

*As terras do meu pai estavam pequenas para trabalhar porque somos cinco irmãos não dá para tirar sustento para todos, logo vamos ter nossa família e aqui está eu e meu irmão, é o que sabemos fazer é trabalhar na terra, não temo estudo.*

Com um número de filhos em trabalho familiar, os camponeses aumentam sua produção e a comercialização assim conseguem acumular uma poupança, podendo comprar mais terra, dando assim oportunidade para seus filhos permanecerem nela.

Segundo Oliveira (1991):

[...] nas regiões predominantemente ocupadas pelos camponeses não é necessariamente o processo de expropriação direta pelo capital que comanda e determina o processo, expropriando a terra camponesa. Mas o capital – talvez mais sabidamente – expropria as possibilidades de os filhos dos camponeses possuírem terra para continuar camponês. Nas maiorias dos casos, os filhos se proletarizam. Ou seja, a proletarianização não precisa atingir diretamente toda a família camponesa, mas atinge seguramente a maior parte dela. Esta distinção dos processos atuantes é fundamental para o entendimento geral do país. (OLIVEIRA, 1991, p 40).

Entretanto, as famílias que permaneceram ou compraram a posse, buscaram desenvolver uma série de estratégias para a sua produção e para se adaptarem ao novo lugar, começaram investir na produção de leite.

Verificou-se que, dos 120 produtores que estavam entregando leite para o laticínio, no período de março de 2007, foram entrevistados 32 produtores de leite; destes entrevistados, 22 dos produtores de leite eram assentados que lutaram para conseguir o lote e dez eram que produtores compraram a posse.

Portanto, a pecuária bovina leiteira, atualmente, tem sido a principal atividade econômica desenvolvida no Assentamento Monjolinho. Tem-se observado uma tendência de aumento do plantio de pastagens e uma redução da área destinada à agricultura, sendo esta praticamente nula, em relação à produtividade que sustenta a economia local. No entanto, a pecuária bovina é mista, não havendo praticamente uma distinção entre o gado de corte e gado leiteiro, pois, poucos são os reprodutores e as matrizes de raça genuinamente leiteira.

No início do investimento com a produção de leite, os camponeses do assentamento comercializavam o leite, e queijo na informalidade na cidade de Anastácio e, todavia, de acordo com a Normativa 51 (Capítulo 6), tiveram que deixar de vender na informalidade e entregar o leite para a indústria de laticínio.

Quando se perguntou sobre o que os levou a investir na atividade leiteira, a resposta foi unânime: “*não tem outra fonte de renda a não ser o leite*” e são sabedores de que, para

aumentar a produção, se faz necessário um bom trato para o gado, ter triturador para moer a cana e mandioca sendo que o gado leiteiro produz conforme se alimenta. Outro fator que relataram é que a propriedade pequena não dá para criar gado nelore e sendo a região propícia para criar gado, então, a opção foi criar vacas para tirar leite, que gera uma renda mensal, porque se for criar gado nelore, precisariam de mais pasto.

*A nossa opção é a vaca de leite temos o bezerro na hora de uma dificuldade e o leite para comprar o que a terra não dá. (entrevista de campo<sup>12</sup> de agosto 2007)*

Estes camponeses têm a necessidade de vender seus produtos para comprar o que está faltando, como mencionam Santos (1984), é a circulação simples da mercadoria: os camponeses vendem para comprar, culminando com o ciclo na obtenção de valores de uso, sendo que a mercadoria é retirada da esfera da circulação e introduzida na esfera do consumo do camponês.

A comercialização é um momento importante para os camponeses do assentamento, pois é onde realizam a troca de mercadorias produzidas na sua unidade produtiva por dinheiro, e assim, na compra de outras mercadorias que precisam para seu sustento. Assim, a comercialização contribui para a reposição dos produtos que não são produzidos nessa unidade, permitindo a sua aquisição. É, neste momento, que fica sujeito aos dilemas do capital agroindustrial, por meio da ação do laticínio, onde o leite é o produto que tem para comercializar. Assim, o processo de sujeição da renda da terra gerada na produção destas famílias, pelo laticínio, ocorre no momento em que são explorados no pagamento do leite, uma vez que o laticínio quase detém o monopólio na localidade.

É no momento da comercialização que o produtor familiar é massacrado numa relação desigual, a qual o explora ao máximo, pagando preços baixos que não cobrem os custos com a produção e nem o trabalho familiar.

A exploração da agroindústria sujeita a renda da terra dos produtores camponeses, deixando-os sempre em condição inferior quanto à qualidade de vida, pois, com baixa produção e produtividade, além dos preços baixos pagos pelo leite, não se adquire uma renda suficiente para cobrir o valor do trabalho empregado no processo produtivo. Sem considerar os custos de produção, decorrentes principalmente do uso de remédios<sup>42</sup>, insumos e complemento alimentar, como o sal comum e mineral.

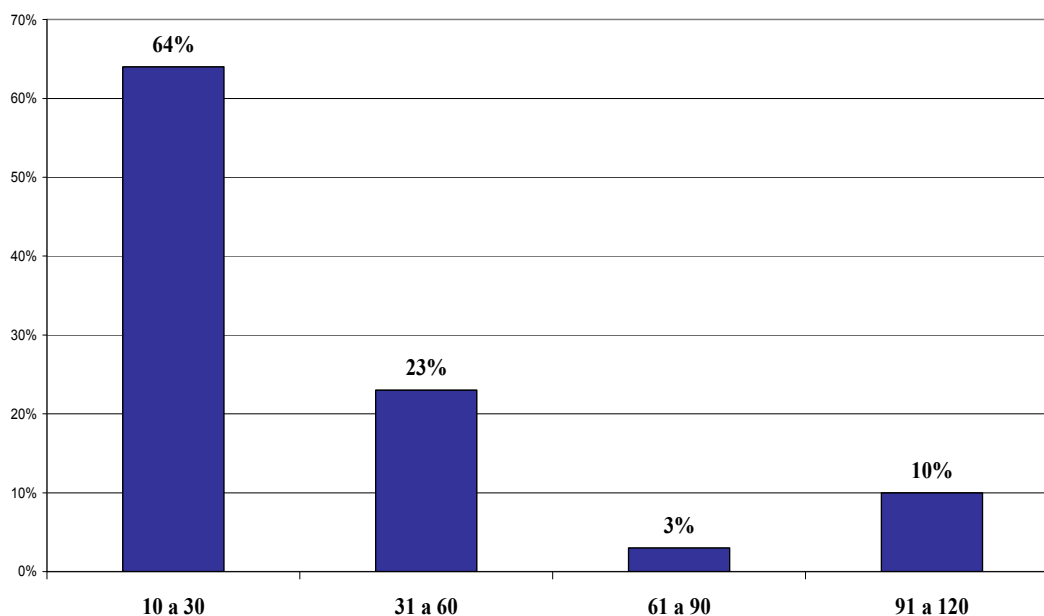
---

42 Vermífugos, carrapaticidas e vacina contra aftosa.

Dos entrevistados poucos dão o trato necessário que uma vaca leiteira necessita que seja: um bom suplemento alimentar com vitaminas apropriadas.

Ocorre que muitos produtores acabam perdendo a sua vaca, porque não têm condição de tratá-las com alimentação melhor, e assim, pegam cria estando muito fracas e acabam morrendo na hora do nascimento do bezerro. Outro fator de ocorrência na época da seca é que a vaca, não tendo o que comer, não produz leite, que seria a hora dos produtores ganharem um “pouquinho mais”, visto que é neste período que a indústria paga melhor pelo preço do leite, é a lei da demanda e procura. Neste sentido, os camponeses acabam sempre perdendo para a indústria e, concomitantemente, ficam sempre na sua dependência.

Contudo, os entrevistados demonstram-se preocupados quanto à melhoria da qualidade do leite; porque para estes produtores que estão resistindo a permanecer na produção de leite mesmo diante das dificuldades encontradas por falta de recurso financeiro, e não tendo condição de investir em toda a tecnologia que a Normativa 51 propõe<sup>43</sup>, até porque produz muito pouca e no momento que aumenta a produção são explorados pela indústria, mesmo assim eles vêm mantendo a produção mesmo que muito baixa, como pode ser averiguado no Gráfico 16, que aponta que a média de litros de leite tirado por produtores esta entre 10 e menos que 30 litros/ dia.



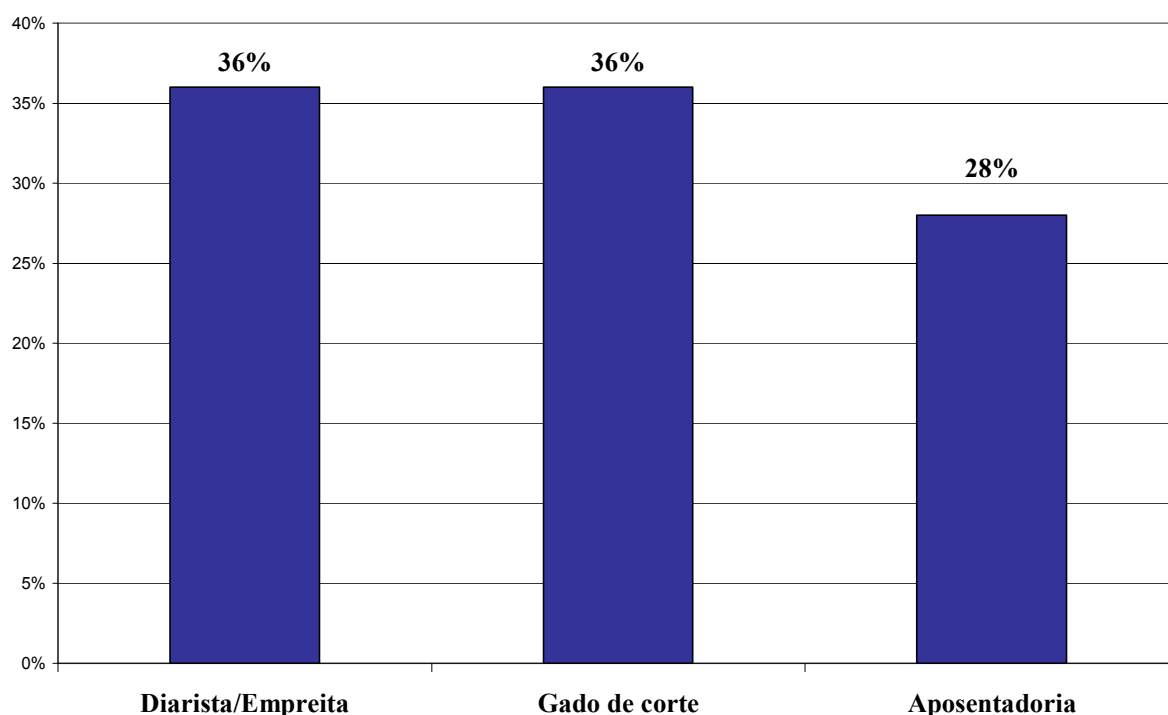
**Gráfico 16.** Captação diária de leite do assentamento monjolinho durante as entrevista de campo.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

43 Ordenha mecânica, curral coberto e cimentado.



Ainda com a produção baixa como se pode verificar no Gráfico 16, chamou a atenção, durante a pesquisa, os jovens entrevistados que estão nas propriedades recebidas pelos seus pais, e que moram com eles, viram na produção do leite uma opção para deixarem de trabalhar em fazendas como empregados assalariados, pois com a produção do leite, têm a garantia de uma renda mensal, sendo que do lote, antes da produção do leite, não dava para tirar o sustento de toda a família, como eles mencionaram, já tendo sido relatado que alguns lotes não produziam nada, que tinham que comprar quase que toda a sua alimentação na cidade, então precisava algum membro da família trabalhar fora para garantir as despesas mensais.

Mesmo com a permanência ou a volta dos filhos para o lote, e com a produção do leite, 36% dos produtores ainda necessitam ter outra fonte de renda, sendo que a produção de leite é muito baixa, como foi verificado no Gráfico 16. Assim, muitos saem para trabalhos como empreitadas, bem como trabalhos como diaristas após a ordenha, como pode-se averiguar no Gráfico 17.



**Gráfico 17.** Outras fontes de renda.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

O Gráfico 17 demonstra a necessidade de outras fontes de renda além da produção do leite; os que não saem para trabalhar fora, dentre estes produtores entrevistados, têm como alternativa o gado de corte, todos tem o bezerro como subproduto, podendo ser observadas em

suas propriedades três ou quatro cabeças de gado de corte para poderem comercializar, na falta da produção de leite, para manter as despesas em suas propriedades. Outro fator que justifica a cria do gado de corte e a manutenção do boi nelore na reprodução das vacas leiteiras é o fato do assentado que traz a cultura do manejo com o gado de corte, por que muitos terem trabalhado em fazendas como peão que manejava gado de cria e recria e engorda. Não se pode deixar de chamar a atenção que, dos 32 produtores entrevistados, 28% recebem renda de aposentadoria; isto demonstra que os assentados estão envelhecendo fato que gera o desinteresse em investimentos na produção do leite.

O Assentamento Monjolinho já chegou a produzir, segundo o presidente da Associação dos Produtores de Leite, 12 mil litros de leite/dia. Portanto, quando realizada esta entrevista a campo, foi constatado, em 7 de março de 2007, que se encontravam 231 produtores cadastrados no laticínio LEIPAN, no entanto estavam entregando leite na referida data apenas 120 produtores, com uma média de 3.500 litros/dia. No mês de agosto de 2007, verificou-se que estavam entregando apenas 85 produtores em média leite/dia de 1.100 litros.

Segundo o Presidente da Associação dos Produtores de Leite, a queda da produção é justificada porque os produtores fizeram financiamentos com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF- para comprar gado de leite, e aumentar a produção, começando a pagar o financiamento a partir de 6 meses. No momento em que a indústria começou a receber um volume maior em litros de leite, começou a explorar os camponeses do assentamento, pagando R\$ 0,16 por litro; com este valor, muitos produtores não conseguiram pagar o financiamento e tiveram que vender as vacas, deixando de produzir o leite. Deste modo, verificou-se o desestímulo dos produtores de leite, devido à subordinação da indústria capitalista explorando, através do pagamento do preço baixo pelo litro de leite, integrado na relação da renda da terra que é o meio de sobrevivência destes camponeses.

Como efeito, esse é o elo mais versátil da cadeia produtiva, foco permanente de atenção dos capitalistas, que possa se valer de “ajustes” no sentido de aprimorar sua capacidade de criar riqueza. Nas relações capitalistas propriamente ditas, quanto mais refinadas forem as estratégias de canalizarem essa para si, mediante o mecanismo de apropriação da mais-valia, maior será a vitalidade dos mesmos (PAULINO, 2003, p. 106).

Muitos destes produtores que produziam leite buscaram alternativas de sobrevivência, como menciona o Presidente da Associação do Leite.

*Aqueles que tiveram reserva por fora, eles compraram bezerro branco, outros compraram camionete, para comprar bezerro e negociar o preço fixo baixo também levou prejuízo. Outros está fazendo carvão com sobra de*

*madeira que tem no lote e vendendo. Vem vivendo na base da dificuldade, família de camada pobre, a gente veve e pensa assim cume é que veve, mas veve.(entrevista 14 de julho de 2008).*

Mesmo buscando outros meios de sobrevivência verificou-se que os produtores não têm condição financeira e estão em lotes de solos de baixa fertilidade, e seu lote já está com pastagem plantada, estão ainda resistindo à exploração da indústria, mas ficando à mercê dela, por ter que sobreviver do leite.

Portanto, na sede do assentamento estão instalados dois refrigeradores que pertencem ao laticínio, sendo realizada coleta do leite por caminhões isotérmicos a cada 2 ou três dias de acordo com a produção.

Verificou-se que os refrigeradores instalados no assentamento e pertencem à indústria pois os produtores do assentamento não têm condição de possuir seu próprio resfriador; sendo assim, estão subordinados a produzir leite para indústria capitalista a preço baixo, havendo a monopolização do território pelo capital industrial sobre a territorialidade camponesa, como menciona Oliveira:

*O campo está também, contraditoriamente, marcado pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriarem-se da renda camponesa, transformando-a em capital. Aqui, o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa (OLIVEIRA, 2004a, p. 41).*

Os produtores deixam os latões em plataformas que são coletados nas linhas de leite, por caminhões particulares fretados pela empresa, sendo descontado o valor do frete do produtor; as linhas de leite são áreas geográficas produtoras de leite, realizando-se a coleta em função das vias de acesso de acordo com a produção.

Portanto, de acordo com a fala do Presidente da Associação do Leite, acredita-se que os produtores estão levando prejuízo com este procedimento de coleta, sendo que o leite está apresentando acidez no momento em que chega ao resfriador:

*O leite tá dando muito ácido, a gente não tá sabendo mais ao menos a gente calcula que seja isso, não uma certeza, o problema dos refrigeradores está distante e talvez o caminhão anda muito com o tambor de leite em cima 8,9 até 10 km. então talvez isso causa o ácido no leite.(Entrevista realizada 14 de julho 2008).*

No Assentamento Monjolinho, nota-se que falta informação de assistência técnica bem como uma organização na produção do leite, pois as famílias vivem individualmente nos

lotes e comercializam o leite também de forma individual entregando sua produção para indústria de laticínio.

Ao analisar os produtores de leite do assentamento, verificou-se que com a instalação dos resfriadores facilitou a entrega do leite, sendo um fato importante, já que os produtores não têm uma organização para eles mesmos beneficiarem o seu produto; contudo, tornam-se subordinados pelo o laticínio. Compram, cuidam, dão trato para seu gado, criam seu animal e entregam o leite para o laticínio a preços baixos, sem uma remuneração para cobrir as despesas para produzir o leite. A produção dos camponeses do assentamento está vinculada pelo capital renda da terra em taxa de lucro para a indústria, que resulta da produção do leite pelos camponeses, não sendo paga a sua mão-de-obra.

E, nesta forma de produção em que os camponeses estão trabalhando no campo, redefine-se a monopolização do território pelo capital.

O capital monopoliza o território sem, entretanto, se territorializar. Trata-se, pois da monopolização do território pelo capital monopolista. [...] o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. [...] o próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas (OLIVEIRA, 2004a, p. 42).

Portanto, para o Presidente da Associação de Leite, a produção de leite poderá mudar a situação atual em que se encontram os camponeses moradores do assentamento com evolução da tecnologia e a melhoria em pastagem, sendo que já começaram a fazer experiência com a grama Tifton-85, com o projeto Balde Cheio que está sendo realizado junto à AGRAER de Anastácio com um produtor de leite, projeto que esta em fase de experiência.

No término desta pesquisa, constatou-se que o Laticínio Leipan entrou em decadência financeira e deixou de coletar leite do assentamento, dando prejuízos para os produtores que ainda estão em negociação, ficando sem receber há mais de 3 meses. Verificou-se que este laticínio fez a coleta até o mês de junho de 2008, todavia deixando estes produtores camponeses em condições financeiras muito difíceis, até porque esta indústria, segundo o Presidente da Associação de Leite entrevista, realizada em 14 de julho de 2008, não vinha cumprindo o que foi tratado quanto ao pagamento destes produtores, pagando somente os que mais cobram, não mantendo uma fidelidade quanto ao pagamento.

Portanto, foi verificado, que além da subordinação paga pelo litro do leite para os produtores camponeses, eles têm levado prejuízos quanto à venda de leite para a indústria, gerando a falta de pagamento. Deste modo, os produtores camponeses ficam em situação

difícil, porque fizeram dívidas com o comércio da cidade de Anastácio, como relata o Presidente da Associação:

*o trabalhador gosta de cumprir os compromissos, e com a falta de pagamento fica difícil para eles pagar as suas contas. (Entrevista realizada em 14 de julho 2008)*

Todavia verificou-se que os produtores de leite do assentamento mesmo estando em prejuízo com a indústria, viram como alternativa negociar com outra empresa para gerar renda e poder honrar seus compromissos e ter a renda para comprar os produtos de necessidade básica que o lote não produz. Segundo informações de produtores de leite do assentamento, eles estão em negociação com o laticínio Vencedor.

## **5 A NOVA CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BACIA LEITEIRA A PARTIR DA INSTRUÇÃO DA NORMATIVA 51.**

### **Instrução da Normativa 51 (IN 51)**

A Normativa 51 são regulamentos que exigem uma reterritorialização dos produtores de leite com uma série de cuidados com o manejo e higiene na produção de leite e na propriedade. A aplicação da Instrução Normativa 51, editada em 2002, é a alteração mais recente no setor lácteo, após uma série de mudanças que a precederam a partir da década de 90.

O Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, considerando a necessidade de aperfeiçoamento e modernização da legislação sanitária federal sobre a produção de leite, aprova os regulamentos técnicos de produção, identidade e qualidade do leite tipo A, do leite tipo B, do leite tipo C, do leite pasteurizado e do leite cru refrigerado e o regulamento técnico da coleta de leite cru refrigerado e seu transporte a granel, estabelecendo características dos estabelecimentos e produtores, exigências quanto à sanidade do rebanho, higiene e controle da produção, procedimentos específicos para o controle de qualidade da matéria-prima e parâmetros de composição, físicos, químicos e microbiológicos para o leite cru e o leite pasteurizado integrais.

Dentre os principais fatores determinantes da qualidade de leite, será obrigatória a todos os produtores a geração de leite cru refrigerado que tenha, no máximo, um milhão de células somáticas (indicam a incidência de mastite no rebanho) por mililitro de leite, assim como um teor máximo tolerado de um milhão de detecção de unidades formadoras de colônias bacterianas por mililitro, o que não constava no antigo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal – RIISPOA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento – MAPA, além de determinações envolvendo resíduos de antibióticos e resfriamento do leite na fazenda. A quantidade de células somáticas indica o grau de infecção dos animais por bactérias causadoras de mastite, enquanto a de bactérias mesófilas indica a higiene da ordenha do equipamento e a temperatura de conservação do leite; em ambos os casos, os contaminantes são, principalmente bactérias. (LUCENA, 2004).

Outra exigência é a de que o leite seja resfriado em tanque de expansão direta e transportado em caminhão especial.

O leite deve ser mantido refrigerado na propriedade rural até o momento do seu transporte para a indústria. Os tanques de refrigeração por expansão direta devem ser dimensionados de modo que permitam refrigerar o leite até a temperatura igual ou inferior a 4°C, no tempo máximo de três horas após o término da ordenha, independentemente de sua capacidade. Em se tratando de tanques de refrigeração por imersão, esses devem refrigerar o leite até temperatura igual ou inferior a 7°C, no tempo máximo de três horas após o término da ordenha. A temperatura máxima de conservação do leite na propriedade rural é 7°C e no estabelecimento processador é 10°C.

A principal alteração introduzida pela IN 51 é a extinção do leite tipo C, o qual será substituído pelo leite pasteurizado, beneficiado a partir do leite cru resfriado (ou, excepcionalmente, a partir de leite cru não resfriado). Esse leite, sem identificação de tipo, pode ser produzido, processado e comercializado desde a publicação da IN 51, uma vez atendidas as determinações dos regulamentos técnicos específicos, (resfriado na propriedade e transportado a granel até a indústria).

Oficialmente, entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2005, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, as primeiras áreas a serem enquadradas no processo; contudo, a obrigatoriedade da IN 51 foi adiada por seis meses. A finalidade principal desta prorrogação foi dar um prazo maior para que os produtores, principalmente os pequenos, pudessem se adequar às novas exigências referentes à refrigeração, ao armazenamento e ao transporte do leite.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, este período de seis meses foi proposto para fazer ajustes na cadeia láctea, por meio da orientação e do monitoramento de produtores e indústrias, quando seriam dadas apenas advertências.

A punição deveria ser aplicada a partir de 2006, mas segundo técnicos do próprio Ministério, até recentemente, não há nenhum plano de atuação para ser implementado junto aos pequenos produtores, o mais carente de informações.

O adiamento foi interpretado, por alguns setores, como um atraso, frente à necessidade de se melhorar a qualidade do leite produzido, principalmente quando se pensa na expansão das exportações. Processo que foi intensificado com Plano Real e a efetivação do MERCOSUL, ambos em 1994, contribuiu para aumentar as importações de lácteos.

Devido à exigência do mercado consumidor, os setores produtivos tendem sofrer conseqüências segundo Jack e Galan (1998), os produtores que não atenderem a essas necessidades serão considerados atrasados e representarão um empecilho para o desenvolvimento da cadeia produtiva de leite. A lógica está nas tecnologias mais avançadas,

se adequadas dentro de uma escala de produção, reduzem os custos e com isso aumenta a lucratividade e que a granelização representa, em médio prazo, a inevitável seleção de produtores, só os produtores especializados se adaptarão às novas regras, os demais deixarão de produzir leite, ou seja, tendem ao desaparecimento.

Gomes (2001) argumenta que nos últimos anos, a produção de leite no Brasil avançou consideravelmente, em termos de volume de leite por produtor e produtividade. No entanto, pouco caminhou no sentido de melhorar a qualidade, embora a coleta a granel seja uma realidade. Em futuro bem próximo, com certeza, questões de qualidade serão exigidas tanto pelo governo quanto pelo mercado. Isto significa que a tendência é a de reduzir ainda mais o número de produtores comerciais de leite, em especial, o dos pequenos produtores.

Ao mesmo tempo, em outra publicação Jank *et al* (1999) afirmam que a produção de leite no Brasil é amplamente dominada por produtores nada ou pouco especializados, com interesses divididos entre a venda sazonal de pequenos volumes de leite de baixo custo e qualidade, sendo que a produção média é inferior a 50 litros/produtor/dia.

Gomes (2001, p. 6), ressalva que a saída de produtores do mercado pode ser vista por dois ângulos:

Abastecimento e social. Do ponto de vista de abastecimento, são dispensáveis, visto que a produção tem crescido, significativamente, mesmo com a saída de muitos produtores. Do ponto de vista social, esse processo traz conseqüências não-desprezíveis, porque a atividade leiteira é importante na geração da renda de muitas famílias e os ajustamentos requeridos para o abandono desta atividade não se fazem com facilidade.

Na lógica destes autores, os camponeses produtores de leite tendem a desaparecer, e não irão mais conseguir comercializar seu produto, quem vai produzir leite serão somente os produtores capitalizados que produzem em grandes volumes pela incorporação de tecnologias e assim melhora a qualidade do produto. No entanto, neste trabalho verificou-se, que quem produz leite no Brasil são os pequenos produtores, no momento que relatam aumento de volume da produção, diminuiu o número de produtores e não melhorou a qualidade, comprovando-se quem está produzindo leite são os pequenos produtores, até porque se fossem os grandes produtores que eles mencionam, o leite seria de qualidade.

Portanto, não se pode afirmar que o pequeno produtor deixou de produzir leite, sendo excluído do mercado em razão da coleta de leite a granel e do resfriamento na fazenda. Segundo Gomes (2001), os pequenos produtores constituem um grupo de produtores e fazem a entrega do leite aos laticínios, em conjunto. Entretanto, aparece na estatística dos laticínios



apenas um representante do grupo. Estima-se que os produtores que entregam leite em conjunto, representam de 7 a 10% do total de produtores dos principais laticínios do país.

De acordo com estes autores, verifica-se que o rigor da exigência, sem se dar um tempo aos pequenos camponeses, provocaria uma exclusão social e o êxodo rural, sendo que está confirmado que quem produz leite no Brasil são pequenos camponeses que extraem da produção do leite o seu sustento e o excedente eles comercializam, portanto muitas famílias teriam que ir trabalhar fora da sua propriedade, como diarista, capataz de fazendas ou em busca de empregos na cidade.

Os produtores de baixa tecnologia são os camponeses que são voltados à segurança e não estão passivos diante do capital monopolista, produzem para a sua sobrevivência e o excedente comercializa; no momento em que eles especializam a sua propriedade em um só produto, eles correm o risco de perder tudo em uma crise financeira ou em caso de epidemia em seus animais; eles são voltados à segurança de sua sobrevivência, e assim sendo não pode julgá-los atrasados.

De acordo com o relato em 9 de maio 2008 com o Presidente da Cadeia Produtiva do Leite de Mato Grosso do Sul, Professor Dr. Marcus Vinicius, a respeito da IN51, ele disse que a Instrução está em vigor desde 2005 e que foi dado um prazo para os produtores no ano de 2006 se adequarem e se conscientizarem, pois em 2007 estariam notificando os laticínios de MS.

Entretanto, isso ainda não está sendo fiscalizado a rigor, somente o SIF que esta realizando esta fiscalização no momento, justificando-se que o Estado de MS e a Bacia Leiteira de Aquidauana estão vinculados com o gado de corte, apresentando uma produção pequena média de 2% em relação a todo o Brasil. Outro fator que dificulta é a questão social e o poder aquisitivo muito baixo dos produtores de leite que entregam nos laticínios, torna a produção insignificante e de péssima qualidade. O entrevistado, ainda a relata importância de adotar uma tecnologia de produção e manejo com o gado leiteiro, aumentando assim a produção e a qualificação deste produto; para isso, faz-se necessário que estes produtores se conscientizem e se qualifiquem, se adequando aos projetos que o Estado vem oferecendo.

- São realizados projetos de apoio governamental para a pecuária leiteira, sendo oferecidos pela AGRAER, EDUCAMPO, SEBRAE e pela UEMS<sup>44</sup> projetos que já foram mencionados no capítulo anterior.

---

44 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Também é preciso destacar, em seu relato, a resistência destes camponeses em se adequar aos projetos oferecidos, principalmente quando se recomenda aos camponeses a ordenha das vacas duas vezes ao dia, eles não aceitam e resistem em não querer entrar no projeto.

Essa lógica reflete-se na Bacia Leiteira de Aquidauana, pois é constituída de camponeses que tem a produção simples de mercadorias; são famílias que vieram de regiões que têm ciclo de plantios; ora havia períodos de intenso trabalho, ora não, para plantar ou colher suas lavouras; outros vêm da cultura com o manejo com o gado de corte, cria e recria, que é o que predomina nesta bacia leiteira.

Essa relação está vinculada à distinção entre tempo de trabalho e tempo de produção que se dá de forma distinta na agricultura e na indústria, demonstrando que os camponeses têm uma jornada de trabalho que eles mesmos determinam, apresentando elementos componentes da produção camponesa; não há uma rigidez de horários diários como na produção capitalista, conforme assevera Oliveira.

A jornada de trabalho é outro elemento componente da produção do camponês. Nesse aspecto, a realidade é toda particular. Não há uma rigidez de hora diária como na produção capitalista: a jornada de trabalho camponesa varia conforme a época do ano e segundo os produtores cultivados. Assim combinam-se períodos chamados de trabalho acessório, com períodos de intenso trabalho (OLIVEIRA, 1991, p. 64).

Assim sendo, na agricultura camponesa o interesse econômico e os interesses pessoais e subjetivos podem se realizar ao mesmo tempo, enquanto na organização empresarial capitalista não há lugar para subjetividades (BRANDENBURG, 1999 *apud* PAULILO, 2001).

O modo de vida do camponês se realiza por meio da transmissão e reprodução entre gerações de práticas e valores culturais, as mudanças ocorrem em ritmo lento em relação à modernidade imposta ao modo capitalista de produção, opondo a sua lógica diante de uma sociedade moderna.

Portanto, estas questões colocadas trazem à tona pontos importantes, que vêm sendo debatidos pela cadeia produtiva do leite no Estado de Mato Grosso do Sul e da Bacia Leiteira de Aquidauana, sendo que os produtores camponeses trazem o modo tradicional da criação e do manejo com o gado leiteiro, sem o trato devido que uma vaca produtora de leite necessita, mantendo a tradição do manejo que muitos têm com criação de gado de corte sendo uma cultura que predomina na região dificultando e resistindo à aplicação da Normativa 51.

A expansão da lógica capitalista que é colocada a Normativa 51 no Brasil e na Bacia Leiteira de Aquidauana, afeta a forma de organização da produção e as relações sociais

tradicionais, com os projetos colocados para estes produtores exigindo que eles têm que mudar seu modo de produzir, tendo que tirar o leite duas vezes por dia, manejar as vacas e trata-las de forma diferente, para a campesinidade este modo se apresenta como projeto em oposição à situação em que eles se encontram.

Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como conseqüência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão de obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses próprios, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem em dinheiro.

Assim transforma, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada é mais do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas. (OLIVEIRA. p. 80. 2007).

O encontro com a nova realidade do processo capitalista tem provocado uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando os costumes e tradições pelos sistemas culturais com as novas exigências de manejo com o gado leiteiro, tomando um redimensionamento das atividades imbricando em conflitos com a indústria e o sistema cultural na atividade de produção de leite.

[...] a noção de formação econômico-social permitiu alargar a concepção de capitalismo, além dos limites da noção de modo de produção abrangendo as relações apoiadas na produção mercantil simples. (...) a lei da formação econômica social é a lei do desenvolvimento desigual. Ela significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, ao mesmo ritmo histórico (LEFEBVRE, 1996 *apud* PAULINO 2003, p. 181).

Neste caso, as palavras de Schneider (1999, *apud* SILVA & TSUKAMOTO, 2001, p. 154) são pertinentes, uma vez que:

A atividade leiteira pode ser compreendida como uma estratégia de reprodução da família... E, não obstante a falta de reconhecimento no interior da unidade produtiva, dada sua condição de marginal em relação às outras atividades agrícolas e complementares em termos de geração de rendas, é a ela que a família recorre como fonte de recursos permanentes para a aquisição de bens não produzidos na propriedade. Talvez seja o próprio papel regulador que o leite desempenha no interior da propriedade que explica o pouco prestígio e a falta de investimentos que esta atividade recebe dos colonos.

Todavia, são estes produtores que estão sustentando o Estado e a Bacia Leiteira de Aquidauana e vêm resistindo às dificuldades encontradas com a produção como a exploração dos laticínios, e ficando subordinados a eles. Outro fator a ser considerado, ao analisar estas questões, é que o leite é um produto que viabiliza as pequenas propriedades, gera empregos e mantém o homem no campo.

### **A Normativa na Bacia Leiteira de Aquidauana**

Grande parte dos produtores de leite da Bacia Leiteira de Aquidauana utiliza mão de obra familiar que apresenta características de baixa escolaridade com nível de conhecimento sobre tecnologia de produção de leite muito deficiente.

Nas entrevistas feitas, foram constatados que os laticínios e as cooperativas estão começando a oferecer informações quanto à Normativa 51, orientando como se adequar a esta legislação do governo federal, através de palestras levadas pelos veterinários dos laticínios ou cooperativas onde se entrega o leite e também informações dos técnicos da AGRAER, a cooperativa de Bodoquena oferece vacinas e assistência técnica de veterinário na hora de vacinar o gado leiteiro contra aftosa e brucelose.

Por parte destes produtores, notou-se interesse em melhorias nas suas propriedades para poder ter qualidade na produção do leite: eles são cientes e sabem que depois do leite deixado à propriedade não há como melhorá-lo e garantir qualidade do produto e que tudo dependem deles.

Deixam claro que eles estão tendo uma conscientização quanto à Instrução 51, mas demonstram falta de recurso para investir: 70% de produtores entrevistados apresentaram ser de pequenas propriedades e descapitalizados; a falta de recurso impossibilita investimentos para atender tais exigências, que resultam nas elevações de custos como para melhoria em mangueiro, instalação de água nos currais, já que as tetas das vacas devem sofrer breve lavagem com água corrente, seguindo-se de secagem com toalhas descartáveis e após a ordenha, devem ser desinfetadas imediatamente com produtos apropriados, recomenda-se oferecer alimentação no cocho após a ordenha; etc. Tal constatação está referenda pelo depoimento de um pequeno produtor:

*Quanto a normativa a gente revoga a lei não querendo, porque não temos capital para fazer investimentos de uma só vez, vamos fazendo ao longo dos anos, ajeita o mangueiro, forma pasto, faz um piquete. Vai fazendo como pode. Temos que produzir alimento para o Brasil e para isso tem que estar tirando o leite, mas vamos ajeitando de vagar não podemos nos ajeitar da*

*noite para o dia, vai uns dez anos para isso. (Entrevista feita em Bodoquena maio 2008)*

As questões colocadas trazem à tona pontos importantes nas formas de produção do leite, assumindo o âmbito do metabolismo do capital, envolvendo uma constante reorganização territorial que se tem na territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Outro relato demonstra que há o saber da Normativa 51, mas há falta de recursos inviabilizando investimentos e a incerteza na indústria:

*Essa lei é muito boa... Porque o leite fica de qualidade, mas para isso precisa investir na melhoria do mangueiro e do pasto e piquetear a propriedade, para isso precisamos pegar financiamento. Acontece que o preço do leite varia muito, não sabemos nem quanto vai ganhar de um mês para o outro. Você está vendo aquele barracão lá...(aponta ele em direção ao barracão coberto). Perdi esta propriedade porque fiz um financiamento para construir ele. Hoje moro aqui porque foi minha sobrinha que comprou a minha propriedade para eu pagar o banco, fico aqui, tiro leite para ela e tenho uma renda mensal. Agora tenho uma terrinha lá no assentamento, tenho muito medo de pagar financiamento para investir nela e perder tudo estou ajustando ela conforme eu posso. (Entrevista feita em Bodoquena maio de 2008).*

Estes camponeses ficam sujeitos à indústria no momento em que eles investem em melhoria na sua propriedade, aumentam a produção, entregam seu produto para a indústria e se esta não apresenta confiabilidade isso gera incerteza para investir-se na propriedade no momento em que eles têm que pegar algum tipo de financiamento, e darem a terra como garantia.

Outro fator que os produtores alegaram sobre a dificuldade de investir na produção é a de que a Bacia leiteira de Aquidauana possui suas variações regionais e sazonais, tornando-se difícil afirmar se é possível manter a produção do leite durante todo o ano; por não serem produtores especializados a maior parte de sua produção ocorre nas águas.

Além de gerar custos nos investimentos, os camponeses deparam com um cenário de incertezas no tocante com a entrega de seus produtos para as indústrias, porque muitas vezes estas indústrias entram em falência, deixando-os sem pagamento.

Sem mencionar as questões de preço recebido pelo seu produto: ocorrem oscilações nos preços – ágios/deságios praticados – que desestimulam e dificultam investimentos. Cumpre destacar que os produtores só tomam conhecimento do preço a receber no final do mês, como pode-se verificar no relato de uma senhora que tem o resfriador instalado em sua propriedade no município de Miranda; ela se vê pressionada pelos produtores que entregam o

leite neste resfriador. Ela relata que o responsável pelo o resfriador leva a culpa, porque os produtores que deixam o leite no resfriador vêm reclamar para ela do preço recebido.

*O laticínio não tem um controle no preço pago, quando a gente pensa que vai receber um valor X pelo leite que entregou durante o mês todo recebe um valor menor.*

*A gente não tem culpa a qual a gente não conhece nem o dono, ai a gente fala para o funcionário que vem pegar o leite aqui, ai ele também fala " eu sou empregado não posso resolver nada".*

*O que a gente sente prejudicado nestas partes, porque a gente coloca o leite mês inteirinho você esta esperando aquele preço é uma decepção quando a gente vai receber, vem menos. O ano passado a gente estava entregando o leite a 0,49 centavos o litro e chegou a 0,24 centavos, ai as pessoas começa a desviar o leite, vendo para outros fazer mussarela ou fazendo doce, fazendo queijo e vendendo na rua. Nos chegamos aqui ter 11 produtores de leite entregando neste resfriador agora estamos em 7. Os que puderam parar de entregar o leite e ter outra renda parou, mas nos os pequenos não temos outra coisa, não temos saída. A propriedade é pequena, não dá para plantar lavoura e ter gado de leite, plantamos só cana para o gado. (Entrevista realizada no município de Miranda, 13 de março 2007).*

O esposo dela relata:

*[...] quando eles estava pagando para nós a R\$ 0,24 (vinte quatro centavos). lá no mercado estava R\$ 1,20 (um real e vinte centavos). a gente fica submissa neste preço de 0,24. (vinte quatro centavos) a R\$ 0,49 (quarenta centavos). O dono manda avisar se vocês investirem no leite na produção do leite é claro que o preço vai melhor e isso não nos convence mais, o que acontece ele vai receber uma boa quantidade o preço cai. (Entrevista realizada no município de Miranda, 13 de março 2007).*

A entrega de leite para o laticínio encontra-se sob a influência do capital comercial; antes desta exigência, os produtores de leite faziam queijo de modo artesanal e comercializavam na cidade. Contudo, o preço da produção era ditado pelo mercado, ou seja, na circulação, pelo capital comercial.

Estes camponeses, na tentativa de melhorar sua produção no período da seca, tratam o gado com insumos (resíduo de soja, farelo de milho, tritura de cana e napiê), ficando sujeitos à oscilação do mercado e muitas vezes são obrigados a reduzir os custos e, em geral, isso ocorre na alimentação do gado; sendo assim, há uma grande queda na produção do leite, como menciona uma produtora de leite do município de Miranda.

*Quando trato só com resíduo de soja tirava leite de 16 vacas e produzia 210 litros com uma média de 16 litros vacas, mas chega nas águas o preço cai, ai diminui o trato porque não compensa o custo. Como você vê a vaca produz o que ela come, mas não dá para investir em trato porque nem sempre sabemos quanto vamos receber pelo preço do litro do leite, quando pensamos que vamos receber um valor recebemos um valor mais baixo. Ai*

*está tratando das vacas com ração cara, quando vejo o dinheiro do leite nem dá para pagar a ração. Ano passado foi assim, quando vi deixei de tratar das vacas, vendi um pouco. Devido as variação de preço no leite e isso desestimula a produzir leite, só tiramos mesmo porque gostamos. (Entrevista realizada no município de Miranda em 13 de março 2007).*

Evidencia-se, de acordo com o relato, que estes camponeses estão sendo subordinados pela indústria; no momento em que eles investem com o intuito de receberem mais pelo seu produto, a indústria paga o valor que ela estipula, e os preços pagos são variados de mês a mês, de acordo com a oferta e procura, mesmo assim, os produtores resistem na sua produção porque eles precisam desde dinheiro para comprar os produtos que eles não produzem em suas propriedades e assim eles são subordinados à indústria, gerando renda para a indústria e sendo monopolizados em relação ao preço pago, e não tendo, outra alternativa para a entrega de seu produto. Oliveira, (1993), diz que é onde o capital monopolista desenvolve mecanismos para subordinar/apropriarem da renda da terra produzida pelos camponeses, transformando-a em capital.

Com a Normativa 51 houve uma organização territorial pelas indústrias que instalaram resfriadores para pequenos produtores em pontos estratégicos de entrega, facilitando a coleta dos caminhões refrigerados que levam até as indústrias, Figura 7.



**Figura 7.** Resfriadores instalados em propriedades rurais.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.



Alguns produtores entregam direto nos tanques resfriadores e outros produtores depois de ordenhar suas vacas o produtor deixa o leite em plataformas ou até mesmo no chão na frente das propriedades, Figura 8, sendo transportados por caminhões em latões e em temperatura ambiente que faz frete para os laticínios e o valor do frete é descontado na folha de pagamento do produtor.



**Figura 8.** Latões de leite em plataformas na frente das propriedades do produtor.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

A pós a coleta a granel do leite, ele é colocado em tanques coletivos, resfriado em tanques das indústrias que o deixa em pontos estratégicos como já mencionado. Este procedimento de coleta proporcionou uma flexibilidade para os pequenos produtores venderem seu produto, até porque, por serem pequenos produtores, dependem desta produção para sobreviver; suas propriedades são distantes da cidade e entregar este produto sem utilizar uma tecnologia seria inviável nesta região onde o clima é muito quente. Houve uma sensível melhora na qualidade do produto, tendo sido realizado o controle de acidez e densidade (água) na hora da entrega, de acordo com a Normativa 51.

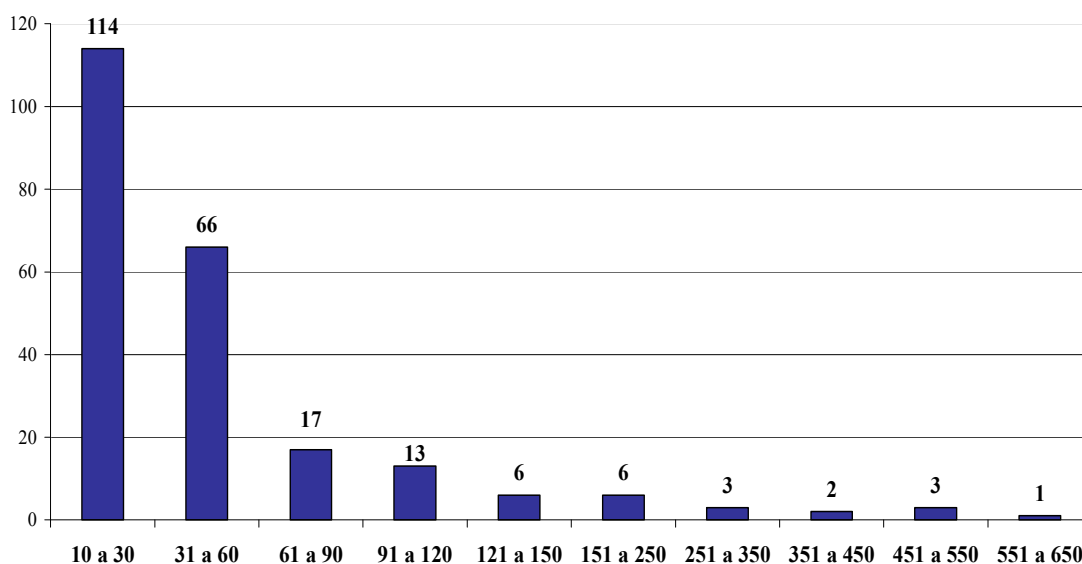
JANK *et al* (1999), afirmam que a compra de resfriadores se torna quase que praticamente inviável para produtores com escala menor que 50 litros/dia; acreditam que a aquisição de tanques comunitários ainda continua sendo uma saída eficiente, pelo menos por enquanto.

Conforme a produção de leite destes municípios, o caminhão refrigerado da indústria faz a coleta nos tanques, sendo que as escolhas do método de transporte do leite à fábrica são feitas de acordo com a comodidade logística, geralmente em alguns postos se colhe o leite de 3 em 3 dias, que chega à plataforma das indústrias.



Esta nova forma de transportar o produto – sistema a granel – além de dar aos laticínios uma segurança maior em termos de garantia das características essenciais da matéria-prima, tem um impacto significativo nos custos do frete no primeiro percurso.

As cadeias industriais se sustentam por meio da matéria prima fornecida pelos camponeses a preços baixos condicionado pela cultura camponesa de sobrevivência não tendo o lucro como objetivo final, ao mesmo tempo verifica-se que indústria fica à mercê deles, na Bacia Leiteira de Aquidauana, quem produz leite para as indústrias de acordo com a pesquisa de campo são os camponeses que têm pequenas propriedades em pequenas escala de produção como se pode verificar no Gráfico 18.



**Gráfico 18.** Captação diária em litros entregue por produtor da bacia leiteira de Aquidauana período das entrevistas.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

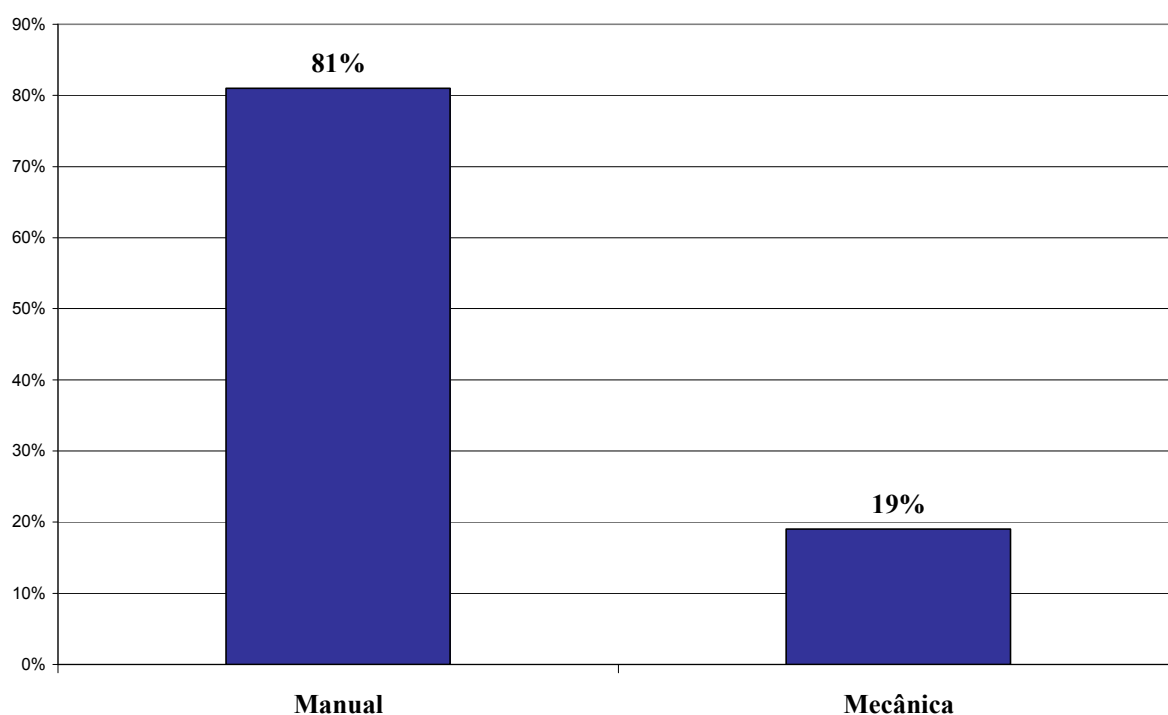
O Gráfico 18 apresenta que 114 dos produtores entrevistados produzem até 30 litros/dia, que são os pequenos produtores, e apenas 13 produtores produzem leite mais de 90 litros/dia.

Dentre todos os entrevistados, somente dois produtores têm resfriador particular em suas propriedades e ordenham as vacas duas vezes por dia, às 4 horas da manhã e às 14 horas, deixando o leite no seu resfriador e de três em três dias vem o caminhão resfriador do laticínio fazer a coleta. Com as instalações dos resfriadores em pontos estratégicos, para alguns produtores facilitou-se o manejo com o gado leiteiro que demonstram satisfação, podendo

ordenhar suas vacas à hora que quiserem, não ficando submetidos a horários pré-estabelecidos, como se pode verificar na fala deste produtor.

*Tenho 100 vacas produzindo leite, tenho só um empregado e tiro o leite às 15 horas eu não madrugo para tirar leite, poder resfriar o leite é melhor coisa, chega de dizer que para tirar leite tem que madrugar é só adaptar as vacas nesse horário (Entrevista em realizada Miranda, 13 de março 2007).*

São produtores que têm ordenha mecânica e são capitalizados; apenas dois produtores possuem ordenha mecânica que utiliza mão de obra familiar; observa-se que a ordenha mecânica não é uma prática comum em todas as propriedades, havendo um número significativo de camponeses que ainda praticam a ordenha manual, conforme se verifica no Gráfico 19.



**Gráfico 19.** Método de ordenha.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

Como pode ser verificado no Gráfico 19, dos produtores entrevistados, 81% ordenham as vacas manualmente; de acordo com relatos, o custo para se investir em ordenha mecânica é muito alto e também há certa insegurança quanto à obtenção de crédito para comprar ordenhadeira; assim, em sua grande maioria trabalham com mão-de-obra familiar.

Segundo Lucena (2004), o uso da ordenha mecânica nem sempre garante a qualidade do leite, pode até piorá-la, se o produtor não for bem treinado e consciente da necessidade de

limpeza dos equipamentos, porque os resíduos na ordenhadeira são menos visíveis que no balde. Portanto, desde que estes produtores atendam à exigência da Normativa 51 e mantenham uma rotina de limpeza dos equipamentos e do manejo com as vacas, nada impede de eles de tirarem o leite com manejo manual.

Encontra-se nesta Bacia produtores com ordenha mecânica instalada em suas propriedades, que ainda precisa se ajustar e melhorar quanto a maneira de ordenhar as vacas, o curral é coberto, mas não tem piso adequado, demonstrando falta de higiene na hora da ordenha mecânica, podendo ser constatado na Figura 9.



**Figura 9.** Demonstrando ordenha mecânica.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

Com a produção do leite a família permanece em suas propriedades, se ocupando nas atividades leiteiras o dia todo, porque além da renda mensal do leite eles também têm o bezerro como uma renda extra, sendo considerados produtores não especializados, segundo pesquisadores do agronegócio.

Para Jank *et al* (1999), produtores não-especializados são aqueles que trabalham com tecnologia extremamente rudimentar, para os quais o leite ainda é considerado um subproduto do bezerro de corte. Trata-se, na sua maioria, de produtores que encontram no leite uma atividade típica de sobrevivência e de complementação da renda. Sendo os principais responsáveis pela formação de excedentes de leite de baixa qualidade na época das chuvas.

São produtores que normalmente não têm um acompanhamento efetivo dos órgãos de vigilância sanitária e que, em alguns casos, agem à custa da informalidade para escoar sua produção, distribuindo o leite na forma *in natura* em cidades ou conglomerados próximos a seus estabelecimentos<sup>45</sup>.

Nesta bacia 99% dos entrevistados são produtores não especializados, e têm o bezerro como subproduto, podendo-se destacar a questão cultural, sendo importante registrar que, pelas entrevistas realizadas, há interesse da grande maioria em melhorar seu produto, e se adequar à Normativa 51, revelando grande apreço por tal atividade; outro fator para sua produção do leite é a tradição familiar.

Tal fato foi comprovado ao lhe ser perguntado por que eles investiram na produção do leite. Dentro os 144 entrevistados 70% disseram por que a propriedade é pequena e não daria para investir em outra coisa, que nesta região o negócio é gado, e como não dá para investir em gado de corte, já que a área é pequena, tiram o leite, pois lavoura não dá, de acordo com o relato de um dos produtores:

*O clima esta variando muito quando penso que vai chover, faz sol quando acho preciso de sol chove ai a gente perde tudo, por isso que eu acho melhor tirar o leite, e também tenho um dinheiro todo mês. (Relato no município de Corumbá em 6 de outubro 2007)*

Questionados se, no caso de eles ganharem 200 mil continuariam investindo na produção de leite. No entanto dos 144 produtores entrevistados obteve-se que somente 38 disseram que comprariam uma propriedade maior e investiriam em gado de corte. Portanto, 106 proferiram que sim, que gostam muito da atividade e tem como tradição familiar o manejo com o gado leiteiro, relataram que com esse dinheiro investiriam na melhoria do pasto e no manejo do gado para atender a exigência da Normativa 51, para ter um produto de qualidade. Os que disseram que não investiriam em leite foram tanto produtores de pequenas propriedades como produtores com médias propriedades que além do gado leiteiro eles têm gado de corte. Verificou que os pequenos produtores que disseram que não investiriam têm um sonho de criar gado de corte e acabar com o trabalho de tirar o leite, alegando que não dá para atender estas exigências e que também não gostam de tirar leite, esta tirando porque não tem outra saída, sendo compraria uma propriedade maior, notou-se que são camponeses que era peões de fazendas e tinham como atividade o manejo com o gado de corte.

Os produtores das médias responderam que entrega para a indústria quando o preço esta bom justificando que o gado de corte compensa mais do que investir na produção leiteira

---

45 Sistema de distribuição porta a porta.

há uma oscilação de preço e não há confiança na indústria, porque ora esta pagando bem ora paga um preço muito baixo e não dá para adquirir financiamento e investir na propriedade quanto ao manejo leiteiro de acordo com exigência da Normativa 51.

A pesquisa apontou que 70% são camponeses que dependem do leite para a sua sobrevivência e do bezerro como subproduto, investindo na produção de leite, sendo eles pequenos produtores<sup>46</sup>, e precisam de uma renda mensal e vêm na comercialização do leite uma alternativa, mesmo sabendo das desvantagens ao entregar seu produto para a indústria, ainda assim, mantêm esta relação alienada, pois não querem abandonar esta atividade, mesmo tendo prejuízo, relatando que nesta região o negócio é gado, e fazer “roça” não é possível, pois, as propriedades são pequenas, e também há muitos pássaros que comem tudo a lavoura.

Sendo assim, preferem a produção do leite, necessita ter renda mensal; quanto à integração com a indústria, há uma intervenção financeira e nem sempre atende às necessidades do camponês, sendo que o camponês proprietário dos meios de produção do seu leite não se apresenta como trabalhador livre, porque faz do dinheiro da venda do leite um salário usado para comprar mercadorias de que necessita para sua sobrevivência.

De acordo com a Normativa 51, os produtores precisam ordenhar as vacas em local coberto e cimentado, no entanto, foi verificado que apenas 50 produtores dos 144 entrevistados têm o curral coberto, o que evidência esta falta de tecnologia e conforto para o produtor é a falta de recurso financeiro, como pode-se verificar neste relato de uma camponesa que estava tirando leite no local registrado na Figura 9:

*Tirar leite eu tiro em qualquer lugar, nós aqui precisa de apoio para formar pasto, veja deu uma seca braba agora choveu brotou o pasto veio a largata comeu tudo, as vacas vai dar leite deste jeito? E que adiante eu fizer um mangueiro coberto, atender todas essas essa lei ai, a vaca não tem o que come, água temos cada dois dias para nós e para os animais, neste lugar aqui não adianta nada ela não dá leite ai vem falando para tirar leite com esta lei. (Relato de uma camponesa no município de Corumbá, em 7 de outubro 2007).*

Para atender às exigências da Normativa 51, os produtores precisa-se especializar, Segundo Jank et al (1999), os produtores especializados são aqueles que têm como atividade principal a produção de leite, obtida a partir de rebanhos leiteiros especializados e outros ativos específicos para tal fim, como: alimentação de alta qualidade; equipamentos de ordenha; misturadores; resfriadores de leite; além de um ambiente adequado para o manejo das vacas e outros. Para os autores, esses produtores investem basicamente em tecnologia,

---

46 Alguns com propriedades de até 10 ha.

economias de escala e, até mesmo, em alguma diferenciação do produto – a exemplo dos leites tipo A e B.



**Figura 10.** Demonstrando condições de curral que produtor ordenha as vacas.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

De acordo com dados de campo, apenas 1% dos cento e quatorze produtores entrevistados, é especializado, contudo, nenhum produz leite tipo A e B. Possuem tecnologia do resfriador, manejo do gado com ordenha mecânica e trata o gado com alimentação de qualidade, sobretudo mantém o gado a pasto ou em semi-confinamento. Ressalta-se que o trato do gado com melhor qualidade se dá mais no período da seca, a Figura 10, destaca o manejo na hora da ordenha e os cuidados que devem ter com o mangueiro após a ordenha segundo a exigência da Normativa 51.

Relato em relação à Normativa 51 de um produtor classificado especializado e que está atendendo a exigência de acordo com a norma.

*[...] acha possível a melhoria do leite da grande maioria dos produtores se adequar, mas que precisa ter um treinamento. E também melhores preços, senão não há condição destes produtores descapitalizados investirem. E obedecer a normativa... Há muita exigência e exagero, parece que cria lei para ser desobedecida. (Entrevista realizada entre 18 a 19 de junho 2006, no município de Bela Vista).*

Os produtores de leite do Assentamento Monjolinho estão cientes quanto à exigência da Normativa 51. Isto foi resultado das palestras realizadas por veterinário do Laticínio LEIPAN, professores da UEMS; e também se verificou que houve palestras e assistência técnica da AGRAER, portanto o que se percebe é a resistência quanto ao manejo com o gado



leiteiro, acrescido da dificuldade em investimentos; eles entendem que é necessário mudar e melhorar cada vez mais a qualidade do leite, mas demonstram insegurança em investir por sentirem-se reféns das indústrias, que ainda impõem preço, dizendo que chegaram a receber no período das águas, no verão do ano de 2005, R\$ 0,18 centavos por litro de leite, e na seca do inverno – R\$ 0,48 centavos, descontando R\$ 0,03 centavos de frete.



**Figura 11.** Demonstrando ordenha mecânica e lavagem de mangueiro após a ordenha.  
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

Quando eles deixam o leite na plataforma (beira da estrada de frente a propriedade), quem tem um meio de transporte, seja uma carroça seja moto, e entrega direto no resfriador, recebe pelo litro R\$ 0,50 centavos<sup>47</sup>. No momento das análises para verificar o teor de acidez e de densidade (água) do leite, se for constatada qualquer irregularidade, não pagam o leite para o produtor.

De acordo com relatos que confirmaram esta subordinação, todos pararam de entregar na época em que estava pagando R\$ 0,18 o litro. Contudo, muitos não agüentaram e passados quinze dias retornaram a entregar o leite, porque precisavam do dinheiro para sua sobrevivência.

<sup>47</sup> Este preço estava sendo pago em 11 de agosto 2007, período de realização da pesquisa de campo.

No Assentamento Monjolinho, quanto aos produtores, também eles estão sendo orientados sobre a Normativa através de palestras oferecidas pela AGRAER e também pelo veterinário do laticínio Leipan; conhecem e acham muito importantes as normas, principalmente quanto à higiene na hora de ordenhar a vaca, sendo constatado que alguns já as seguem<sup>48</sup>. Verificou-se que 90% do curral são de madeira, todavia apenas 5% têm cobertura, dificultando a higiene em épocas de chuva como menciona o Presidente da Associação de Leite do Assentamento:

*Poucos têm barracão com piso pra cuidá da vaca di manhã pra modi desleita ela e ordenha mecânica tem pouco. Quando está tirando o leite da vaca tá chovendo, garonhando, tá goterando alguma coisa no leite não tem como fazer a higiene, bem feita. (Entrevista feita em 14 de julho de 2008).*



**Figura 12.** Mangueiros sem cobertura e ordenha manual.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2007.

De acordo com o relato de um produtor do assentamento, verificou-se que ele tentou atender as normas exigidas a Normativa 51, porém frustrou-se nos investimentos para a melhoria da qualidade e produção, obtendo um ganho de produção, vendo, da noite para o dia, a desvalorização do preço pago pela indústria, no seu produto, não conseguindo receber o valor justo pelo seu produto e não tendo condição para pagar a dívida feita no banco. Vide depoimento de um pequeno produtor:

*[...] eu investi comprei ordenha mecânica, cobri o curral e investi em vacas leiteiras que produzia 10 litros de leite dia, tirava leite duas vezes por dia, peguei financiamento do banco estou devendo não sei como vou pagar, soltei minhas vacas no pasto e desanimei não entrego leite a este preço. As vacas que comprei hoje valem a metade do preço que paguei nem eles*

---

48 Como limpar o peito da vaca, lavar bem as mãos, fazer o teste verificando se a vaca está com mastite - inflamação de mama.



*mesmo paga eles. Primeiro vem, faz muitas promessas e depois que estamos tirando bastante leite ai não sabemos que vamos fazer com este leite, ficam explorando nós, deixei mesmo de tirar leite, vai lá ver está tudo parado. (Entrevista realizada em 12 de agosto 2007).*

Esta fala demonstra a resistência do camponês ao capital industrial, nos revelando que, mesmo com suas dividas, ele deixou de se sujeitar às amarras que a indústria impõe a ele para produzir, não deixando o capital monopolizar o seu território, não produzindo para a indústria.

Além da propriedade da terra, outro elemento da produção camponesa é a propriedade dos meios de produção, que na sua maioria são adquiridos, portanto, são mercadorias. Uma parte desses meios é produzida pelos próprios camponeses, não assumindo assim a forma de mercadoria. É com relação ao acesso a essas mercadorias, meios de produção, que o camponês trava relação com o capital. É por esse processo que parte da renda vai ser drenada para o setor bancário e industrial, pois os empréstimos financeiros fazem parte da dinâmica de reposição desses meios de produção, e – por que não dizer? – do próprio acesso do camponês a essas mercadorias. Isso sem falar do processo de subsistência do camponês que se utiliza dos empréstimos para adquirir produtos de sua necessidade básica (OLIVEIRA 1991, p. 63).

O camponês não está alheio à exploração da indústria e muitas vezes para atender a exigência das indústrias e aumentar sua produção, se utiliza de empréstimos financeiros e, muitas vezes este investimento tende a gerar insatisfação. No caso dos camponeses produtores de leite, essa insatisfação é gerada pelo baixo pagamento que não está satisfazendo suas necessidades em relação ao dinheiro investido. Resolvem sair da atividade, por uma revolta contra a exploração, dizendo “*que é uma falta de respeito com o produtor*”, entretanto há um agravante porque está devendo para o banco e não sabe como pagar, relatando também que o preço pago pelo rebanho foi desvalorizado, se vender não cobre a dívida.

Portanto, tanto os produtores do Assentamento e da Bacia Leiteira, em geral, demonstram resistência à Normativa 51, não tanto pela falta de recursos e dificuldades financeiras, mas por que vão se reorganizando ao modo de produção capitalista, faltando confiabilidade e por sentirem-se reféns à indústria, que ainda impõe preços, ficando sujeitos a ela.

Assim, a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês tende a ser apropriada, ou pelo capital financeiro, em função dos empréstimos bancários realizados, ou pelo capital industrial ou comercial, através do pagamento a preços baixos ao produtor. Ainda com relação à propriedade privada, deve-se ressaltar que o acesso do camponês a essa terra se faz geralmente pela sucessão hereditária, compondo um mosaico das alternativas variadas, em função das especificidades regionais no país (OLIVEIRA, 1991, p.62).

Ao mesmo tempo em que o setor lácteo requer especialização, aumento de produtividade, investimento em tecnologia para ganhar melhor a qualidade da matéria prima, os investimentos na produção leiteira ainda permanecem oferecendo muitos riscos por parte das indústrias de laticínios, junto aos produtores de leite, sendo visto, portanto, com desconfiança pelos produtores camponeses de leite que hesitam em realizar grandes investimentos de capital na atividade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Antes de apresentar uma síntese dos principais resultados que se espera ter sido alcançados através deste trabalho, pode-se esquematizar um rápido comentário. A finalização da dissertação não implica no desembaraço de todas as inquietações, dúvidas e incertezas sobre o determinado objeto da pesquisa. Contudo, a execução desta pesquisa constituiu-se em verdadeiro aprendizado, que se iniciou com o tema A Organização do Espaço Agrário na Bacia Leiteira de Aquidauana – Estudo de Caso: Assentamento Monjolinho. Houve uma inquietação quanto aos aspectos e as possibilidades que o tema levaria, implicando ainda as diferentes probabilidades de enfoque em diversos exercícios de delimitação e recorte analítico, o que foi sendo alcançado gradualmente, como seria esperado, com muitas dificuldades de interpretação e diversos dilemas teóricos e metodológicos, pois se tratando de pesquisa com leite, em Geografia, muitos abordam o tema somente com dados estatísticos.

A dificuldade encontrada no período da construção da dissertação foi a de se procurar fazer a análise crítica dos conceitos teóricos para solidificar e fundamentar o território da Bacia Leiteira de Aquidauana em suas relações camponesas, o que alterou o título da dissertação no processo de amadurecimento com o enfoque teórico.

Portanto, buscou-se analisar a produção de leite no território da Bacia Leiteira de Aquidauana dando ênfase ao Assentamento Monjolinho, o qual está inserido no município de Anastácio, que faz parte desta Bacia, com fim de entender as mudanças que vêm ocorrendo na produção do leite no Brasil, atentando para produção de leite na Bacia Leiteira de Aquidauana.

Foi preciso atentar às especificidades que envolveram a cadeia produtiva do Brasil, no início da década de 1940, quando o Governo Federal instituiu o tabelamento do preço do leite, interferindo diretamente na produção leiteira brasileira.

Verificou-se que a política de tabelamento imposta pelo governo trouxe sérios prejuízos para a atividade leiteira, inibindo investimentos na modernidade, o que prejudicou o setor até a presente data. O leite ficou tabelado pelo governo no início de década de 1940 até 1991. Com o fim dessa política, foi liberado o preço do produto e abertura comercial externa redundou numa reestruturação profunda do setor, alterando a organização territorial da atividade e aumentando a preocupação com a qualidade e a produtividade.

Com o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, houve mudanças estruturais importantes e decisivas nos sistemas de produção do leite, a crescente busca pela

ampliação da produtividade e a melhoria da qualidade através da incorporação das tecnologias.

O instrumento utilizado pelas grandes empresas, para selecionarem seus fornecedores, tem sido a granelização da fase de coleta do leite. A falta de escala de produção mínima e a descapitalização dos pequenos produtores de leite têm feito com que estes não reúnam as condições necessárias para a aquisição de um tanque de expansão (resfriamento). Neste sentido, os produtores que não atendem às novas exigências, tendem a ser marginalizados no setor do agronegócio. Portanto, verificou-se que os pequenos produtores descapitalizados não têm condição de comprar resfriadores, as indústrias dependem destes produtores e instalaram postos de resfriamento para assegurar reserva de mercado para a empresa. Na Bacia Leiteira de Aquidauana, ocorre a atuação de laticínios de pequeno porte que instalam resfriadores nas pequenas propriedades em pontos estratégicos, realizando a coleta em caminhões isotérmicos de dois ou três dias de acordo com a produção.

A fiscalização da Normativa 51 tem caráter institucional da produção do leite, todavia observa-se dificuldade na sua implantação, pois há necessidade de investimentos de tecnologia, o que resulta em resistência para sua aplicabilidade pelos motivos abaixo:

- a economia que predomina na bacia leiteira é a de gado de corte;
- a questão cultural, pois com o processo migratório nesta bacia, houve diversificação de culturas e costumes que criou uma unidade territorial peculiar, sendo diferentes das unidades territoriais determinadas pelas relações capitalistas;
- do ponto de vista econômico, os produtores de leite estão defasados em relação ao processo da produção de leite com fins de exportação;
- os camponeses produtores de leite não dispõem de capital próprio para fazer investimentos e sentem-se inseguros em adquirir financiamentos em razão da perda consecutiva de lucratividade, da oscilação de preços pagos pela indústria e da falta de confiabilidade.

Nota-se que estes produtores estão inseridos num processo de sujeição da renda da terra sobre o trabalho familiar, o trabalho gerado na unidade produtiva, para o capital urbano-industrial, agroindustrial e comercial, sendo explorados pela indústria no momento do pagamento do preço do leite.

Na lógica camponesa, a produção de leite mostrou – se importante para desvendar a ocupação do território da bacia e a resistência, à indústria, mantendo seu modo de vida na produção e no trabalho não medido pelo lucro, mas pela satisfação das necessidades da

família; ao mesmo tempo em que eles produzem para sua sobrevivência, necessita dessa indústria o que incide numa relação contraditória. Tal situação acaba gerando uma relação conflituosa, pois os capitalistas articulam as regras nas relações do trabalho familiar, exigindo que os pequenos produtores invistam em melhorias do rebanho leiteiro, o que nem sempre é possível para os camponeses. Ao mesmo tempo a indústria depende deles, para receber parte do fruto do trabalho dos camponeses, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la. Portanto, continua se reproduzindo em área onde o processo de circulação do modo de produção capitalista trata-se de ter poder, de ter, de possuir e enriquecer. Porém, há modos de vida possibilitando a sociedade camponesa a resistir, mas o capital da possibilidade para eles não desaparecerem.

Verificou-se em alguns municípios desta bacia que há indústrias realizando pagamento diferenciado por fidelidade, estimulando os produtores mais qualificados; em função da dieta no período da seca, estes mantêm ou até aumentam a produção, resultado de uma estratégia da empresa para os produtores manter a produção e a empresa não ter ociosidade no período de estiagem, já que a variação sazonal afeta a eficiência da indústria.

O pagamento por fidelidade gera certa injustiça ao pequeno produtor não especializado, no período da seca, já que ele tem perda de produtividade, pois não tem condição de dar um trato melhor para as vacas, com suplemento alimentar muito destes produtores não têm produção de leite para entregar, e assim é impossível receber as vantagens da fidelidade, perdendo a oportunidade de ganhar mais durante o ano.

Todavia, a alimentação complementar é uma grande alternativa para estes produtores aumentarem sua produção, os insumos estão ligados diretamente à alimentação para o rebanho leiteiro, no entanto os custos são altos para adquiri-los. Faz-se necessário realizar culturas de milho e promover incentivos de união com os pequenos produtores fazendo cilagem.

Observou-se, produtores à necessidade de ter uma produção de qualidade, portanto faltam políticas públicas para o setor; as estradas são mal conservadas, elevando custos de transporte e, muitas vezes, o produto chega ao tanque resfriador com má qualidade por passar tempo demais fora da refrigeração; há ausência de infra-estrutura nas pequenas propriedades, como água encanada e deficiência de organização destes produtores camponeses no momento de participar de alguma associação.

Mas a produção de leite constitui uma fonte de renda mensal para os pequenos proprietários rurais, mesmo com todos os riscos enfrentados, equivalendo ao incremento da economia, haja vista o consumo que estas famílias geram no comércio local e a possibilidade

destas famílias permanecerem na terra contribuindo para a viabilização de sua reprodução social no campo.

De modo geral, verificou-se falta de acompanhamento do Estado quanto à assistência técnica aos camponeses que compraram ou receberam de herança a terra, somente os assentados recebem assistência técnica de profissionais do governo.

Confirmou-se a resistência em adquirir financiamento para investimento na produção de leite por parte dos produtores que possuem suas propriedades por herança ou compra, com receio de não terem condição de pagar o financiamento e perderem a terra, porque têm que dá-la como garantia na hora de adquirir o financiamento, e a terra é seu único bem de sobrevivência. Mesmo nos projetos que estão sendo realizados na Bacia Leiteira, os pequenos produtores têm que investir com seus próprios recursos, não havendo viabilidade de financiamento.

Averiguou-se que alguns camponeses assentados adquiriram financiamentos, realizando compras de vacas leiteiras, mas não houve assistência técnica, e assim continuam ocorrendo que eles têm levado muito prejuízo.

Do ponto de vista social, significou a possibilidade das famílias camponesas terem reproduzido e produzindo em terras próprias, contudo, foi notado, com a pesquisa de campo, desorganização social e desarticulação, o que os levam a serem explorados pelo capital industrial, e assim muitos não conseguiram ter qualidade de vida.

A organização do território do assentamento no primeiro momento se deu com o cultivo de lavouras, mas com a diversificação do solo e a presença de cupins, houve muitas perdas e os produtores, descapitalizados para investimento na melhoria do solo, foram levados a cultivarem pastagem; alguns colocaram gado de corte, esperando ter renda mensal, mas viram a necessidade de investirem na produção de leite.

A população do assentamento está envelhecendo, e é necessário haver investimentos no campo da pesquisa sob a ótica da orientação aos produtores e do incentivo para os filhos voltarem para a terra.

Verificou-se que, antes de ter a terra, os camponeses do assentamento se organizavam em coletividade e no momento que a adquiriram, passaram a trabalhar individualmente. Percebe-se também que há desigualdade econômica entre os assentados: uns estão em melhores condições de vida que os outros. O individualismo penetrou no território: quem tem olho capitalista só pensa em si e não para si.

No momento em que se fala na proposta de formação de cooperativa, verificou-se que esta, de certo modo, é subordinado pelo capital industrial, acordo com o relato do Presidente da Associação de Leite do Assentamento Monjolinho:

*Pra modi acontecer cooperativa própria vai ter que acontecer uma grande discussão uma grande negociação uma grande organização porque hoje as organizações não é fácil porque uma organização quando a gente se organiza custuma os governo derrubar a gente da organização então vai que a canseira é tão grande que o povo desiste e acabando as organizações. (Entrevista, 14 de julho 2008)*

Entendeu-se que as alternativas mais promissoras estão ligadas às formas diferenciadas de produção e comercialização e o maior desafio para a obtenção de ganhos expressivos e sustentáveis de competitividade na produção do leite só é possível através dos investimentos em organizações próprias, como montagem de mini-usinas de processamento e beneficiamentos próprias, buscando-se industrializar os derivados do leite na própria comunidade, visando agregar valor ao produto.

Assim sendo, pode-se iniciar com formas simples de cooperativas ou de grupos de trabalho coletivo, como mutirão, troca de serviços, compra de calcário em grupo para corrigir o solo, plantio de cana, (cultivo de forrageiras para o suprimento alimentar dos animais) aquisição de triturador em coletividade, compra coletiva de tambor de oxigênio para obtenção de sêmen de origem da raça leiteira, realizando inseminação artificial, redução da perda de qualidade das pastagens na época da estiagem, utilizando como referência o sistema de pastejo rotacionado.

Vale ressaltar, diante da exigência da Normativa 51, que pesquisadores do agronegócio mencionam a exclusão e a marginalização dos camponeses produtores não especializados, havendo a interferência do Estado, que deveria fomentar uma política produtiva assentada no progresso. Portanto, verificou-se que os produtores familiares estão resistindo ao capital industrial e resistindo ao seu modo de produção. Averiguou-se que a indústria está criando condições para estes camponeses se reproduzirem porque são eles que fornecem matéria-prima para as indústrias capitalistas.

Todavia gera preocupação devido à grande maioria destes produtores, tanto da Bacia quanto do Assentamento Monjolinho, ter na produção do leite e no bezerro, a única fonte de renda, não possuindo alternativa de sobrevivência, e no caso de ocorrência de epidemias, levará estes produtores fatalmente a grandes prejuízos.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALVIM, R. S.; MARTINS, M. C. Desafios Nacionais da Cadeia Produtiva do Leite. *In*: ZOCCAL R. *et al.* **Leite**: uma cadeia produtiva em transformação. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2004.

ARAÚJO, A. P. C. **Reestruturação do Espaço Agrário do Pantanal Sul-Mato-Grossense**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

BARBOSA, L.C. **Organização do Espaço Agrário**: Um Estudo do Município de Jardim/MS. [Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Geografia)]. Aquidauana/MS: UFMS, 2005.

BATALHA, M. O. Sistemas Agroindustriais: definições e correntes metodológicas. *In*: **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997.

BATISTA, L. C. **Processo de Organização do Espaço Agrário do Mato Grosso do Sul**. Caderno de Formação. Campo Grande: UFMS. 1995.

BOMBARDI, L. M. **O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº14, pp.107-117, 2003. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp\\_14\\_Bombardi.htm](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp_14_Bombardi.htm)>. Acesso em: 01 jul. 2007.

\_\_\_\_\_. **O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BRASIL. **Instrução Normativa 51** de 20 de setembro de 2002. *Aprova* os regulamentos Técnicos de Produção, identidade e qualidade do leite tipo C. **Diário oficial da União**, Brasília: seção1. setembro 2002.

\_\_\_\_\_. Resolução 3.088 de 25 de junho de 2003. *Dispõe* sobre o programa de incentivo à mecanização, ao resfriamento e ao transporte granelizado. **Diário oficial de União**. Brasília: junho 2003.



CONSOLI, M. A. N., FAVA, M. **O leite vira o jogo**. Cadeia produtiva do leite. FEA-RP N°. 844 – 12/12/2005. Disponível em: <<http://www.pcarp.usp.br/acsi/anterior/844/index.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2007.

DAHMER, A. M. **Avaliação da Gestão da Qualidade da Indústria de Leite do Estado de Mato Grosso do Sul**. Departamento de Economia e Administração. [Dissertação de Mestrado.] 218f. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: 2006.

DINIS, J. A. F. **Geografia da agricultura** São Paulo SP: Difel, 1984.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção e Planejamento e de Ciência e Tecnologia. **Diagnóstico Sócio Econômico 2006**. Disponível em: <<http://www.seprotur.ms.gov.br>>. Acesso em: 09 jun. 2007.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **Embrapa Gado de Leite** - estatísticas do leite. Disponível em: <<http://www.cnpagl.embrapa.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Zootecnia Brasil – **Glossário de termos agropecuários do BNDES**. Disponível em: <<http://www.zootecniabrasil.com.br/sistema/modules/tiny/>>. Acesso em: 10 mai. 2008.

GOBBI, W. A. de O. **A Pecuária Leiteira na Comunidade de Canoa-Ituitaba/MG: Persistência e Resistência**. [Dissertação de Mestrado]. Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia. 2006.

GOMES, T. S. **Evolução Recente e Perspectiva da Produção de Leite no Brasil**. O agronegócio do leite no Brasil. Juiz de Fora: Embrapa/UFV, 2001. Disponível em: <[http://www.ufv.br/der/docentes/stg/stg\\_artigos/Art\\_152.20.pdf](http://www.ufv.br/der/docentes/stg/stg_artigos/Art_152.20.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico e Perspectivas da Cadeia Produtiva do Leite no Brasil**. O agronegócio do leite no Brasil. Juiz de Fora: Embrapa/UFV, 2003.

GUZMAN, S. E., MOLINA, G. **Manual Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. Tradução literal [de] Ênio Gutierrez e Horácio Martins de Carvalho. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Pecuária Municipal**, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal 2006**. Malha municipal digital do Brasil: situação em 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 31 mai. 2008.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base Cartográfica**. Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1985**. Mato Grosso do Sul. Número 25, Rio de Janeiro, 1985.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>>. Acesso em: 20 jul. de 2008.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal 2005**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/2006>>. Acesso em: 11 jul. 2007.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Mato Grosso do Sul. Nº. 23. Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal 2005**. Malha municipal digital do Brasil: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2006.

JANK, M. S., FARINA, E. M. M. Q., GALAN, V. B. **O agribusiness do Leite no Brasil**. São Paulo: Milkbizz, 1999.

JANK, M. S., GALAN, V. B. **Competitividade do Sistema agroindustrial do leite**. PENSA/USP. São Paulo, 1998.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Trad.de Otto Erich Walter Maas – Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

LIMA FILHO, D. O., FIGUEIREDO, J. C., PIRES NETO, P. R. **A Inclusão do Leite no Programa de Segurança Alimentar do Governo de MS e suas Implicações na Transação Produtor Rural Indústria**. In: VI SEMEAD – USP (Evento Nacional, anais) São Paulo, 2003.

LUCENA, L. P. *et al.* **Controle da Melhoria do Processo de Qualidade do Leite:** um estudo de caso na hora da ordenha até ao laticínio. IV JCEA – Campo Grande, 2004.

MIZUSAKI, M. Y. **Monopolização do Território e Reestruturação Produtiva na Avicultura em Mato Grosso do Sul**, [tese doutorado em Geografia], UNESP. São Paulo, 2003.

MESQUITA, V. **Os Pequenos Produtores Face às Transformações no Agronegócio do Leite em Minas Gerais:** Estudo de Caso. 144p. [Dissertação de Mestrado em Administração]. Lavras/MG: Universidade Federal de Lavras, 2002.

MICHELS, I. L., SABADIN, C., OLIVEIRA, E. **Cadeias Produtivas de Mato Grosso do Sul (Coleção) – Leite**. 01. Editora: UFMS. v. 01. 178 p., Campo Grande, 2003.

MARTINS, M. C. **Pecuária de Leite:** balanço desaceleração da oferta interna de leite agropecuária brasileira – perspectivas 2007. Departamento de Comunicação da CNA. 2006. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 08 jun. 2007.

MARTINS, P. C. *et al.* **Leite e Derivados:** A Construção do Futuro/Políticas de longo prazo para a cadeia produtiva do leite do Brasil. Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados. Brasília, 2004.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

MERCOESTE. **Perfil Competitivo do Estado de Mato Grosso do Sul**. Mercoeste-Mato Grosso do Sul, Brasília, [Projeto Alavancagem do Mercoeste, do SENAI (CO-9802)], 2002.

NERO, L. A. *et al.* **Leite Cru de Quatro Regiões Leiteiras Brasileiras:** perspectivas de atendimento dos requisitos microbiológicos estabelecidos pela Instrução Normativa 51. Ciência, Tecnologia e Alimentação: Campinas/SP, 25(1): 191-195, jan.-mar. 2005.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura e Indústria no Brasil**. In: Boletim Paulista de Geografia, n.58, São Paulo: AGB, 1981.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Brasileira**. As Transformações Recentes. (Texto apresentado no II Encontro sobre Migrações Temporárias no Brasil, organizado no segundo semestre de 1993 pelo SPM). São Paulo: Cutti. 1993.

\_\_\_\_\_. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: CONTEXTO. 1991.

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: CONTEXTO, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro**: Movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 26 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. O campo Brasileiro no final dos anos 80. *In*: STÉDILE, J. P. (org). **A questão agrária hoje**. 3.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. *In*: OLIVEIRA, A. U., MARQUES, M. I. M. (orgs). **O Campo no Século XXI**: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. p.145 a158. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz da Terra. 2004.

\_\_\_\_\_. Geografia Agrária: Perspectivas no Início do Século XXI. *In*: OLIVEIRA, A. U., MARQUES, M. I. M. (orgs). **O Campo no Século XXI**: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. p.29 a 70. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz da Terra. 2004a.

\_\_\_\_\_. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. p. 63 a 110. *In*: CARLOS, A. F. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PAULILO, M. I. S. **Leite**: produção familiar, mercado e saúde pública. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas. N23–agosto – 2001. Santa Catarina, 2001. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~naf/doc/Leite-prod.pdf>>. Acesso em: 06 maio. 2008.

PAULINO, E. T. **A terra e vida**. Geografia dos Camponeses no Norte do Paraná. [Tese de doutorado de Geografia], São Paulo: UNESP, 2003.

PONCHIO, A.L. **Exportações lácteas, uma solução para os produtores ou um problema para os consumidores?** Publicado em Maio/05. Disponível em: <[http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/artigo\\_leite\\_03.pdf](http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/artigo_leite_03.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RUBEZ, J. **Retrospectiva do leite nos anos 90**. [Artigo. Site: Associação dos produtores de leite]. São Paulo. Fevereiro 2001. Disponível em: <<http://www.leite no brasil.com.br>>. Acesso em: 04 mar. 2007.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, E. G. L. **Uso e Ocupação do Solo no Assentamento Monjolinho Anastácio/MS**. [Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Geografia)] Aquidauana/ MS: UFMS, 2005.

\_\_\_\_\_. **As Relações de Uso e Ocupação com a Aptidão Agrícola das Terras: Assentamento Monjolinho – Anastácio/MS**. (Dissertação de Mestrado em Geografia) Aquidauana –MS: UFMS, 2008.

SANTOS, G. T., VILELA, D. **Produção leiteira: analisando o passado, entendendo o presente e planejando o futuro**. XXXVII Reunião Anual da SBZ, – 235. Viçosa, 2000.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções Sobre Território**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, J. A., TSUKAMOTO, R. Y. **A Modernização da Pecuária Leiteira e a Exclusão do Pequeno Produtor**. Revista do Departamento de Geociências. *Geografia*, Londrina, v. 10, n. 2, p. 147-162, jul./dez. 2001.

SOUZA, S. A. **Luta Pela Terra em Mato Grosso do Sul com a ajuda da CPT/MS**. Campo Grande: Editora: Masiero, 2001.

SOUZA, M.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia de desenvolvimento. p. 77-116. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P. C. & CORRÊA, R.L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VALVERDE, O. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

VILELA, D. **Carta de Araxá**. CNA. Brasil Informe Econômico do Leite Embrapa. Comissão Nacional de Pecuária de Leite. RJ. Ano 4 n.6 fev, 2004.

ZOCAL, R. **Produtividade do rebanho brasileiro**. Embrapa Gado de Leite 26/02/2007. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Idas a campo**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>DATAS</b>
Anastácio	7 de março , 11 e 12 de agosto e 7 de novembro de 2007
Aquidauana	22 de novembro 2007
Bela Vista	18 e 19 de junho de 2007
Bodoquena	14 de março 2007 e 18 de maio 2008
Bonito	23 de julho de 2007
Caracol	20 de junho 2007
Corumbá	07 e 8 de novembro 2007
Dois Irmãos do Buriti	22 de julho 2007
Guia Lopes da Laguna	24 de julho de 2007
Jardim	25 de julho 2007
Ladário	08 de novembro 2007
Miranda	13 de março 2007
Nioaque	05 de março 2007 e 26 de julho 2007
Porto Murtinho	21 de junho 2007



**APÊNDICE B – Questionários Aplicados nos Municípios da Bacia Leiteira de Aquidauana**

1. Nome do Proprietário: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_
2. Nome da propriedade: \_\_\_\_\_
3. Atividade Profissional Principal: \_\_\_\_\_
4. Origem da posse da propriedade: Compra ( ) Herança( ) Outra( ) Qual?
5. Local de Residência: rural ( ) urbana ( ) a área total da propriedade em ha: \_\_\_\_\_
6. Uso e Ocupação da área: pastagem (%) lavoura (%)
7. Trata o gado com insumos: ração, supl. de cana, vacina, vermífugo.Etc \_\_\_\_\_.
8. Tipo de animais que cria em sua propriedade: Leiteiro ( ) cria/recria ( ) Corte( )
9. Nº total de cabeças: \_\_\_\_\_ Raça Leiteira Predominante: \_\_\_\_\_
10. Nº Total de vacas que tira leite: \_\_\_\_\_ Nº. Vacas em lactação: \_\_\_\_\_ litros leite/dia \_\_\_\_\_
11. Quanto tempo (em anos) atua na atividade leiteira? \_\_\_\_\_
12. Quantas vezes por dia ordenham as vacas? \_\_\_\_\_ Tipo de curral: \_\_\_\_\_
13. Método da Ordenha: mecânica ( ) manual ( ) confinado ( ) a pasto ( ).
14. A atividade leiteira seria a principal renda da sua propriedade?  
 Sim ( ). Há quantos anos? \_\_\_\_\_  
 Não ( ). Qual é esta outra fonte de renda a não ser a do leite? \_\_\_\_\_
15. Número de empregados: \_\_\_\_\_ média de salário: \_\_\_\_\_ mão-de-obra familiar Nº: \_\_\_\_\_
16. Quanto à produção leiteira:  
 Onde vende: \_\_\_\_\_ Como vende: \_\_\_\_\_  
 Como transporta o leite: \_\_\_\_\_  
 Média de preço: \_\_\_\_\_ Nas águas \_\_\_\_\_ Seca \_\_\_\_\_ Custo de produção \_\_\_\_\_
17. Se houve tecnologia empregada na produção, aconteceu a partir de que ano? \_\_\_\_\_
18. Quais os recursos investidos? \_\_\_\_\_
19. Há investimentos na aquisição do gado de leite? Sim ( ) Não ( ) Apoio financeiro ( )
20. Classificar o retorno deste investimento: ruim ( ) médio ( ) bom ( ) excelente ( ).  
 Quanto à qualidade do leite há alguma exigência dos laticínios? Não ( ) Sim ( )  
 Qual? \_\_\_\_\_
21. Há diferença de pagamento do leite pelos compradores em relação à qualidade e quantidade por produtor? Não ( ) Sim( ) Qual? \_\_\_\_\_
22. Participa de alguma associação? Não ( ) Sim ( ) Qual ? \_\_\_\_\_
23. Quem administra a propriedade, e o seu grau de escolaridade? \_\_\_\_\_

24. Utiliza assistência técnica de profissionais? Não ( ) Sim ( ) Qual? \_\_\_\_\_
25. Os laticínios oferecem técnicos da sua própria empresa para auxiliar na tecnologia do processo produtivo do leite? Não ( ) Sim ( ).
26. Em quais períodos as vacas são enxertadas? Inverno ( ) Verão ( ) Mês que apresentam maior produção de leite? \_\_\_\_\_ Aluga pasto: Não ( ) Sim ( )
27. Quanto ao controle fiscal da qualidade do leite e a sanidade do animal, quem fiscaliza e quais as exigências? \_\_\_\_\_
28. O que conhece da Normativa 51? \_\_\_\_\_
29. Quanto produz dia/litro nas águas: \_\_\_\_\_. e na seca: \_\_\_\_\_.  
Produtividade das vacas nas águas: \_\_\_\_\_. e seca: \_\_\_\_\_
30. O que levou você a investir nesta atividade? \_\_\_\_\_
31. O que você acha que precisa melhorar para aumentar a produção de leite?
32. Se ganhasse 200 mil reais investiriam na produção de leite?

## APÊNDICE C – Questionários Aplicados no Assentamento Monjolinho

**Assentamento Monjolinho: N° do lote:** \_\_\_\_\_

1. Nome do Proprietário: \_\_\_\_\_
2. Naturalidade: \_\_\_\_\_
3. Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_ N° de filhos \_\_\_\_\_
4. Tamanho do lote \_\_\_\_\_ ha – Tipo de casa onde reside \_\_\_\_\_
5. Trabalha só no lote ou tem outra atividade? \_\_\_\_\_
6. Quais as benfeitorias que já fez no lote? \_\_\_\_\_
7. N° de cabeças: T \_\_\_\_\_ N° Total de vacas que tira leite \_\_\_\_\_ N° vacas em lactação \_\_\_\_\_
8. litros leite /dia \_\_\_\_\_. Ordenha a vaca quantas vezes \_\_\_\_\_ Qual a raça? \_\_\_\_\_
9. Como tira o leite: Ordenha mecânica ( ) manual ( ). Local Cerca ( ) curral ( )
10. Quanto tempo tira leite? \_\_\_\_ N° de empregados: \_\_\_\_ salário: \_\_ mão-de-obra familiar n° \_\_
11. Aluga pasto? ( ) sim ( ) não. Sistema de manejo do gado: confinamento ( ) pasto ( )
12. Quanto à produção:
13. Onde vende: \_\_\_\_\_ Como vende: \_\_\_\_\_ Como transporta o leite \_\_\_\_\_  
Média de preço: nas águas \_\_\_\_\_ Seca \_\_\_\_\_ Custo de produção \_\_\_\_\_
14. Segmento para a produção do leite: Trata o gado com insumos: ração, supl. de cana, vacina, vermífugo. Etc \_\_\_\_\_
15. Quanto produz leite / dia nas águas \_\_\_\_\_ e na seca \_\_\_\_\_
16. Produtividade das vacas média nas águas \_\_\_\_\_ e seca \_\_\_\_\_
17. Quanto ao controle fiscal da qualidade do leite e a sanidade do animal, quem fiscaliza e quais as exigências \_\_\_\_\_
18. Quanto à Normativa 51: Você já conhece esta Legislação? \_\_\_\_ O que você acha dela? \_\_\_\_\_
19. Tem alguma outra fonte de renda a não ser o leite? Não ( ) Sim ( ) Qual? \_\_\_\_\_
20. Recebe incentivos do governo, como por ex., bolsa escola? Não ( ) Sim ( )
21. Utiliza financiamentos? Se sim, quais foram às vantagens e desvantagens? \_\_\_\_\_
22. Participa de alguma associação? Não ( ) Sim ( ) Qual? \_\_\_\_\_
23. Quem administra a propriedade e o Grau de Escolaridade: \_\_\_\_\_
24. Utiliza assistência técnica de profissionais do Governo? Não ( ) Sim ( )
25. Se houve emprego de tecnologia, aconteceu a partir de quando? \_\_\_\_\_
26. Quais foram os recursos investidos? \_\_\_\_\_ O retorno deste investimento foi: ruim ( ) bom ( ) médio ( ) excelente ( ).

27. Quanto à qualidade do leite há alguma exigência dos laticínios? Não ( ) Sim ( )  
Qual? \_\_\_\_\_
28. Há diferença de pagamento em relação à qualidade por produtor? Não ( ) Sim ( )
29. O que levou você a investir nesta atividade?
30. O que você acha que precisa melhorar para aumentar a produção de leite?
31. O que fazia antes de produzir leite?
32. Se ganhasse 200 mil continuaria produzindo leite?

**APÊNDICE D – Questionários Aplicados nos Laticínios ou Cooperativas**

1. Nome do Proprietário: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_
2. Atividade Profissional. (Função): \_\_\_\_\_
3. Quantos litros por dia compra \_\_\_\_\_ de quem compram o leite \_\_\_\_\_
4. Como beneficia o leite. \_\_\_\_\_
5. Na indústria tem outras atividades além de beneficiar o leite? \_\_\_\_\_
6. Que tipo de leite compra? \_\_\_\_\_
7. De quem compra P. ( ) M ( ) G ( ) Produtor.
8. Há diferença de pagamento em relação à qualidade por produtor?
9. O que levou você a investir nesta atividade \_\_\_\_\_
10. Qual o custo produção /ano? \_\_\_\_\_
11. Quais os incentivos fiscais? \_\_\_\_\_
12. Quantos empregados? \_\_\_\_\_
13. Fez-se algum tipo de investimentos nos últimos anos? se sim, o que levou a fazer estes investimentos. Viram retornos. \_\_\_\_\_
14. Quais são os seus compradores, como transporta seus produtos. \_\_\_\_\_
15. Quanto ao controle fiscal da qualidade do leite e a sanidade do animal, quem fiscaliza e quais as exigências? \_\_\_\_\_
16. Quanto à Normativa 51, o que você acha dela? \_\_\_\_\_

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)